



**SÍLVIO PAIVA  
LOUCEIRO**

**PLANEAMENTO URBANÍSTICO À ESCALA DA  
CIDADE**



**SÍLVIO PAIVA  
LOUCEIRO**

**PLANEAMENTO URBANÍSTICO À ESCALA DA  
CIDADE**

Relatório de Estágio, realizado na Câmara Municipal de Ovar, apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo António dos Santos Silva, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais pelo seu apoio incansável.

## **o júri**

presidente

Prof. Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira  
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria de Fátima Lopes Alves  
professora auxiliar c/agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Paulo António dos Santos Silva  
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Os meus agradecimentos, dirigem-se ao meu orientador científico Professor Paulo António dos Santos Silva, pelo seu apoio, bem como pela sua orientação e colaboração. As prudentes sugestões foram cruciais e permitiram-me concluir este trabalho com um maior grau de precisão, maior rigor e consistência. Gostaria ainda, de expressar uma enorme palavra de gratidão pela disponibilidade e paciência que sempre demonstrou para comigo, ao longo da realização de todo este trabalho.

Quero também dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos os elementos da Câmara Municipal de Ovar, os quais me acolheram durante o período de estágio e me transmitiram conhecimentos a todos os níveis, assim como pela cooperação e ajuda.

Não poderia deixar ainda de agradecer a toda a equipa da Divisão de Urbanismo e Planeamento da Câmara Municipal de Ovar, pela ajuda e colaboração neste trabalho final.

Gostaria ainda de deixar uma palavra de apreço muito especial ao meu Supervisor do estágio, Arquitecto Rogério Pacheco, pela sua disponibilidade e paciência que sempre demonstrou para comigo, bem como pela sua permanente colaboração e cooperação que exerceu durante todo o meu período de estágio.

Ao presidente da Câmara Municipal, Dr. Salvador Malheiro, e à Engenheira Marília Avelar, agradeço pela oportunidade da realização do estágio curricular, pelo acompanhamento dos trabalhos e pelas palavras simpáticas e de alento, que sempre foram uma constante.

Deixo ficar também um agradecimento muito especial aos meus pais, pela compreensão, tolerância e incondicional ajuda, que sempre estiveram presentes ao longo de todo este processo.

Finalmente, agradeço imensuravelmente a Deus todo o alento e motivação que me concedeu para poder concluir com sucesso todo este trabalho.

## **palavras-chave**

Plano de Urbanização, Planeamento Urbanístico, Ordenamento do Território e Urbanismo

## **resumo**

O presente relatório sumaria as atividades realizadas durante os sete meses de estágio curricular, realizado no âmbito do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano. O estágio desenvolveu-se na Câmara Municipal de Ovar, onde fiquei incorporado na Divisão de Urbanismo e Planeamento, integrando-me no gabinete da equipa que constituía o Serviço de Informação Geográfica. A realização do estágio teve como grande objetivo a análise, a experiência e o desenvolvimento de conhecimentos na área do Planeamento Urbanístico à escala da cidade, tendo como ponto de partida, um instrumento de gestão territorial, designado por Plano de Urbanização. Face à inexistência de um instrumento à escala urbana que faça o planeamento entre a freguesia de Esmoriz e a freguesia de Cortegaça, sente-se a necessidade e uma grande vontade de criar o Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça. Neste contexto, todas as tarefas realizadas no âmbito do estágio curricular, serviram de suporte à redação de um documento final, o qual se irá submeter à apreciação da Câmara Municipal. Este documento, constitui-se como o primeiro passo da tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização, o qual dita os “termos de referência” para a elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça (PUEC), e ainda, a “definição de oportunidade” da realização do PUEC, integrando a síntese dos fundamentos justificativos para a sua execução. Para além de demonstrar todo o trabalho realizado durante o estágio curricular, um outro objetivo foi evidenciar a importância no alargamento de competências não adquiridas na parte letiva, e a oportunidade de contactar com o mercado de trabalho num ambiente de formação/aprendizagem.

**keywords**

Urbanization Plan, Urban Planning, Territory Planning and Urbanism

**abstract**

This report summarizes the activities carried out during the seven months of the curriculum internship, carried out under the Master's in Regional and Urban Planning. The internship took place in the Municipality of Ovar, where I was incorporated in the Division of Urbanism and Planning, in the office of the team that constituted the Geographic Information Service. The accomplishment of the internship had as main objective the analysis, the experience and the development of knowledge in the Urban Planning area in the city scale, having as starting point a territorial management instrument, called Urbanization Plan. Do to the lack of an urban-scale instrument that makes the planning between the parish of Esmoriz and the parish of Cortegaça, there is a need and a great desire to create the Urbanization Plan for Esmoriz and Cortegaça. In this context, all the tasks carried out in the scope of the curricular traineeship, supported the writing of a final document, which will be submitted to the Municipality. This document is the first step in the process of elaboration and approval of Urbanization Plans, which dictates the "terms of reference" for the elaboration of the Urbanization Plan of Esmoriz and Cortegaça (PUEC), and the "definition of opportunity" of the realization of the PUEC, integrating the summary of the justificatory grounds for its execution. In addition to demonstrating all the work carried out during the curricular internship, another objective was to highlight the importance of extending skills not acquired in the teaching sector, and the opportunity to contact the labor market in a training/learning environment.

## Índice

Índice .....	i
Índice de Figuras.....	ii
Índice de Quadros .....	iii
Índice de Mapas .....	iv
Índice de Tabelas .....	v
Siglas .....	vi
<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Objetivos do estágio curricular .....	2
1.2. Caracterização do Município de Ovar e da Entidade de Acolhimento.....	4
1.3. Organograma.....	6
1.4. Supervisão do estágio curricular .....	11
1.5. Estrutura do relatório de estágio .....	11
<b>2.EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO EM PORTUGAL .....</b>	<b>12</b>
2.1. Antecedentes do Planeamento Urbanístico aos anos 90 .....	12
2.2. Experiências mais recentes do Planeamento Urbanístico ao nível da cidade.....	22
2.3. Planos de Urbanização e Planos de Pormenor na AML e CIRA .....	33
<b>3.TERMOS DE REFERÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ESMORIZ E CORTEGAÇA .....</b>	<b>43</b>
3.1.TAREFAS DE ENQUADRAMENTO .....	43
3.1.1. Enquadramento Legislativo .....	43
3.1.2. POC-OMG – Recolha e Análise de Informação .....	45
3.1.3. Plano Diretor Municipal de Ovar (PDM) – Recolha e Análise de Informação .....	51
3.1.4. Identificação de problemas e falhas nos territórios de Esmoriz e Cortegaça .....	59
3.2.INSTRUMENTOS DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PUEC SEGUNDO O PDM.....	61
3.2.1. Ordenamento.....	62
3.2.2.Condicionantes.....	63
3.2.2.1. RAN.....	64
3.2.2.2. REN.....	65
3.3.RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIAS DE ESMORIZ E CORTEGAÇA .....	66
3.4.DEFINIÇÃO DE OPORTUNIDADE E TERMOS DE REFERÊNCIA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ESMORIZ E CORTEGAÇA (PUEC) .....	68
3.4.1. Objetivos Gerais do PUEC .....	68
3.4.2. Enquadramento Territorial da área de intervenção .....	69
3.4.3. Objetivos Específicos do PUEC.....	70
3.4.3.1. Sistema Ambiental .....	70
3.4.3.2. Sistema Viário.....	73
3.4.3.3. Sistema Funcional .....	77
3.5. Conteúdo Material e Documental do Plano .....	81
3.6. Fases e Prazos para a Elaboração do Plano.....	81
3.7. Constituição da Equipa Técnica do Plano.....	81
3.8. Acerca da sujeição da elaboração a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica.....	82
<b>4.REFLEXÕES EM TORNO DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO – DA TEORIA À PRÁTICA EM ESMORIZ E CORTEGAÇA .....</b>	<b>83</b>
<b>5.CONCLUSÕES ACERCA DO PLANEAMENTO URBANO E ESTÁGIO REALIZADO.....</b>	<b>88</b>
<b>6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>
<b>7.ANEXOS.....</b>	<b>95</b>



## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Localização e foto do edifício principal da Câmara de Ovar .....	5
Figura 2 - Organograma da Câmara Municipal de Ovar .....	8
Figura 3 - Áreas de Incidência do POC Ovar – Marinha Grande. ....	46

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Aspetos positivos com a introdução da prática dos Planos Estratégicos .....	25
Quadro 2 - Instrumentos de Gestão Territorial .....	28
Quadro 3 - PU E PP EFICAZES EM 2007 POR CONCELHOS DA CIRA.....	36
Quadro 4 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA EM 1948-1989, 1990-1998, 1999-2007 E 2008-2017.....	37
Quadro 5 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1999-2007 .....	38
Quadro 6 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 2008-2017 .....	38
Quadro 7 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NOS PERÍODOS 1977-1989, 1990-1998, 1999-2007 E 2008-2017 .....	39
Quadro 8 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1990-1998.....	40
Quadro 9 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1999-2007 .....	40
Quadro 10 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 2008-2017.....	41
Quadro 11- Planos de Urbanização e Planos de Pormenor na CIRA desde 1948.....	41

## Índice de Mapas

Mapa 1 - Localização do Concelho de Ovar no contexto Nacional, Distrito de Aveiro e Identificação das freguesias .....	5
Mapa 2 - Sítio de Importância Comunitária - Barrinha de Esmoriz - Rede Natura 2000 .....	47
Mapa 3 - Densidade populacional .....	52
Mapa 4 – Planta de Ordenamento.....	62
Mapa 5 - Planta de Condicionantes das Freguesias de Esmoriz e Cortegaça .....	63
Mapa 6 - RAN da freguesia de Esmoriz .....	64
Mapa 7 - RAN da freguesia de Cortegaça .....	65
Mapa 8 - REN das freguesias de Esmoriz e Cortegaça e Legenda da REN .....	66
Mapa 9 - Área de Intervenção do PUEC .....	69
Mapa 10 - Parque Urbano de Esmoriz/Cortegaça .....	71
Mapa 11 - Definição e Ligação das zonas verdes de Esmoriz e Cortegaça .....	72
Mapa 12 - Anel de Circulação Externo .....	74
Mapa 13 - Anel de Circulação Interno .....	75
Mapa 14 - Polos Centralizadores das Freguesias de Esmoriz e Cortegaça .....	78
Mapa 15 - Espaço de equipamentos desportivos e de lazer unindo as duas zonas desportivas .....	80

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Cronograma de Trabalhos .....	3
Tabela 2 - Atos de Planeamento em Portugal .....	32
Tabela 3 - Legislação do RJGT aplicável ao PU .....	44

## **Siglas**

**AML** – Área Metropolitana de Lisboa

**AAE** – Avaliação Ambiental Estratégica

**CCDR** – Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional

**CEE**- Comunidade Económica Europeia

**CIRA** – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

**CMO** – Câmara Municipal de Ovar

**CNADS** – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

**CSOP** – Conselho Superior de Obras Públicas

**DGSU** – Direção Geral dos Serviços de Urbanização

**DGT**- Direção Geral do Território

**DL** – Decreto-lei

**DUP** – Divisão de Urbanismo e Planeamento

**EDEC** – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

**IDT** – Instrumentos de Desenvolvimento Territorial

**INE** – Instrumentos de Natureza Especial

**IPS** – Instrumentos de Política Setorial

**IPT**- Instrumentos de Planeamento Territorial

**LBGPPSOTU** - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

**LBPOTU** – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

**PDDURL** – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PDR** – Plano de Desenvolvimento Regional

**PDRL** – Plano Diretor da Região de Lisboa

**PDRP** – Plano Diretor da Região do Porto

**PEOT** – Planos Especiais de Ordenamento do Território

**PGM** – Planos Gerais de Melhoramento

**PGU** – Planos Gerais de Urbanização

**PIF**- Plano Intercalar de Fomento

**PMOT** – Planos Municipais de Ordenamento do Território

**PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

**POC-OMG** - Programa de Orla Costeira OVAR-MARINHA GRANDE

**PP** - Plano de Pormenor

**PPU** – Planos Parciais de Urbanização

**PRODESREDI** – Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado

**PRODR** – Programa de Desenvolvimento Regional

**PROSIURB** – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução do PDM

**PROT**- Plano Regional de Ordenamento do Território

**PU** - Plano de Urbanização

**PUEC** – Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça

**RAN** – Reserva Agrícola Nacional

**REN** – Reserva Ecológica Nacional

**REOT-M** – Relatório do Estado do Ordenamento do Território Municipal

**RGEU** – Regulamento Geral de Edificações Urbanas

**RJIGT**- Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial

**UOPG** - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no relatório do estágio curricular, integrado na unidade curricular de Estágio do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, e nele se descrevem as principais atividades realizadas, de 30 de Novembro de 2016 até 30 de Junho de 2017. Assente na temática do “Planeamento Urbanístico”, o presente relatório de estágio, tem como ponto de partida, o Plano de Urbanização, abrangendo as freguesias de Cortegaça e Esmoriz, pertencentes ao Concelho de Ovar. Durante a frequência no Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, nas unidades curriculares de Planeamento Territorial Estratégico, Formas Urbanas, Planeamento Urbanístico, e também durante o período de estudos no âmbito da Licenciatura em Administração Pública, na unidade curricular de Desenho Urbano, desenvolvi um enorme interesse pela temática do Planeamento e Ordenamento do Território à escala local, mais especificamente, o Planeamento Urbano à escala da cidade, e a importância deste Planeamento para o desenvolvimento dos territórios e das populações. Estas preocupações, e a inexistência de um instrumento à escala urbana que faça o planeamento entre a freguesia de Esmoriz e a freguesia de Cortegaça, figuraram como eixos centrais da proposta de trabalho que alicerçou a investigação, no decurso do estágio curricular na Divisão de Urbanismo e Planeamento, da Câmara Municipal de Ovar. Nesta medida, todas as tarefas realizadas no âmbito do estágio curricular, serviram de suporte à redação de um documento final, o qual se irá submeter à apreciação da Câmara Municipal. Este documento, constitui-se como o primeiro passo da tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização, o qual dita os “termos de referência” para a elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça (PUEC), e ainda, a “definição de oportunidade” da realização do PUEC, integrando a síntese dos fundamentos justificativos para a sua execução. Até à elaboração deste documento, decorreu um longo processo, onde foram realizadas diversas atividades, tendo sempre como foco o alcance do objetivo enunciado anteriormente, encontrando-se todas estas tarefas descritas de forma pormenorizada mais à frente num cronograma de trabalhos.

De uma forma genérica, os trabalhos compreenderam:

- A Compreensão da estrutura geral dos serviços camarários, competências e atividades da divisão do estágio;
- A Recolha e análise de legislação urbanística aplicável ao Ordenamento do Território, e em particular aos Planos de Urbanização;
- A Identificação dos conteúdos para a Definição de Oportunidade e Termos de Referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça;
- A Recolha de informação para a Definição de Oportunidade e Termos de Referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça;
- Redação do documento, onde consta a Definição de Oportunidade e Termos de Referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça;

As tarefas do estágio curricular incidiram no desenvolvimento de atividades na Divisão de Urbanismo e Planeamento, com o objetivo de estruturar a ocupação do solo e o seu aproveitamento, por forma a responder à evolução das condições socioeconómicas e culturais constatadas no território de Esmoriz e Cortegaça. Deste modo, pretende-se tirar partido e aproveitar potencialidades

endógenas da área de intervenção, definindo o ordenamento do território, reestruturando o sistema ambiental, remodelando e reestruturando a estrutura viária, e promovendo uma política de qualificação urbana, numa perspetiva de reorganização e desenvolvimento sustentável das duas freguesias, potenciando o aumento da qualidade de vida, que o aglomerado urbano constituído pela cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça oferecem.

### **1.1. Objetivos do estágio curricular**

Todo o meu estágio curricular foi desenvolvido na Divisão de Urbanismo e Planeamento, integrando-me no gabinete da equipa que constituía o Serviço de Informação Geográfica. O presente relatório de estágio tem por foco o “Planeamento Urbanístico à escala da Cidade”, circunscrito às freguesias de Esmoriz e Cortegaça, tendo por base um instrumento de gestão territorial, o Plano de Urbanização, o qual se pretende que seja elaborado futuramente, tendo como grande finalidade estruturar e organizar este grande aglomerado urbano.

O estágio curricular teve como objetivos gerais:

- Adquirir um maior número de competências, para além daquelas já adquiridas anteriormente durante o percurso académico.
- Criar a oportunidade de existir um primeiro contacto com o mundo do trabalho, proporcionando, sobretudo, a aplicação na prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do trajeto académico, possibilitando ainda a ampliação destes mesmos conhecimentos.

De um modo mais específico, os objetivos propostos para a realização deste estágio foram, designadamente:

- Consolidar os conhecimentos teóricos obtidos nas várias unidades curriculares do curso, tais como, Formas Urbanas, Planeamento Estratégico Territorial, Planeamento Urbanístico, Desenho Urbano, entre outras;
- Fomentar competências técnicas, na área do Planeamento Urbanístico, interpretar legislação pertinente para o planeamento urbano, nomeadamente ao nível dos Planos de Urbanização, e ainda criar estratégias de intervenção no município, por modo a melhorar as condições urbanas de Esmoriz e Cortegaça;
- Fazer parte do processo inicial de Elaboração e Aprovação de um Plano de Urbanização;
- Ganhar experiência profissional e conhecimento prático no domínio do Planeamento Urbanístico;

Para a concretização dos vários objetivos acima mencionados, foi elaborado um cronograma de trabalhos, para os sete meses de estágio na Divisão de Urbanismo e Planeamento, descritos na tabela seguinte.



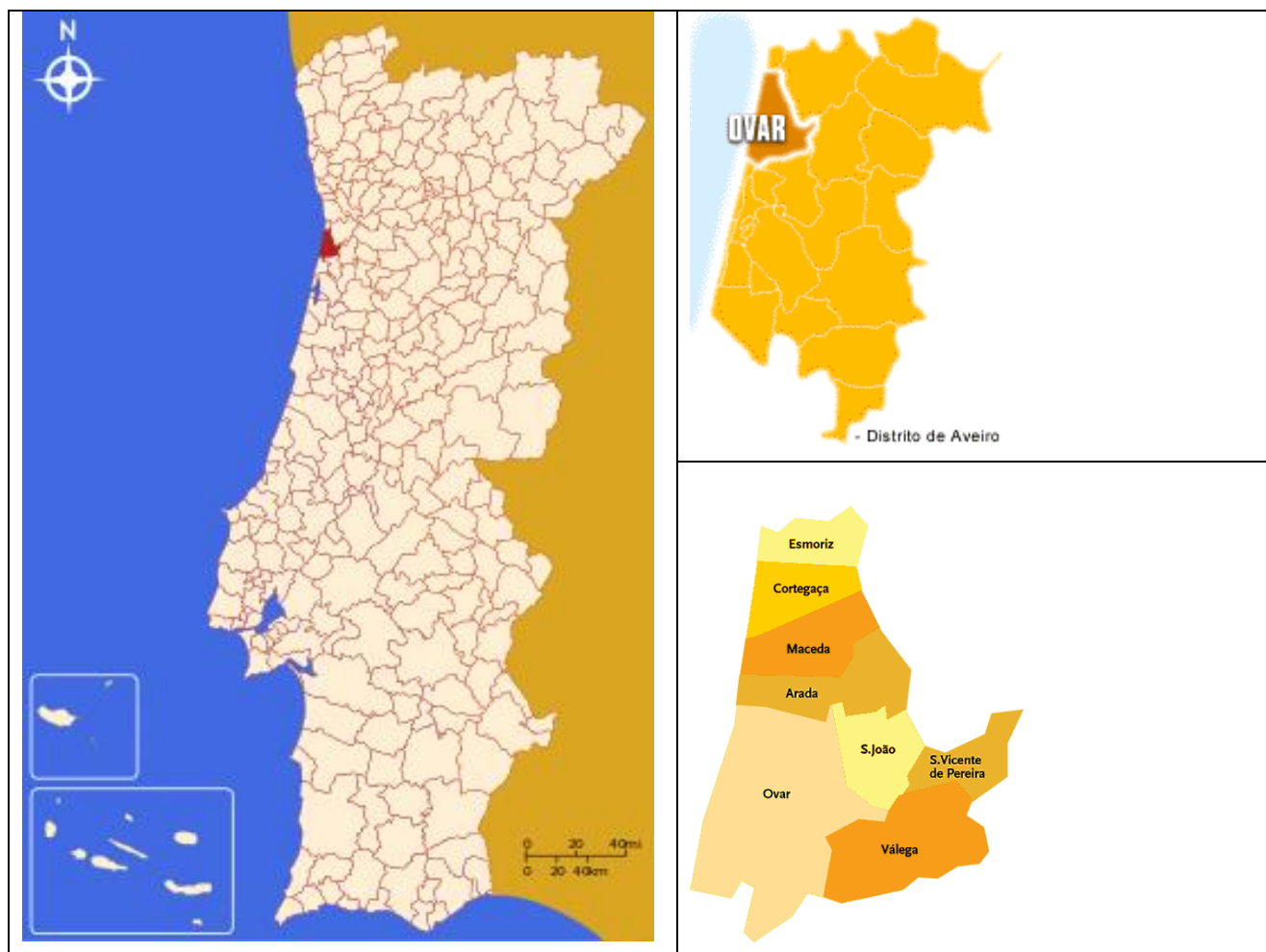
**Tabela 1 - Cronograma de Trabalhos**

<b>Atividades</b>	<b>Meses</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>
Estrutura interna e organização dos serviços municipais da CMO								
Estudo e Análise da LBGPPSOTU e do RJGT								
Estudo e análise de documentos elaborados pela CCDRC								
Análise aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Ovar								
Análise ao Programa de Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC-OMG)								
Documento síntese dos IGT analisados								
Trabalho de campo em Esmoriz e Cortegaça								
Falhas e problemas diagnosticados nos territórios de Esmoriz e Cortegaça								
Aprendizagem acerca do funcionamento da ferramenta WebSig								
Preparação e Realização de reunião com os presidentes das juntas de freguesia								
Recolha e Análise de Cartografia e produção de mapas								
Definição do conteúdo integrante do documento relativo à definição de oportunidade e termos de referência do PUEC, bem como a sua estrutura e organização								
Redação dos objetivos gerais do PUEC								
Descrição dos Instrumentos de Base para a elaboração do PUEC segundo o PDM								
Redação e Justificação dos objetivos específicos do PUEC								
Descrição do conteúdo material e documental do Plano segundo o RJGT								
Prazos e constituição da equipa Técnica para a elaboração do Plano								
Avaliação Ambiental Estratégica								

## **1.2. Caracterização do Município de Ovar e da Entidade de Acolhimento**

O Concelho de Ovar localiza-se no Distrito de Aveiro, confrontando a Norte com o Concelho de Espinho, a nascente com os Concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, a Sul com o Concelho de Estarreja e Murtosa e a poente com o Oceano Atlântico, ocupando uma posição privilegiada, afirmando-se como um ponto estratégico nas dinâmicas territoriais do Centro Litoral e Norte Litoral. O município de Ovar localiza-se na zona norte da NUT II – Região Centro e faz parte integrante da Unidade Territorial do Baixo Vouga – NUT III. De acordo com os Censos 2011, residem no concelho de Ovar 55398 habitantes (cerca de 14% da população do Baixo Vouga e 2,4% da população da Região Centro), correspondentes a uma densidade de 374,9 hab./Km<sup>2</sup>, significativamente superior ao valor médio registado na sub-região em que se insere (216,7 hab./Km<sup>2</sup>). O território do município compreende uma área de aproximadamente 150km<sup>2</sup>, encontrando-se administrativamente dividido em cinco freguesias: Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Válega, e União das Freguesias de Ovar, S.Vicente de Pereira Jusã, São João e Arada. O concelho de Ovar caracteriza-se por possuir um relevo pouco acidentado, registando ao nível do Litoral, a penetração da Ria de Aveiro. Ovar encontra-se enquadrado por duas “cinturas urbanas”, que têm influência no desenvolvimento local: a sul, pela CIRA, e a norte, pela Área Metropolitana do Porto. A centralidade que o concelho de Ovar, e muito particularmente o eixo urbano Esmoriz-Cortegaça, tem face à mancha industrial de Aveiro, como à área do Grande Porto, evidencia uma localização estratégica privilegiada, que poderá potenciar e reforçar dinâmicas já existentes. Ovar é uma cidade integrada no Distrito de Aveiro, Região Centro e Sub-Região Baixo-Vouga, com 17855 habitantes segundo os Censos 2011. A sede da entidade de acolhimento, a Câmara Municipal de Ovar, atualmente presidida pelo Engenheiro Salvador Malheiro Ferreira da Silva, localiza-se no coração e centro histórico da cidade de Ovar, na Praça da República.

**Mapa 1 - Localização do Concelho de Ovar no contexto Nacional, Distrito de Aveiro e Identificação das freguesias**



Fonte: Google com tratamento próprio

**Figura 1 - Localização e foto do edifício principal da Câmara de Ovar**



Fonte: Google maps com tratamento próprio e foto do autor

### 1.3. Organograma

Nas primeiras duas semanas do estágio percebi como funcionava o sistema camarário da Cidade de Ovar, compreendi qual a sua estrutura interna e a organização dos serviços municipais. Para adquirir este tipo de conhecimento segundo as sugestões feitas pelo Arquiteto Rogério Pacheco, primeiramente eu visitei a maior parte das divisões existentes na CMO, nomeadamente aquelas que se relacionam de forma mais direta com a área do Planeamento e Urbanismo, tais como a Divisão de Projetos e Obras Municipais, Divisão de Conservação e Serviços Urbanos e a Divisão de Ambiente. Aquando desta visita percebi também os vários serviços associados a cada uma das respetivas divisões existentes na CMO. Posteriormente, eu debruicei-me em perceber mais acerca do funcionamento da Divisão de Urbanismo e Planeamento, visto que foi nesta divisão que eu desenvolvi todo o meu trabalho, integrando-me no gabinete da equipa que constituía o Serviço de Informação Geográfica. Por forma a perceber quais as competências alusivas à Divisão de Urbanismo e Planeamento, eu desloquei-me aos vários serviços relativos a esta divisão e conversei com alguns dos elementos que faziam parte de cada um destes Serviços, os quais me fizeram entender a maneira como funcionava cada um dos Serviços existentes. De seguida, e, de modo a aprofundar ainda mais este conhecimento, analisei também um documento elaborado pela CMO acerca da estrutura interna e organização dos serviços municipais, o qual me permitiu entender efetivamente qual o papel, e quais as aptidões da Divisão de Urbanismo e Planeamento (DUP) no contexto da CMO. Por fim, depois de assimilar todo este conhecimento e informação, eu formulei um pequeno documento, onde se percebe verdadeiramente toda a estrutura interna e organização dos serviços municipais da CMO.

Relativamente à estrutura interna e organização dos serviços municipais, verifica-se que a disposição dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, existindo unicamente um departamento designado por Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro.

No que diz respeito ao Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro este é constituído pela Divisão Financeira, Divisão de Recursos Humanos e a Unidade Flexível de 3º Grau Administrativa e de Atendimento, integrando dentro destas unidades flexíveis, o Serviço Jurídico, Serviço de Contratação Pública, Serviço de Fiscalização, Serviço de Contra Ordenações e Execuções Fiscais e Serviço de Património.

Relativamente às restantes áreas de atuação existem a Divisão de Urbanismo e Planeamento, Divisão de Projetos e Obras Municipais, Divisão de Conservação e Serviços Urbanos, Divisão de Ambiente, Divisão de Ação Social e Saúde, Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, Divisão de Educação e a Unidade Flexível de 3º Grau de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo.

A estrutura flexível dos serviços Municipais de Ovar, relativamente aos serviços de apoio e assessoria, é formada pelas seguintes subunidades orgânicas:

- Gabinete de Apoio à Presidência;
- Gabinete de Apoio à Vereação;
- Serviço de Veterinária;
- Serviço de Candidaturas;
- Serviço de Empreendedorismo;
- Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas;
- Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Modernização Administrativa;

- Gabinete de Comunicação;
- Serviço de Auditoria e Qualidade

No que toca à Divisão Financeira esta é constituída pelo Serviço de Contabilidade, Serviço de Tesouraria e Serviço de Armazém Municipal.

Da Divisão de Recursos Humanos, fazem parte o Serviço de Carreiras e Desenvolvimento do Capital Humano, Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, e o Serviço de Recrutamento e Mobilidade.

Relativamente à Unidade Flexível de 3º Grau Administrativa e de Atendimento, esta integra o Serviço de Atendimento, Serviço Administrativo e o Serviço de Arquivo.

No que diz respeito à Divisão de Projetos e Obras Municipais esta encontra-se organizada nos Serviços de Projetos e Serviço de Obras Municipais.

No que concerne à Divisão de Conservação e Serviços Urbanos, esta é composta pelo Serviço de Trânsito e Toponímia, Serviço de Conservação e Reabilitação do Espaço Público e Serviço de Conservação, Gestão e Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais.

No âmbito da Divisão de Urbanismo e Planeamento, incluem-se o Serviço de Operações Urbanísticas, Serviço de Planeamento e o Serviço de Informação Geografia (SIG).

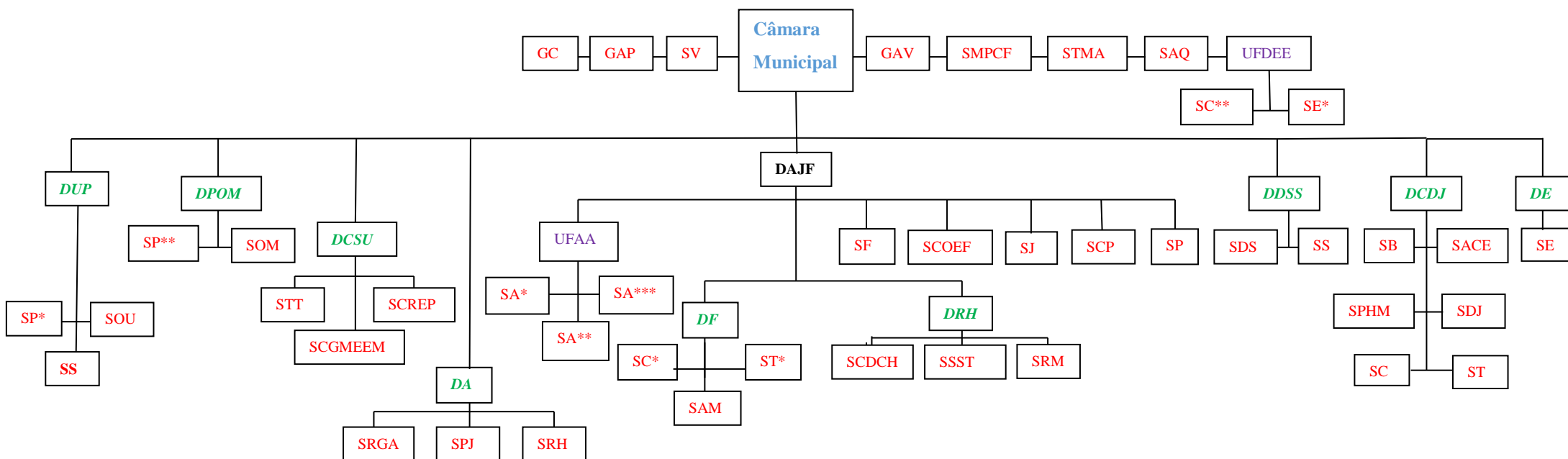
Relativamente à Divisão de Ambiente, esta é composta pelo Serviço de Resíduos e Gestão do Ambiente, Serviço de Parques e Jardins e o Serviço de Recursos Hídricos.

Respeitante à Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, esta integra o Serviço de Desenvolvimento Social e o Serviço de Saúde.

No que se refere à Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, esta é constituída pelo Serviço de Biblioteca, Serviço de Ação Cultural e Espetáculos, Serviço de Património Histórico e Museus, Serviço de Desporto e Juventude, Serviço de Carnaval e o Serviço de Turismo.

Por último, no que respeita à Divisão de Educação, esta é composta unicamente pelo Serviço de Educação. Por forma a entender melhor tudo aquilo que foi descrito anteriormente, seguidamente, apresento graficamente o organograma referente à estrutura interna e organização dos serviços municipais de Ovar (consultar legenda da figura 2 disposta em anexo).

**Figura 2 - Organograma da Câmara Municipal de Ovar**



**Fonte: Divisão de Projetos e Obras Municipais, tratamento próprio**



De seguida irei designar as competências referentes à Divisão de Urbanismo e Planeamento, na qual decorreu o estágio que eu realizei.

À Divisão de Urbanismo e Planeamento (DUP) compete, através dos processos de planeamento, realizar a gestão do processo de urbanização do território municipal, incorporando as componentes de apreciação, licenciamento e gestão dos processos de obras e a funcionalidade, imagem e uso do espaço urbano.

A DUP deve potenciar, a requalificação das áreas já urbanizadas e contribuir para a implementação dos mecanismos de salvaguarda do património, articulando-se com os agentes privados e os outros serviços municipais.

Aquando da elaboração e atualização dos planos de ordenamento estratégico do território municipal e no que toca ao desenvolvimento de projetos específicos, é da competência da DUP cooperar com a realização dos mesmos.

Esta Divisão deve regularizar as condições de uso do espaço público e melhorar a compatibilidade entre as diferentes atividades económicas, socioculturais, de lazer e de manutenção, entre outras, desenvolvidas no espaço urbano, zelando desta forma pela funcionalidade e imagem do mesmo, potenciando a boa circulação e segurança das pessoas.

No que diz respeito aos processos que tenham em vista a elaboração de autos de vistoria para propriedade horizontal e licença ou autorização de utilização, a sua tramitação deve também ser assegurada pela DUP, respeitante aos processos de autos de embargo, estes devem ser organizados e controlados pela DUP, articulando-se com o DAJF, tendo em conta a legislação aplicável e a respetiva tramitação.

Todas as emissões de certidões que no âmbito dos processos de obras particulares e loteamentos ou operações urbanísticas de impacto semelhante venham a ser requisitadas, devem ser garantidas pela DUP, designadamente as de localização com vista ao licenciamento industrial.

Aquando da existência de questões de natureza técnica no âmbito da Divisão, esta deve garantir o atendimento ao público, fornecendo os elementos destinados a satisfazer as solicitações.

Compete também à Divisão de Planeamento, garantir o expediente da divisão, elaborando os ofícios e notificações a remeter aos requerentes e entidades intervenientes nos processos.

Relativamente aos processos enviados a outras entidades e ou serviços da Câmara Municipal para parecer, o controlo dos seus prazos deve ser garantido pela Serviço de Planeamento, assim como deve ser assegurado o controlo relativo aos prazos definidos para a conclusão das obras de urbanização impostas nos alvarás, devendo ser proposto a caducidade dos mesmos, sempre que isso se justifique nos termos das normas legais aplicáveis.

No âmbito dos processos de obras particulares e loteamentos ou operações urbanísticas de impacto idêntico, compete à Divisão de Planeamento proceder à liquidação das taxas devidas.

Uma outra competência desta Divisão, passa pela manutenção de um registo estatístico atualizado do número de estabelecimentos comerciais, serviços e instalações industriais, bem como de edificações e alojamentos.

Compete ainda ao Serviço de Urbanismo e Planeamento emitir alvarás de licença e admissões de comunicação prévia de construção e autorizações de utilização, bem como emitir pareceres sobre a ocupação da via pública.

Um outro papel a desempenhar pela Divisão de Urbanismo e Planeamento passa pela promoção da fiscalização, através do Serviço de Fiscalização, da execução das obras licenciadas, obras de urbanização e das infraestruturas impostas nos alvarás, com o intuito de impor o respeito

pelos projetos aprovados e assegurar o respeito pelas normas legais regulamentares aplicáveis e pelos instrumentos de planeamento em vigor, neste sentido, a DUP necessita de organizar, apreciar e informar os processos, integrando os projetos de obras de urbanização inerentes, sujeitos a licenciamento municipal, devendo ainda incluir a comissão de vistorias para a concessão de licenças e autorizações de utilização e das respeitantes à beneficiação e conservação de edifícios, a demolições e à constituição de propriedade horizontal.

Por forma a assegurar o respeito pelos instrumentos de planeamento que se encontram em vigor, a defesa do património edificado e as normas legais e regulamentares aplicáveis, incumbe à Divisão em questão organizar, apreciar e informar os processos de obras de construção, reconstrução, conservação, alteração, ampliação e demolição sujeitas a licenciamento ou autorização municipal, nos termos da lei, devendo ainda organizar e informar os processos de reclamações relativos a construções urbanas.

No que concerne a irregularidades praticadas por técnicos responsáveis pela elaboração de projetos cabe à Divisão de Planeamento participar as mesmas.

Todos os processos que localizem em áreas não abrangidas por planos de pormenor eficazes, devem ser apreciados e informados pela DUP, assim como deve ser feito um acompanhamento e uma fiscalização à implantação dos loteamentos e operações urbanísticas semelhantes no terreno, por forma a assegurar que seja estritamente respeitada a solução aprovada.

Compete ainda ao Serviço de Urbanismo e Planeamento incorporar a comissão de vistorias finais de recebimento das obras de urbanização concluídas, sendo ainda competência da mesma gerir o serviço de informação e controlar os processos urbanísticos, compreendendo a instrução, o endereçamento de processos para apreciação e parecer, assim como o respetivo arquivo.

No âmbito do desenvolvimento económico, social ou setorial, a DUP deve emitir parecer sobre os instrumentos de gestão territorial, de iniciativa supramunicipal, sendo ainda da sua competência fornecer ao DAJF cópia dos alvarás de loteamento ou de operações comparadas, logo após a emissão destes, acompanhada de planta síntese, de onde constem as áreas de cedência para o domínio privado ou público da Câmara Municipal.

No que diz respeito ao SIG, compete à Divisão de Urbanismo e Planeamento assegurar os elementos necessários à sua permanente atualização, assim como criar aplicações que forem solicitadas e autorizadas, deve ainda garantir a sua funcionalidade, a sua atualização permanente e a gestão da informação, sendo ainda da sua competência recolher ou promover a recolha de toda a informação precisa para o desenvolvimento do SIG, considerando toda a informação existente nos outros serviços municipais, devendo ainda elaborar mapas temáticos superiormente autorizados, por fim, no âmbito do SIG, incumbe à DUP promover a constituição e gestão de uma base de dados e aplicações de informação geográfica, conferindo apoio a todos os serviços municipais que precisarem de informação georreferenciada, construindo uma rede de pontos georreferenciados de apoio à elaboração de levantamentos topográficos ligados à rede geodésica nacional, devendo também georreferenciar o cadastro municipal segundo as informações remetidas pelo DAJF. Uma outra competência pertencente ao Serviço de Planeamento, passa pelo acompanhamento e controlo relativo à atribuição da toponímia para todos os arruamentos do Município. Posto isto, incumbe à DUP desenvolver todas as demais tarefas que lhe forem atribuídas por despacho superior.



#### **1.4. Supervisão do estágio curricular**

O estágio curricular desenvolveu-se a tempo inteiro, segundo o horário da instituição de acolhimento – das 9h às 17h (com uma hora para almoço).

Importa ainda destacar, que para o desenvolvimento das tarefas que me foram designadas, as atividades incluíram trabalhos de campo e de gabinete. Os trabalhos de campo decorreram, nomeadamente, nas freguesias de Esmoriz e Cortegaça, visitando ambos os lugares. Todo o trabalho realizado em gabinete na Divisão de Urbanismo e Planeamento, foi supervisionado pelo Arquiteto Rogério Pacheco, existindo esporadicamente reuniões com a chefe de divisão, Engenheira Marília Avelar, onde se dava conta das atividades realizadas e agendamento das futuras.

A receção na Câmara Municipal de Ovar foi desde os primeiros minutos, uma receção com um enorme respeito e profissionalismo. Logo no primeiro dia de estágio foi-me atribuído um espaço de trabalho próprio com secretária. Toda a divisão onde eu me incluí a trabalhar está estruturada como um espaço aberto, recheado de boa disposição e de entreajuda.

#### **1.5. Estrutura do relatório de estágio**

O presente relatório é composto por cinco capítulos, a saber: o capítulo um que trata da introdução; o capítulo dois que aborda o planeamento urbanístico em Portugal numa perspetiva histórica; o capítulo três que relata e descreve as tarefas realizadas durante o estágio curricular; o capítulo quatro que reúne um conjunto de reflexões em torno do planeamento urbanístico, e por fim, o capítulo cinco que expõe ideias conclusivas acerca do planeamento urbano e do estágio realizado.

## **2. EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO EM PORTUGAL**

### **2.1 Antecedentes do Planeamento Urbanístico aos anos 90**

O ato de planear o espaço geográfico, como atualmente é entendido, é uma realidade relativamente recente no panorama nacional. Todavia, é possível avançar como um primeiro ensaio, a reconstrução da cidade de Lisboa em meados do séc. XVIII. Esta ocorreu imediatamente após o terramoto do dia 1 de Novembro de 1755, e é uma aproximação, simples, mas eficaz, ao atual modo de pensar e de estabelecer estratégias para o território (Papudo, 2007a).

Em meados do século XIX, numa altura em que o país ainda se caracterizava por uma forte presença do mundo rural, surgiram e desenvolveram-se as primeiras iniciativas modernas do Estado que visavam regular a organização e ocupação do território português, as quais se designavam por ordenamento agroflorestal e planeamento urbanístico. Esta linha de política manteve-se entre meados do século XIX e o terceiro quartel do século XX, a qual gerou e executou inúmeros planos de povoamento florestal, planos de ordenamento rural e planos de rega (Ferrão, Campos, 2015).

Com a necessidade política e técnica de controlar a expansão das cidades, a linha de política urbanística, teve a sua origem na esfera do setor do Governo responsável pelas obras públicas. Designada a regular a viação pública e tendo um carácter legislativo, em 1864 deu-se a primeira expressão significativa desta política urbanística.

Nesta altura, torna-se importante referir dois projetos de ordenamento direcionados para a área agrícola e da conservação da natureza: o Plano de Ordenamento da Mata Nacional da Machada (1864), que constituiu o primeiro plano de ordenamento de uma propriedade florestal com recurso a métodos cientificamente fundamentados; assim como o Projeto Geral da Arborização dos Areais Móveis de Portugal (1897), responsável por uma alteração radical da face do litoral nacional, de Caminha a Vila Real de Santo António (Amorim, 2009).

Estes planos constituíram um marco de extrema relevância, na medida em que apontam para uma visão integrada do território, revelando uma preocupação com a organização do território tanto à escala local como regional e nacional (Amorim, 2009).

Com o intuito de garantir a livre circulação de bens e pessoas nas estradas e caminhos, o Urbanismo surgiu em Portugal, com suporte político e legislativo, na segunda metade do século XIX com a produção dos Planos Gerais de Melhoramento, em 1865. Neste contexto foi implementado, o Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa, através da Portaria de 24 de Maio de 1865, o qual só foi finalizado em 1904, por Ressano Garcia, e o Plano Geral de Melhoramentos para a cidade do Porto, em 1915, por Barry Parker. Estes dois planos, referidos anteriormente foram obrigatórios para estas duas cidades, sendo opcionais para as restantes. Ainda segundo Oliveira 2002, citando Martins, 1998, p.4, verifica-se que os “os PGM tinham como principais preocupações a circulação, a melhoria das condições de salubridade dos aglomerados urbanos e o planeamento do forte crescimento que então se verificava nas cidades de Lisboa e Porto.” Estes planos, tinham como funções regular o alinhamento das construções e a sua altura máxima em função da largura das vias, visando também garantir a estética urbana e condições apropriadas de salubridade e segurança nas

idades. As diretrizes para os Planos Gerais de Melhoramentos foram estabelecidas no Decreto-Lei n.º10 (O Decreto de Lei n.º10, 13 Janeiro de 1865, cujo assunto incidia sobre a intervenção pública na cidade oitocentista) e vieram refletir preocupações primordiais que diziam respeito à reforma da circulação, à instalação de infraestruturas e ao aumento e melhoramento dos espaços públicos. Ruas, praças, jardins, alinhamentos prescritos para os edifícios e dimensionamento das vias, eram elementos essenciais a ter em conta, bem como preocupações de carácter higienista - condições de luz, ventilação, abastecimento de água e drenagem de esgoto (Freitas, 2016). Este último facto, a formalização de uma intenção de planeamento, foi considerado, como a fase número um da implementação de um ciclo à escala local, concretizando-se num período que medeia os anos de 1864 e de 1934, denominada por Planos Gerais de Melhoramentos (Papudo, 2007c). Todavia, o rápido desenvolvimento do território ao longo do século XX e a necessidade de cessar um desenvolvimento arbitrário das cidades, conduziu à necessidade de criar planos com uma maior perspectiva territorial, contrariamente ao que sucedia nos Planos Gerais de Melhoramentos, cuja área de intervenção incidia apenas em partes das cidades (Freitas, 2016). Mais tarde, em “1905 surgem os primeiros regulamentos de edificação, a que ficam sujeitas todas as construções urbanas” (Ferrão, Campos, 2015). Com a ascensão de Duarte Pacheco ao Cargo de Ministro das Obras Públicas, só nos anos 30 do século XX, se assistiu à mudança da situação descrita anteriormente, passando Portugal de um regime parlamentar republicano para um regime autoritário. Assim, em 1934, Duarte Pacheco (Engenheiro e Ministro das Obras Públicas entre 1932 e 1936) promove a publicação do Decreto-Lei 24.802, procedendo-se à substituição do quadro legal vigente, datado do século XIX, onde se exige a obrigatoriedade das câmaras municipais planificarem as obras de urbanização e expansão dos aglomerados urbanos, sendo de relevar que se aplicavam não apenas à sede dos seus municípios, mas dando também a oportunidade de agrupamento dos concelhos vizinhos através da criação de planos de urbanização que abrangessem terrenos comuns - os Planos Gerais de Urbanização (PGU). Nesta fase exigiu-se uma superior responsabilização às autoridades locais, distinguindo-se funções e âmbitos de atuação para os diferentes tipos de administração pública (central e local). Desta forma, em 1934 é promulgado o primeiro regulamento de elaboração e aprovação de planos de urbanização camarários, o PGM dá lugar ao Plano Geral de Urbanização (Oliveira, 2002). As duas décadas mais significativas no ordenamento dos aglomerados do País situam-se entre 1934 e 1954. No primeiro destes decénios, Duarte Pacheco desencadeia o processo de elaboração de planos, procurando criar os mecanismos e condições favoráveis ao seu desenvolvimento. No decénio seguinte, em resultado do impulso inicial e das condições criadas, vêm a ser concluídas mais de três centenas de planos, dos quais cerca de metade são aprovados ainda neste período. Estes Planos Gerais de Urbanização têm sido, desde então, os instrumentos orientadores da transformação dos mais importantes aglomerados do País (Lobo, 1995). Os PGU, deveriam incidir sobre as áreas edificadas, as zonas intersticiais a urbanizar, as áreas de expansão urbana e as vias de comunicação da rede primária, secundária e de ligação a áreas turísticas e de lazer, localizadas nos seguintes aglomerados: i) sedes de concelho; ii) outras localidades com mais de 2.500 habitantes que, entre dois recenseamentos oficiais consecutivos, acusassem um aumento populacional superior a 10%; e, iii) centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, histórico ou artístico, designados pelo Governo, apresentando-se como um Plano que apenas incidia sobre áreas urbanas, deixando por “ordenar” o restante território municipal (Simões, 2007). A partir de então, e ao longo de várias etapas, o urbanismo em Portugal vai ganhando consistência através de influências de tendências diferentes do urbanismo europeu da

época, principalmente da cidade-jardim e da “cidade-radiosa”(Freitas, 2016). Tal como afirma Papudo, 2007d, citando Barroso (2006), este diploma foi o primeiro momento no qual o princípio da obrigatoriedade de planificação das obras de urbanização e expansão dos aglomerados urbanos foi instituído, com a vantagem de se aplicar à totalidade do aglomerado e com fins mais amplos do que os estabelecidos nos planos gerais de melhoramento. Segundo Lobo (1995), entre 1934 e 1954, identificaram-se três conceções de cidade muito diversas e contrastadas. À “cidade pragmática” regrada e regular, em geral estruturada sobre um traçado hipodâmico, que é uma constante dos aglomerados planeados através da história, e que tão bem caracteriza a cidade industrial, vêm-se opor duas novas conceções – a “cidade-jardim” e a “cidade radiosa” – que marcam profundamente o urbanismo do século XX (Lobo, 1995).

Entre as décadas 30-40 os planos caracterizavam-se por uma composição formal do desenho urbano, pela manipulação do espaço, disposição das ruas e edifícios, dos jardins, pela relação entre a volumetria das construções, sendo classificados como “planos-imagem”. Inicialmente o planeamento urbano interessou-se pela disposição e manipulação dos espaços adaptados, ocupando-se da disposição das ruas e edifícios, dos jardins e parques, da relação entre a volumetria das construções, fazendo apelo a um modelo físico que pudesse desenhar-se de forma idêntica à de um edifício (Lobo, 1995). O plano-imagem apresentava-se implacável e inflexível. Não tinha capacidade de suportar a necessidade de eventuais mudanças que fossem surgindo, uma vez que estes planos se apresentam numa época em que não se tinha a noção de que não era de todo possível fixar programas definitivos. A ineficiência do plano-imagem decorrente da sua rigidez, conduziu em 1954, à sua substituição pelos planos de gestão, mais flexíveis e suscetíveis de adaptação durante a implementação, à medida que novas informações assim o exigiam. Duarte Pacheco, enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1938 e 1943, colocou “em prática uma política de solos pragmática e interventiva, própria de um poder público que reivindica para si a prerrogativa de conduzir o processo de urbanização, isto é, em que os proprietários e promotores são chamados a participar mas em que as regras de organização da cidade são pré-definidas pelo Estado em função de critérios de interesse geral” (Ferrão, Campos, 2015). Em 1938, Duarte Pacheco criou a ‘Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos’ e só em 1941 começaram a ser realizados levantamentos topográficos que servissem de base de trabalho para a elaboração de planos. Foi o mesmo Duarte Pacheco que promoveu a formação de um corpo técnico de arquitetos e engenheiros urbanistas capazes de formular planos. Em 1943 já se encontrava finalizado um número significativo de levantamentos topográficos (Freitas, 2016). Duarte Pacheco define “as bases de uma política de solos e de um sistema de colaboração entre a Administração e os privados no processo de desenvolvimento urbano em moldes avançados para a época, desenvolve os sistemas de financiamento das obras de urbanização através da canalização das verbas do Fundo de Desemprego e cria um organismo central para superintender à execução da política urbanística, a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (1944)” (Ferrão, Campos, 2015). Na década de 40 é aprovado o Plano de Urbanização da Costa do Sol, constituindo-se como o primeiro plano de nível regional, o qual aproveitava os terrenos marginais compreendidos entre Lisboa e Estoril/Cascais, e no qual se aplicaram técnicas de planeamento francesas e igualmente a sua legislação, acabando deste modo, com a ideia de cidade regrada e regular. Posteriormente, seguem-se dois planos para as áreas suburbanas da capital, os Planos da Margem Norte e da Margem Sul do Estuário do Tejo, desenvolvidos, respetivamente, por de Groer e Paulo Cunha. No Norte, Antão de Almeida Garrett desenvolve o Plano da Região do Porto.

Duarte Pacheco veio mudar profundamente a história do urbanismo em Portugal, levando a cabo uma reforma estrutural de todo o quadro legal que regula o desenvolvimento urbano, instituindo a figura do “plano de urbanização”, extensível às sedes de município e aos aglomerados urbanos com mais de 2500 habitantes. Em 1943, com a morte repentina de Duarte Pacheco, a “década de ouro” mencionada anteriormente termina, iniciando um processo regressivo, retornando de forma progressiva grande parte da política que anteriormente ditou o insucesso da legislação de 1864. Os planos submetidos a aprovação passaram a ser sistematicamente rejeitados e designados por anteplos, dado não terem suporte legal, o que revelava uma ineficácia no que diz respeito à implementação dos planos.

O período entre 1944 e 1954, ditou o auge do planeamento urbano em Portugal, período em que são finalizados cerca de três centenas de estudos de anteplos de urbanização, dos quais cerca de metade foram aprovados até 1954 (Freitas, 2016). Após esse período a produção de planos diminuiu. De acordo com Lobo (1995), a dificuldade de contratar urbanistas levou a que as câmaras municipais comesçassem a recorrer a técnicos locais com pouca experiência, o que se refletiu numa margem de insucesso para os planos. Uma questão primordial, que se coloca com muita acuidade ao longo dos anos quarenta é a questão do património. Um primeiro grupo de urbanistas deste período adota uma visão extremamente redutora, que Choay designa por “conservação museológica”, visão que, reconhecendo ou prevendo a decadência e o desaparecimento da cidade antiga se propõe conservá-la em casos precisos e limitados. Nesta perspetiva incluíram-se o Plano Geral de Urbanização de Faro, que propunha a renovação de toda a cidade antiga, limitando-se a conservar os monumentos existentes, e o plano de Mafra surge como outro exemplo desta posição extremista (Lobo, 1995). O Concelho Superior de Obras públicas considerava que os planos deveriam fixar os alinhamentos indispensáveis à retificação das artérias que constituem o principal sistema de circulação interna (Lobo, 1995). Um dos princípios de ordenamento, que o Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) preconizou, dizia respeito à contenção do crescimento, norma esta que se concretiza no estabelecimento de uma cintura rural de proteção do aglomerado urbano, a fim de impedir o seu crescimento em extensão e, indiretamente, o seu aumento demográfico. No caso do plano de Portalegre, de Faria da Costa e Jacobetty, o CSOP recomendou que fosse demarcada a zona rural de proteção, prática que o diploma de 1944 sobre Planos Gerais de Urbanização veio tornar obrigatória (Lobo, 1995). A 4 de Novembro de 1946, foi instituído o Decreto-Lei n.º 35931, o qual determina que os anteplos de urbanização, devidamente aprovados pelo ministro da tutela com parecer do Conselho Superior das Obras Públicas, deveriam ser obrigatoriamente respeitados em todos os atos de gestão territorial, tais como as edificações, reedificações, no traçar de novos arruamentos, nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zonas abrangidas (Papudo, 2007c). A figura de “anteplo de urbanização” surge em 1946, o qual não possuía valor jurídico vinculativo nem era público, devido ao facto de não precisar de ser aprovado, o que possibilitou à Administração, nomeadamente à Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), gerir o acesso a informação privilegiada sobre os terrenos a urbanizar e as condições para o fazer. Nesta medida, durante as décadas seguintes, o crescimento de grande parte das principais cidades portuguesas não foi regulado por qualquer plano urbanístico juridicamente eficaz, isto porque a maioria dos planos de urbanização em elaboração nunca ou só tardiamente chegavam à fase de aprovação.

A substituição da figura do Plano Geral de Urbanização pela do Anteplo arredou as Câmaras da possibilidade de aplicarem uma efetiva política fundiária (Lobo, 1995). A grande ênfase dos planos desta época é colocada nos equipamentos. Para além de alojar os habitantes, pretendia-se



organizar a vida em sociedade. Os equipamentos são identificados com o progresso e desenvolvimento, pelo que os urbanistas se propõem localizar no plano uma gama vastíssima de serviços sociais para qualquer aglomerado, independentemente das reais necessidades locais. Os equipamentos eram considerados fundamentalmente como fator de progresso e de integração do cidadão numa vida coletiva (Lobo, 1995). Numa primeira fase, o PU e o PP foram regulamentados pelos Decreto-Lei n.º 33921, de 5 de Setembro de 1944, e pelo Decreto-Lei n.º 35931, de 4 de Novembro de 1946.

Contudo, estas figuras jurídicas não foram concretizadas, em exclusivo, com a publicação deste quadro legal. Foram realizadas outras experiências, das quais se realça o relatório do Decreto-Lei n.º 49268, de 26 de Setembro de 1969, no qual o Governo reconhece como indispensável e urgente proceder à reforma do processo de licenciamento de obras particulares, de modo a assegurar, equitativamente, o exercício do direito de fruição de propriedade e simplificação de formalidades. Provavelmente, esta é a génese destes instrumentos de planeamento territorial (Papudo, 2007c). O quadro jurídico composto pelos Decreto-Lei n.º 33921, de 5 de Setembro de 1944, e Decreto-Lei n.º 35931, de 4 de Novembro de 1946, revogado pelo Decreto-Lei 560/ 71, de 10 de Dezembro, avança com a pretensão de definir e clarificar a hierarquia dos PU, conferindo a todos aqueles sujeitos a aprovação do Ministério das Obras Públicas, um carácter mais geral e menos rígido. Confere, ainda, poderes mais latos aos municípios para aprovar os PU e PP, referentes a sectores urbanos integrados em planos gerais ou parciais. A estes factos, relacionam-se a adoção de obrigatoriedade na audiência dos interessados, mediante aviso público, quanto às disposições dos planos propostos à aprovação do Governo (Papudo, 2007c). Mais tarde, em 7 de Agosto de 1951 foi instituído o Decreto-lei n.º 38382, referente ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), os anteplos perdem o carácter vinculativo, sendo apenas reconhecidos como Planos de Urbanização (Papudo, 2007c). Os Planos de Fomento foram os grandes instrumentos de definição da estratégia de desenvolvimento do país, atuando em todos os domínios da sociedade. Nos primeiros Planos, a preocupação com o ordenamento do território não existia. Neste contexto, o I Plano de Fomento, constituído nos termos do n.º 1 da Base III da Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, e com um período de vigência previsto para seis anos, teve como objeto as obras públicas e o entendimento destas como a alavanca ideal para responder ao principal desafio com que o país se deparava, o desenvolvimento económico (Papudo, 2007a). No I Plano de Fomento (1953- 1958), o campo de ação do ordenamento do território é muito restrito e limitado já que se refere apenas como objetivos “a elevação do nível de vida das populações e o assegurar e melhorar das condições de emprego” (Oliveira, 2002), e o “estabelecimento de estratégias e a organização do investimento público a realizar” (Papudo, 2007a). O mês de Agosto de 1955 marcou o início dos trabalhos para a constituição do II Plano de Fomento (1959-1964), cuja organização e execução foi aprovada através da publicação da Lei n.º 2094, de 25 de Novembro de 1958. A preparação deste novo ciclo de planeamento exigiu, à equipa técnica, a elaboração de um renovado conjunto de estudos sobre necessidades e perspetivas futuras para a nação portuguesa (Papudo, 2007a). O II Plano de Fomento (1959–1964), já possui alguma experiência em matéria de planeamento pelo que estabelece objetivos de desenvolvimento regional visando a correção das assimetrias regionais (Oliveira, 2002).

No fim dos anos 50 promoveu-se o Plano Regional de Lisboa, cujos primeiros estudos são publicados em 1960 sob o título Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa, concluído em 1963; lançava-se também o Plano Urbanístico do Algarve, para orientar o previsível boom turístico; por outro lado, promoviam-se planos sectoriais de ordenamento, como o de Rega do

Alentejo e de Ordenamento Hidráulico da Bacia do Mondego (Gaspar, 1995). Nos anos 60, as preocupações passaram a incidir na “definição de um esquema de ordenamento geral do território”, com o equilíbrio na distribuição da população, do emprego e das atividades económicas e com o desenvolvimento das regiões (Oliveira, 2002). Em 1962 o Governo elaborou um projeto de Decreto-lei em que propunha a criação de uma junta de planeamento económico regional e que foi objeto de parecer da Câmara Corporativa, em que se sistematizam as bases do que deverá ser a institucionalização do sistema de planeamento regional (Gaspar, 1995). Ainda nos anos 60 desencadeia-se uma forte explosão de loteamentos e construções ditas “clandestinas”, à margem da lei, e o Estado abdica da sua função exclusiva de urbanizador das novas expansões, aceitando loteamentos de iniciativa privada. Neste contexto, e com o advento dos Planos de Fomento, é manifesta a necessidade de definir uma nova perspetiva para o desenvolvimento e gestão do território português. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 576/ 70, de 24 de Novembro, comumente identificada por “Lei dos Solos”, que constitui a primeira lei dos solos é dado um passo importante no sentido de organizar e regular o espaço geográfico. O Ministério das Obras Públicas, toma ainda outra iniciativa, ao promulgar o DL 561/70, que dispunha sobre a composição dos planos de Urbanização e os regulamentava. Caindo por terra os mecanismos introduzidos na legislação de Duarte Pacheco, em 1965, numa época de intensa expansão urbana, os proprietários e promotores ganham novamente o controlo sobre o tempo, o lugar e a forma de urbanização, sendo-lhes reconhecido por lei o direito de realizar operações urbanísticas em terrenos não abrangidos por planos de urbanização, designados por “operações de loteamento urbano”, baseado em projetos de urbanização que eles próprios elaboram. Foi neste período que aumentaram de forma exponencial os chamados bairros “clandestinos”, sendo estes mais tarde designados por “áreas urbanas de génese ilegal”. O Plano Diretor da Região de Lisboa (PDRL), numa primeira fase designado por Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa (PDDURL), foi elaborado no âmbito do quadro jurídico em vigor à data, conjugado com o Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de Novembro de 1965, teve como intuito o controlo e enquadramento da aceleração da dinâmica de ocupação do solo desta área geográfica (Papudo, 2007b). Este plano propõe um tipo de ordenamento inspirado nas ideias defendidas por Abercrombie no Greater London Plan (1944), o qual defende uma estrutura tipicamente funcionalista. Esta política urbanista fundamenta-se numa metodologia de zonamento das diferentes áreas temáticas da cidade, delimitadas por uma série de corredores verdes e reservas de espaços para infraestruturas de tráfego (Papudo, 2007b). Em 1966, no âmbito do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho é criada a Divisão de Planeamento Regional, que terá logo ação importante na preparação do III Plano de Fomento (1968-1973) em que o Planeamento Regional aparece pela primeira vez autonomizado, com direito a publicação individualizada, dada à estampa pela Imprensa Nacional de Lisboa (Gaspar, 1995). Entretanto, foi lançado um Plano Intercalar de Fomento (PIF) para o período de 1965 a 1967. O PIF é uma clara tentativa, por parte dos responsáveis políticos, de promover uma nova conceção de planeamento económico que traduza uma firme determinação de coordenar as inúmeras exigências da defesa e os objetivos do fomento económico. É, igualmente, a primeira experiência de planeamento global, no qual se procurou estabelecer uma coerência entre as projeções macroeconómicas e os programas sectoriais, promovendo-se, igualmente em primeira instância, a inclusão de objetivos de natureza social (Papudo, 2007a), adaptado de (DPP, 2006). Este plano, é o reconhecimento, por parte das autoridades nacionais da existência de uma série de desequilíbrios e incorreções regionais que deveriam ser solucionadas (Papudo, 2007a, citando Gaspar e Simões, 2006). Em 1968, segundo

Ferrão, Campos “a substituição da chefia política do regime, traz ao poder uma nova geração de decisores com uma formação técnica moderna e uma visão “ desenvolvimentista” da sociedade.” Esta nova geração, “possui uma consciência clara do papel que as infraestruturas territoriais, a política de habitação e a política de localização industrial tinham na promoção do desenvolvimento do país” (Ferrão, Campos, 2015). No ano de 1970, é publicado o primeiro Relatório do Ordenamento do Território, o qual privilegia o desenvolvimento económico e social, não havendo qualquer preocupação com as questões ambientais (Amorim, 2009).

Devido à intensificação das assimetrias regionais, resultado dos efeitos negativos do caos urbanístico herdado das duas décadas anteriores e da modernização territorialmente díspar do país tendo por base um modelo urbano-industrial, justificaram a necessidade de medidas corretivas de política pública. Neste contexto, surge o III Plano de Fomento (1968-1973), o qual incorporava uma perspetiva de política regional, visando pela primeira vez combater as assimetrias existentes através, designadamente, do reequilíbrio da rede urbana e do reordenamento da localização das atividades industriais. O III Plano de Fomento, “referia expressamente a necessidade de se definir um esquema geral do ordenamento do território, com vista a proporcionar a melhor repartição dos fatores produtivos em função dos recursos efetivamente utilizáveis” (Oliveira, 2002, citando STPC, 1973, p.77). A elaboração destes instrumentos previstos na lei para prosseguir esta racionalidade, era da competência exclusiva da Administração Central, encontrando-se os municípios proibidos de elaborarem planos de ordenamento para a totalidade do seu território. Neste documento são definidos alguns capítulos relevantes para esta matéria: Objetivos e Orientações Fundamentais, a Orgânica do Planeamento e as Medidas de Política Regional. Criou-se na sequência deste Plano o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, que elaborou estudos básicos relativos ao ordenamento urbano e industrial, que “(...) constituíram o Relatório para o Ordenamento do Território, onde estavam definidas linhas e os critérios de uma política de ordenamento do território do continente. Embora aprovado na generalidade, este nunca chegou a ser publicado (...)” (Oliveira, 2002). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 560/ 71, de 17 de Dezembro, cujo intuito é o aperfeiçoar e simplificar os vários atos processuais relacionados com o planeamento, entende-se ter sido dado um importante passo na clarificação da hierarquia dos planos, tornando-os mais flexíveis e incrementando a responsabilidade dos municípios relativamente à aprovação de Planos de Urbanização e de Pormenor, referentes a sectores urbanos integrados em planos gerais ou parciais já aprovados (Papudo, 2007d, citando Barroso 2006). Este Decreto-Lei n.º 561/ 71, de 17 de Dezembro, promove a simplificação da estrutura dos planos de urbanização, distinguindo o tipo de informação territorial e os elementos que o devem constituir (Papudo, 2007c). O decreto-lei referido anteriormente, articula-se com uma nova “bateria” de documentos legais que, com este, regulam o conjunto de procedimentos relacionados com a temática, designadamente:

- Decreto-Lei n.º 166/ 70, de 15 de Abril, relativo ao Regime de Licenciamento de Obras Particulares;
- Decreto-Lei n.º 576/ 70, de 24 de Novembro, o qual é respeitante à aquisição de terrenos pelas câmaras municipais, concessão de subsídios, empréstimos e garantias quanto a áreas sujeitas a Plano de Urbanização;
- Decreto-Lei n.º 561/ 71, de 17 de Dezembro, o qual fixa os requisitos de ordem técnica a que os planos gerais e parciais de urbanização e os Planos de Pormenor deveriam obedecer (Papudo, 2007c).



Um pouco antes da alteração de regime político português, é criado pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério do Equipamento (DGSU), em 1972, o Plano Diretor da Região do Porto (PDRP), promovido no âmbito da Lei n.º 2099, de 14 de Agosto de 1959, e do Decreto-Lei n.º 124/ 73, de 24 de Março, enquadrado pelo regime jurídico previsto no Decreto-Lei n.º 560/ 71, de 17 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 17/ 72, de 13 de Janeiro (Papudo, 2007b). Depois, para atalhar o mal dos loteamentos clandestinos, até aí descoordenado, foi criada uma nova lei de loteamento, DL 289/73 (Gaspar, 1995). Na preparação do IV Plano de Fomento (1974-1979), é tida em conta a experiência do III Plano de Fomento, incorporando a mesma, sendo que este plano, ao contrário dos anteriores, não foi produzido para ser aplicado num período temporal de seis anos, mas sim em dois ciclos de três anos cada, pretendendo-se, deste modo, conseguir uma superior adaptação do mesmo e promover a sua flexibilização face às constantes alterações do contexto político e económico. Tal como foi referido anteriormente, o IV Plano de Fomento (1974-1979), mantém a mesma filosofia e objetivos do plano anterior, apesar de agora estabelecer uma ligação entre os objetivos, a correção dos desequilíbrios regionais e ordenamento do território. Este plano tomara como um objetivo fundamental “o ordenamento do território e a correção gradual dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento”, tendo para o efeito sido elaborado um capítulo sobre Estratégia e Orientações do Ordenamento do Território (Oliveira, 2002). É nesta altura, que surge pela primeira vez, de forma explícita a identificação do projeto de ordenamento do território, associado à correção dos desequilíbrios regionais. No entanto, o Plano nunca passou à prática, na medida em que o regime político caiu com a revolução democrática de 25 de abril de 1974. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o OT sofre uma inversão na sua ideologia, tendo-se retomado uma linha de pensamento que assumia o urbanismo e o planeamento regional como as bases da sua organização territorial, iniciando desta forma um novo ciclo, ideologicamente diferente. Neste contexto, perderam-se algumas das mais-valias produzidas pelo anterior ciclo de planeamento, tais como uma visão conjuntural e estratégica do país, todavia, adquiriram-se outras, as quais promoveram uma maior proximidade do poder de decisão à população (Papudo, 2007a). Deste modo, a Constituição delega na Administração Central a proteção de interesses nacionais como, a proteção e valorização do património cultural, a defesa do ambiente e a preservação dos recursos naturais e a tarefa de assegurar um correto ordenamento do território. Às autarquias é reconhecida uma crescente autonomização, nomeadamente no que respeita ao planeamento do uso do solo e à gestão urbana. As suas ações começaram a ser visíveis através da criação de infraestruturas de base, procura da melhoria das condições de vida da população, redução das assimetrias nos espaços urbano-industriais e regulação e gestão do uso do solo (Oliveira, 2002, citando Maia 2000). Nesta medida, entramos num período de democratização, que decorreu entre 1974-1986, fase esta em que se deu vida ao poder local, existindo uma (re)valorização da dimensão urbanística. Nesta altura, os novos municípios legitimados pelo voto das suas comunidades eram um dos motores fundamentais das transformações económicas, sociais e territoriais até à data presente. Todavia, “dois acontecimentos ocorridos neste período prenunciam tendências que irão caracterizar os anos seguintes: a emergência e consolidação da política ambiental e o reforço do papel das Comissões de Desenvolvimento Regional (atualmente designadas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional)” (Ferrão, Campos, 2015). Ainda neste período entre 1974-1986, verificou-se o incentivo das agendas internacionais e a emergência da política ambiental. Neste contexto, depois da Revolução dos Cravos, e com a promulgação da nova Constituição da República, em 1976, o Ordenamento à escala

local entra numa nova dimensão, consequência direta de um aumento da responsabilização e das competências político-administrativas das autarquias locais. (Papudo, 2007c) Nesta altura, o I Governo Constitucional toma medidas em matéria de planeamento mas, sempre do ponto de vista do desenvolvimento económico e social. Entretanto, foi iniciado o combate às construções clandestinas, mas procurando obviar à tendência de legalizar as já existentes como facto consumado. Foi assim que surgiu o DL 804/76, reconversão de loteamentos ilegais, já após a revolução de 25 de Abril (Gaspar, 1995). Procurando politizar mais o processo e reforçar o movimento municipalista foi promulgada a lei dos solos DL 694/76, emendada pouco depois quanto á possibilidade de venda de terrenos por parte das Câmaras Municipais (Gaspar, 1995). Na sequência da afirmação do poder local na Constituição da República Portuguesa (1976), surgiu a primeira Lei de Atribuições e Competências das Autarquias Locais (Lei 79/77), que representou um sinal claro da administração pública, no reforço progressivo da autonomia municipal nas questões referentes ao planeamento físico. Esta lei destacou a emergência do poder local e com a definição das competências das autarquias locais, surgiu a necessidade de definição das políticas de intervenção a esse nível, não existindo nenhum instrumento específico para esse efeito. Perante a alteração do sentido do que deve ser o papel a desempenhar pelas autarquias no âmbito do planeamento territorial, encontram-se reunidas as condições mínimas para o aparecimento do Plano Diretor Municipal (PDM) como figura preponderante e estruturante de desenvolvimento económico e social do país (Papudo, 2007c).

Até então, o ordenamento local concretizava-se apenas através da figura «Plano Geral de Urbanização» (PGU), instituída em 1934 pelo engenheiro Duarte Pacheco, à data Ministro das Obras Públicas. Como sublinha, Simões 2007, citando Sérgio Barroso (2006), “Considerava o Governo que as câmaras solicitavam apoio para importantes obras de urbanização, que nem sempre eram delineadas com os melhores critérios, a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras de higiene e da convivência das aglomerações urbanas. Este facto resultava da falta de recursos técnicos especializados e da inexistência de princípios gerais em matéria de urbanização, capazes de orientar as autarquias”. Posteriormente, é definido o Plano de Médio-Prazo de 1977-1980 (dedicado particularmente à correção dos desequilíbrios regionais) que contudo não seria implementado devido à demissão do governo em 1978 (Oliveira, 2002). O uso da escala regional na gestão do território emergiu, no panorama nacional, com o advento da década de 80, até lá, esta opção nunca foi realmente admitida pelos diferentes executivos governamentais. Durante o espaço de tempo que antecedeu a adoção dessa prática, são lançados alguns atos de planeamento territorial supramunicipais, no entanto, a figura do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), tal como hoje a conhecemos, só surge com a promulgação do Decreto-Lei n.º 338/ 83, de 20 de Julho (Papudo, 2007b). A figura do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), tinha como objetivo primordial constituir-se como uma barreira ao avanço da edificação e da urbanização, visando promover a valorização dos recursos ambientais e paisagísticos, e ainda a valorização dos recursos naturais. Ausente do debate político e público desde 1974, esta primeira geração de PROT, embora complicada e contraditória, teve a capacidade de voltar a introduzir a perspetiva do ordenamento do território. Este conceito de plano, aplicável ao nível regional e sub-regional, é retomado com a publicação, em Maio de 1988, de um novo quadro legal que revogou o anterior. Este é um reflexo evidente de um desejo de reforço da responsabilização da administração local, principalmente, no que diz respeito ao ato de planear e perspetivar o espaço físico e humanizado (Papudo, 2007b).

Ainda durante esta época, em 1982, foi aprovada a lei que gera a figura do “plano diretor municipal”, o qual não detinha uma função única de regulação urbanística, reconhecendo aos municípios um papel na promoção do desenvolvimento económico e social local, oferecendo uma visão integrada do território. A criação do “plano diretor municipal” possibilitou aos municípios poderem planear o conjunto do seu território, abrangendo as áreas rurais. A figura do PDM, incide e intervém em todo o território municipal, consistindo num plano territorial que não se limita a regular as atividades dos particulares, debruçando-se sobre questões de uso, transformação e ocupação do solo, tendo um papel preponderante no desenvolvimento social e económico do município. O Decreto-Lei n.º 208/ 82, de 26 de Maio, introduz formalmente a figura do PDM ao descrever, ao longo de todo o seu preâmbulo, a necessidade de tal ferramenta. O PDM, dotou pela primeira vez as autarquias portuguesas de algum grau de autonomia no planeamento, conferindo-lhes um papel central no processo de desenvolvimento do seu município, assim, e segundo o descrito no artigo n.º 1, este tem uma série de funções como a definição de metas a alcançar pelos vários domínios que compõem o território do município e nas suas relações com o Ordenamento. É considerado, ainda, como um instrumento de planeamento de ocupação, uso e transformação do solo, de programação das realizações e investimentos municipais que ao respeitar as normas urbanísticas existentes, constituem um meio de coordenação dos programas municipais com os projetos de incidência local dos departamentos da administração central e regional (Papudo, 2007c). Contudo, só na década de 1990 se generaliza a plena operacionalização deste novo instrumento. À luz da nova legitimidade política e dos poderes obtidos pelos municípios, este período foi designado pela visão “urbanística” do desenvolvimento territorial. Esta primeira geração de PDM contou com alguns problemas. Estes planos detinham algumas insuficiências, tratando de forma diferente os territórios rurais e urbanos, existindo uma abordagem mais profunda, coerente e clara para os territórios urbanos. Estes planos sofriam também outro tipo de limitações, existindo uma reduzida, visão estratégica e programática, possuindo um carácter fundamentalmente regulamentar, conferindo-lhes grande rigidez e limitada capacidade para responder às mudanças do quadro social e económico e à diversidade das dinâmicas territoriais que se realçariam no período seguinte. Porém, apesar de muitos pontos negativos, os PDM de 1ª geração tiveram o seu impacto positivo no território ao criar uma consciência de ordenamento do território, ao promover o PDM como um plano orientador e, ao contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, através da infraestruturação e da implantação de equipamentos (Diogo, 2012). Assim sendo, conclui-se, que estes PDM de “primeira geração” tiveram um mérito indiscutível, ao introduzirem na consciência coletiva a noção de que a edificação e a urbanização deviam obedecer a regras, definidas pela Administração, que limitavam o exercício do direito de propriedade. Mais tarde, “Em 1983 foi criada a Direção Geral do Ordenamento, sob tutela da Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente do Ministério da Qualidade de Vida (1981-85)” (Ferrão, Campos, 2015), acautando responsabilidades nos domínios do ordenamento do território e da conservação da natureza. Desta forma, articulado com a política de ambiente e ordenamento da paisagem, renasce o ordenamento do território. Ainda nesta fase, no início da década de 1980, foram instituídas a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, as quais assumiram um destaque especial no domínio da produção legislativa, sendo ainda introduzido nesta altura a figura do Plano Regional de Ordenamento do Território. Com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) definiu-se um zonamento geral de grande escala em todo território português, delimitando-se cartograficamente e classificando, respetivamente, os solos considerados cruciais para o equilíbrio funcional dos ecossistemas naturais e a prevenção dos riscos

naturais, e ainda os solos com maior valor e aptidão agrícola e florestal, condicionando deste modo a edificação e urbanização em todos os solos abrangidos pela RAN e REN. Após 1986, data que marca a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), atualmente designada por União Europeia (UE), o país foi obrigado a apresentar um Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), visto que só desta forma é que a nação pode candidatar-se aos fundos estruturais europeus. Perante este quadro, foi aprovado, tanto ao nível nacional como comunitário, um referencial para o quadriénio de 1986-1990, o Programa de Desenvolvimento Regional (PRODR) (Papudo, 2007a). Foi também neste período que se deu a consolidação da política ambiental, e neste sentido, em linha com iniciativas internacionais, verificou-se a aprovação da primeira Lei de Bases do Ambiente pelo Parlamento em 1987, criando-se neste contexto o Instituto Nacional do Ambiente, surgindo cerca de uma década depois, em 1998, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS). Na sequência deste programa, e com a nomeação de um novo executivo governamental, torna-se necessário clarificar e definir uma estratégia de desenvolvimento regional para Portugal. Surge, assim, o Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado (PRODESREDI), a ser aplicado ao longo do quadriénio de 1989-1992. Este caracteriza-se por possuir uma visão conjuntural e integrada do país, das realidades que a compõem e dos seus processos de desenvolvimento.

## **2.2 Experiências mais recentes do Planeamento Urbanístico ao nível da cidade**

Em 1990, Valente de Oliveira promoveu uma reforma do quadro legal que regulou os planos municipais de ordenamento do território, passando deste modo, o plano diretor municipal, que tinha sido introduzido em 1982, a ser um instrumento de elaboração obrigatória para todos os municípios. Neste sentido, “os municípios sem PDM eficaz deixavam de poder realizar expropriações por utilidade pública e de ser elegíveis para programas e projetos financiados com verbas do Quadro Comunitário de Apoio I (1989-93)” (Ferrão, Campos, 2015). Durante a década de 90: “foi atribuída uma maior atenção à organização e ao funcionamento dos sistemas urbanos (renovação e reabilitação urbanas, acessibilidades urbanas e interurbanas, reforço em equipamentos e infra-estruturas urbanas) e ao aprofundamento da componente ambiental, no quadro da organização do território (com preocupações de natureza ambiental) e a operacionalização dos regimes de salvaguarda e protecção dos recursos naturais” (Oliveira, 2002).

Em 1990, é criado o D.L 69/90, regulamentando os Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT). Através deste, as antigas figuras do Plano Geral de Urbanização (PGU) e Plano Parcial de Urbanização (PPU) dão lugar ao Plano de Urbanização (PU) mantendo-se a figura do Plano de Pormenor (PP). De salientar a importância destas duas figuras no planeamento municipal, operando a diferentes escalas. Desta forma, o PU (escala 1:5000) define: “...uma organização para o meio urbano, estabelecendo, designadamente, o perímetro urbano, a conceção geral da forma urbana, os parâmetros urbanísticos, o destino das construções, os valores patrimoniais a proteger, os locais destinados à instalação de equipamentos, os espaços livres e o traçado esquemático da rede viária e

das infraestruturas principais...” (Artigo 9º, alínea 3) (Lima, 2011). A mesma figura urbanística estabelece também as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que servirão de base ao desenvolvimento, sendo este conceito definido como uma “...porção contínua do território, delimitada em PDM ou PU para efeitos de programação da execução do plano ou da realização de operações urbanísticas” (D. Reg. nº9 de 25/05/2009) (Lima, 2011). Por outro lado, o PP, atuando a uma escala mais reduzida (escala 1:1000, 1:2000) estabelece “...com minúcia, a tipologia de ocupação de qualquer área específica do município, estabelecendo no caso de área urbana a conceção do espaço urbano, dispondo, designadamente, sobre usos do solo e condições gerais de edificação, quer para novas edificações, quer para transformação das edificações existentes, caracterização das fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres...” (Artigo 9º, alínea 4) (Lima, 2011). A formulação dos PDM, ao longo da década de 90, criou pela primeira vez, um mercado para especialistas em urbanismo e ordenamento do território, os quais contribuíram de modo significativo para a afirmação da visão do ordenamento do território, por contraponto à visão mais “urbanística” tradicionalmente protagonizada por arquitetos e engenheiros urbanistas. Nesta mesma década de 90, o País cobriu-se de PDM’s, e o processo inicia uma nova viragem importante, quer na introdução mais forte das questões ambientais, seja no despontar dos conceitos de estratégia e de sustentabilidade (Lobo, 2011). Mais tarde, surgiu também a preocupação de abrir o processo de planeamento a outros agentes fora do município através de alterações na composição da Comissão Mista de Coordenação (CMC), possibilitando a participação dos representantes dos municípios vizinhos e das organizações económicas, sociais, culturais e ambientais de maior relevância na área do município (Lima, 2011). Perante a complexidade com que se revelou a implementação e execução de um PDM, os responsáveis políticos sentiram a necessidade de legislar no sentido de aligeirar os procedimentos com ele relacionados, o que veio a concretizar-se através da publicação do Decreto-Lei n.º 69/ 90, de 2 de Março, diploma que regula a elaboração, aprovação e ratificação dos PMOT. Este diploma marca um novo momento na prática do ordenamento do território (Papudo, 2007c). Os PDM elaborados ao abrigo do DL 69/90, foram elaborados com base em definições, objetivos e soluções “standard”, mostrando-se pouco adaptados e enquadrados à realidade de cada município, apostava-se numa “produção em série, numa total indiferença pelo território” (Diogo, 2012). Em suma, revelaram ser instrumentos com grandes deficiências técnicas. A esmagadora maioria refletia uma abordagem urbanística tradicional, esquecendo a perspetiva estratégica e o planeamento de recursos naturais; vários planos não consideraram os mecanismos de monitorização e avaliação e o contexto da sua realização também não foi o melhor (Simões, 2007, citando Carvalho, 2003). Como principal resultado da implementação deste diploma, é a resposta positiva dada pelas autarquias ao produzirem imediatamente um elevado número de PDM, circunstância que exige a adoção de medidas legislativas excecionais. Como resposta a este contexto, publica-se o Decreto-Lei n.º 25/ 92, de 25 de Fevereiro, o qual possibilita às autarquias locais a utilização da figura jurídica da Expropriação de forma a facilitar a execução dos seus atos de planeamento (Papudo, 2007d, citado em Barroso, 2006). Os PDM de “2ª geração” surgem numa conjuntura totalmente distinta, onde o aparecimento do “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e de Albufeiras de Águas Públicas, (...) bem como o encerramento do ciclo de planeamento da Orla Costeira Continental e o lançamento da elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território” são uma realidade que incidirá no âmbito municipal e na gestão territorial (Preâmbulo, DL 310/2003). A criação destes PDM implicam “valor acrescentado ao processo de planeamento e essa não está salvaguardada (falta de orientações de



política de Ordenamento do Território à escala Nacional e de estratégia de desenvolvimento regional)” (Diogo, 2012, citando Pereira, 2003, p.189). Na ausência de Planos de Pormenor e Planos de Urbanização, a gestão urbanística é garantida pelos Planos Diretores Municipais que se “constituem como a base do licenciamento da iniciativa dos particulares” (Diogo, 2012, citando Pereira, 2011). Ainda, segundo Diogo, 2012, citado em Pereira, 2011, o Plano de Urbanização define a organização de parte do território municipal (incluída em perímetros urbanos); estabelece a classificação dos solos, define a rede viária estruturante, a localização de equipamentos, os transportes e a estrutura ecológica municipal. Por outro lado, o Plano de Pormenor define com detalhe a ocupação de qualquer área específica do município; define os parâmetros urbanísticos, o desenho urbano, os espaços públicos, vias de circulação pedonal e viária, estacionamento, modelação de terrenos e distribuição volumétrica, localização de equipamentos e zonas verdes (Diogo, 2012, citando Pereira, 2011). Considerando o universo de inovação que o novo contexto europeu pressupõe, e no qual Portugal se encontra plenamente integrado, foi necessário adaptar o quadro legal vigente à nova realidade. Desta forma, a Lei 43/ 911, de 27 de Julho, que estabelece a Lei-Quadro para o Planeamento, vem regular a organização e o funcionamento do sistema de planeamento nacional, clarificando a sua estrutura, estabelecendo objetivos e princípios genéricos dos mesmos, bem como a definição da parte processual da sua elaboração (Papudo, 2007a). Em 1994, é criado o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos PDM (PROSIURB), financiado com verbas do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-99). Este programa assentava “em cinco vetores estratégicos orientadores da política de ordenamento do território e na necessidade de reordenar o sistema urbano, valorizando as cidades médias e os centros urbanos da rede complementar das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto”, visando “o desenvolvimento de centros urbanos que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional, dotando-os de equipamento e infraestruturas de apoio ao seu dinamismo económico e social” (# ½ do Despacho n.º 6/94) (Ferrão, Campos, 2015). Foi nesta altura, que existiu uma difusão do planeamento estratégico na prática da gestão territorial em Portugal, devido à imposição da elaboração de um Plano Estratégico para as cidades que se pretendiam candidatar a ações no âmbito do PROSIURB, constituindo-se como pioneiro o Plano Estratégico de Lisboa em 1992. No Despacho do MPAT n.º 7/94, de 21 de Janeiro de 1994, são estabelecidos os termos em que o imprescindível plano estratégico da cidade deve ser realizado, definindo-o como um documento da responsabilidade municipal, com o intuito de definir um quadro coerente de intervenções que viabilizem uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazos para determinada cidade. No programa deste documento, são referidos os objetivos gerais que devem liderar aquando da elaboração do plano estratégico, sendo expressos os objetivos estratégicos conforme os quais este deve ser estruturado, e é ainda apresentado um conjunto alargado de referências que o plano estratégico da cidade deve conter (Lima, 2011). Foi reconhecido que este processo de planeamento estratégico originou uma evolução significativa, tanto no modo de encarar o planeamento, quer para a sua prática, identificando-se aspetos positivos, os quais serão visíveis no quadro seguinte (Lima, 2011).

### Quadro 1 - Aspetos positivos com a introdução da prática dos Planos Estratégicos

A prática tradicional do planeamento beneficiou da introdução de alguma inovação metodológica e dos princípios do planeamento estratégico	adoptando-se métodos de prospectiva, de integração de um conjunto mais alargado de factores e de componentes críticos ao planeamento (com incidência nas variáveis externas às áreas de influência), valorizando-se o diálogo entre instituições e agentes e aumentaram-se as exigências de organização
Foram também ultrapassadas algumas limitações do planeamento tradicional	integrando componentes não espaciais, assumindo o plano como um processo para a resolução de problemas através do diálogo e da participação, da criação de complementaridades e da descentralização de competências e responsabilidades, racionalizando-se e valorizando-se assim os recursos
Divulgou-se uma atitude e uma metodologia de actuação estratégica no exercício político do poder	elevando o nível de exigência dos cidadãos face ao planeamento e a todos os agentes nele intervenientes

Fonte: (Lima, 2011)

Focados na valorização e salvaguarda de interesses nacionais em áreas territoriais ambientalmente sensíveis ou significativas, como as albufeiras de águas públicas, parques, reservas e orla costeira, foi apresentada em meados da década de 90 uma figura nova, os “planos especiais de ordenamento do território” (PEOT), constituindo-se como uma barreira ao avanço da edificação e da urbanização, através da incorporação de disposições reguladoras da construção, perdurando esta situação até à data de 2014. A figura jurídica do PEOT surgiu com a publicação do Decreto-Lei n.º 151/ 95, de 24 de Junho, onde é assinalada a razão da sua constituição. Segundo o legislador, as crescentes preocupações sentidas no domínio do ordenamento do território levaram os municípios e os diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado, a proceder à elaboração de planos disciplinadores da ocupação do solo com vista à fixação de regras de ocupação, uso e transformação das áreas sob sua jurisdição (Papudo, 2007b). No seguimento do conhecimento acumulado, principalmente ao longo dos anos 90, toda esta experiência é transposta para um novo quadro jurídico, o qual revoga a legislação produzida até então. Portanto, torna-se crível admitir-se que a LBOTU é o seu grande e último resultado, uniformizando processos, organizando e legislando no sentido de reunir, no menor número de documentos legais possível, uma matéria complexa como é o planeamento e o ordenamento do território (Papudo, 2007c). Foi em 1998-99, sob a defesa de um outro Ministro que tinha a tutela das obras públicas, do planeamento e da administração do território (João Cravinho, 1995-99), que pela primeira vez, o ordenamento do território e o urbanismo se constituem como uma política pública autónoma, a qual passa a ser regulada por uma Lei de Bases própria aprovada pelo Parlamento. É também nesta altura que se determina uma diferenciação clara entre “planos de desenvolvimento territorial”, de índole estratégica e programática, cuja formulação incumbe ao Estado central e ao nível regional da Administração, e “planos de uso do solo”, instrumentos funcionais com a finalidade de regular a atuação dos particulares e coadunar a execução

das políticas setoriais do Estado no território de cada município, cuja composição pertence à Administração local. A 11 de agosto de 1998, foi então criada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPOTU, Lei 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei 54/2007, de 31 de agosto), e revogada pela Lei de Bases n.º31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU) que abre um “capítulo novo na história das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal”. A Lei de Bases introduz um quadro de referência para a prática do ordenamento do território e urbanismo, quadro este que estrutura o sistema de planeamento, distinguindo os planos de acordo com o seu tipo e natureza e consagra uma hierarquização dos mesmos (Diogo, 2012). A Lei de Bases surge numa altura em que é necessária uma organização e melhor gestão das políticas públicas de ordenamento do território e urbanismo, albergando um conjunto de princípios necessários a uma boa prática do ordenamento (Diogo, 2012). Até à entrada em vigor desta lei de bases, o ordenamento jurídico-urbanístico era totalmente omissivo quanto às modalidades (sistemas) e instrumentos jurídicos de execução dos planos. Apesar desta lacuna, tal não levou à paralisação da gestão urbanística, uma vez que era possível encontrar no panorama jurídico português alguns meios que foram sendo aproveitados para esse efeito, independentemente de se encontrarem previstos na Lei dos Solos ou nos próprios planos urbanísticos (Papudo, 2007c). Este diploma caracteriza-se por possuir um conjunto alargado de novidades, das quais se realça a introdução do conceito de avaliação nos instrumentos operacionais de implementação dos diferentes planos de âmbito municipal (Papudo, 2007c). A lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPOTU), tem por objetivo unir o tratamento de uma parte do direito respeitante à disciplina do território. Definindo os princípios e objetivos desta política, a política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra, com base na instituição de um sistema de gestão territorial, as ações promovidas pela Administração Pública, para garantir uma organização e utilização nacional adequada, em ordem à sua valorização, nomeadamente no espaço europeu, na perspetiva do desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do país, suas diferentes regiões e aglomerados urbanos (Lima, 2011). O PROT evoluiu consideravelmente, tanto do ponto de vista normativo como do conteúdo, ao longo dos últimos anos. Após a publicação da LBPOTU, este passa a desempenhar um papel mais vocacionado para o estabelecimento de estratégias intermunicipais e de articulação regional. Esta evolução do quadro jurídico que o regulamentava, é um importante passo no sentido de dotar o PROT de capacidade legal para promover uma mediação entre os diferentes interesses em jogo, quer estes provenham da dimensão nacional (PNPOT) ou local (PMOT) (Papudo, 2007b). Com a aparição da LBPOTU, o planeamento só poderá consubstanciar-se através de tipos de planos e figuras de plano previstas pelo legislador, a quem compete escolher os nomes dos planos e estabelecer os seus objetivos, procedimentos de elaboração e conteúdos técnicos. Este diploma previa, que no prazo de um ano fossem aprovados os diplomas legais complementares que iriam definir o regime jurídico dos vários âmbitos (nacional, regional e municipal), o que aconteceu em 1999, através do D.L n.º 380/99, denominado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Lima, 2011). Nesta medida, o Governo foi obrigado a definir o regime jurídico dos novos instrumentos de gestão territorial e a alterar o regime aplicável à elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão dos Planos regionais de Ordenamento do Território (PROT), dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) (Papudo, 2007a). Nesta altura, é reconhecida, em Portugal, “uma grande evolução no sistema de planeamento e gestão territorial no sentido do seu amadurecimento, do seu aperfeiçoamento e, mesmo, da sua



consolidação”, a partir do momento em que o enquadramento legal veio clarificar/identificar os instrumentos de ordenamento disponíveis e o seu alcance (Sá, 2015). A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPOTU) e sobretudo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) são a este nível os diplomas mais relevantes dado que vieram explicitar e consolidar a natureza estratégica dos instrumentos de desenvolvimento territorial (Sá, 2015). A recente evolução do quadro legal no âmbito municipal, alarga as competências e a capacidade de intervenção das autarquias, municípios e freguesias, no desenvolvimento socioeconómico e na transformação do território, exigindo o correspondente aumento qualitativo e quantitativo das ações de planeamento, gestão e controlo municipais (Lima, 2011). O conceito sobre o planeamento municipal deve ser entendido como uma prática contínua de construção social, de desenvolvimento e de estruturação do território que se traduz pelo desenvolvimento de um processo no tempo, e não como uma mera atividade de produção de planos. Esta perspetiva implica que o processo de planeamento deverá dispor de uma organização formal, sistémica e integrada (Lima, 2011). Os planos ou instrumentos da gestão territorial preconizados na LBPOTU, efetivam a organização funcional do território, em quatro categorias distintas, de acordo com as funções diferenciadas que desempenham, nomeadamente: instrumentos de desenvolvimento territorial (IDT), instrumentos de planeamento territorial (IPT), instrumentos de política setorial (IPS) e os instrumentos de natureza especial (INE) (Lima, 2011). No seguimento da Lei n.º 48/98, surge então o DL n.º 380/99, de 22 de setembro, que define o RJIGT em que se “desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial” (art.º 1.º, DL n.º 380/99), em vigor atualmente destaca-se o DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do RJIGT (Serrano, 2015). De acordo com Lima (2011), aquilo que este D.L trouxe de novo, está associado ao facto de a monitorização ser integrada, pela primeira vez e de forma explícita, no processo de planeamento, através da figura do Relatório do Estado do Ordenamento do Território Municipal (REOT-M). Neste contexto, a autarquia tem de apresentar, de dois em dois anos, à assembleia municipal (e após discussão municipal), o REOT-M, cujo conteúdo contém a execução dos PMOT, bem como a sua articulação com a estratégia de desenvolvimento municipal, abrindo a possibilidade de uma eventual necessidade de proceder à sua revisão ou alteração (art.º 144 do D.L n.º 380/99) (Lima, 2011). O mesmo diploma clarifica também a classificação do solo, assentando numa distinção fundamental entre solo rural («aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano») e solo urbano («aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano») (Simões, 2007). Ainda, neste diploma “são delimitadas as responsabilidades do Estado, das autarquias locais e dos particulares, com o intuito de assegurar o desenvolvimento económico e social e a igualdade no acesso a equipamentos e serviços públicos, num quadro de sustentabilidade dos ecossistemas, de solidariedade intergeracional e de transformação do solo rural em urbano”, sendo defendido o princípio da participação pública ao longo de todo o processo de planeamento (Preâmbulo, RJIGT), seguindo a lógica da Lei de Bases (Diogo, 2012). Como todo este trabalho se desenrola essencialmente em torno da essência do Plano de Urbanização, importa analisar qual a função do PU à luz deste diploma, assim sendo, segundo o

artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 380/ 99, de 22 de Setembro, verifica-se que o PU define a organização espacial de determinada parte do território municipal, mais precisamente aquela que se encontra integrada no perímetro urbano. É através deste diploma que se “desenvolve o princípio da organização do sistema de gestão territorial num quadro de interação coordenada (...) explicitando-se as relações entre os diversos instrumentos, desenvolvendo-se o princípio da necessária compatibilização das respetivas opções” (Preâmbulo, DL 380/99). Deste modo, são hierarquizados os instrumentos de gestão territorial surgindo o designado “efeito cascata” (Ver quadro 2).

**Quadro 2 - Instrumentos de Gestão Territorial**

Tipo de Instrumento	Natureza	Nome	Nível
Desenvolvimento Territorial	Estratégica	PNPOT	Nacional
		PROT	Regional
		PIMOT	Intermunicipal
Planeamento Territorial	Regulamentar	PDM	Local
		PU	Local
		PP	Local
Política Sectorial	Sectorial	Planos Sectoriais	Nacional
Especial	Especial	PEOT	Nacional

**Fonte: Diogo (2012)**

A nível nacional, temos o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), de natureza estratégica, com grande importância na articulação entre as políticas de ordenamento do território e as de desenvolvimento económico e social (Diogo, 2012). Ainda no âmbito nacional temos os Planos Sectoriais que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial e, os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que “estabelecem um meio supletivo de intervenção do Governo apto à prossecução de objetivos de interesse nacional, com repercussão espacial”(Diogo, 2012). A nível regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) define um quadro estratégico para a intervenção regional e é uma referência para a elaboração dos planos municipais. É um plano que está articulado com o desenvolvimento económico e social (planos de desenvolvimento regional) e procura ainda “equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento que se verifiquem no âmbito do espaço regional” [art. 52º, alínea c), DL 380/99] (Diogo, 2012). Por último temos os Planos Intermunicipais, que procuram estrategicamente uma organização do território através de parcerias intermunicipais de infraestruturas, equipamentos, transportes e serviços (Preâmbulo, DL 380/99) e, os Planos Municipais de Ordenamento do Território, que regulamentam o regime de uso do solo local. Todos estes planos estão hierarquicamente definidos (do nível nacional ao nível local) sendo que os últimos deverão sempre ter como quadro de referência os Planos que lhe estão hierarquicamente acima. Nesta lógica os PMOT, e particularmente os PDM estão influenciados por um quadro legislativo que servirá de orientação desde o nível nacional e regional, ao local (Diogo, 2012). Relativamente aos PMOT, quando se fala em Planos de Urbanização (PU), deve-se perceber qual a sua dimensão e compreender qual o seu grau de importância em termos de planeamento e ordenamento do território, bem como se deve entender o seu papel e a sua finalidade, e ainda, em que medidas este se diferencia dos restantes instrumentos de gestão e desenvolvimento territorial, tais como o Plano Diretor Municipal (PDM), e o Plano de Pormenor (PP), devendo-se entender a escala de intervenção de cada um deles. Neste contexto, importa saber, que o PDM é um

instrumento geral de ordenamento do território do município, em certo sentido estabelece as diretrizes centrais do ordenamento, enquanto os PU e os PP são instrumentos de execução, explicitam, quando necessário, a forma como serão atingidas as metas definidas no PDM. Assim, pode-se elaborar planos diferentes para o mesmo recorte espacial, uma vez que os objetivos do PDM podem ser concretizados via a execução dos PU e PP (Antonello, 2015). Os instrumentos de gestão territorial são os mecanismos e ferramentas a que os agentes de planeamento podem recorrer durante o processo e a prática de ordenamento do território (Caeiro, 2015). Ainda, segundo o glossário em linha disponibilizado pela DGT (Direção-Geral do Território, 2013), verifica-se que os instrumentos de gestão territorial são definidos como o “conjunto dos instrumentos que concretizam o sistema de gestão territorial e, de acordo com as funções diferenciadas que desempenham no sistema: estabelecem as opções de desenvolvimento territorial e de organização do território nacional; programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial, determinando o respetivo impacte territorial; constituem um meio supletivo de intervenção do Governo para a prossecução de objetivos de interesse nacional com repercussão espacial; ou definem o regime de uso do solo.”(Sá, 2015). Os planos de ordenamento (anteriormente elencados) são hoje consensualmente considerados como elementos fundamentais para uma ação eficaz da Administração – “a base fundamental de todo o ordenamento urbanístico” (Sá, 2015), citando Alves Correia, 2001, p. 240). O seu desenvolvimento é competência da Administração Pública sendo de sublinhar que, sobretudo os de âmbito municipal materializam compromissos (Sá, 2015), citado em Pendall, 2001, p. 157, entre a entidade que os elabora e os órgãos administrativos que lhe são hierarquicamente superiores (Sá, 2015), citando Pardal, 2006. Comparando este diploma com o anterior, a principal diferença diagnosticada, tem a ver com o facto de pela primeira vez ser colocada particular atenção na execução dos instrumentos de planeamento territorial, nas condições de revisão dos planos e nas formas de avaliação da execução.(Lima, 2011) De todas as alterações concretizadas, é de realçar a publicação do Decreto-Lei n.º 555/ 99, de 16 de Dezembro, que realiza uma revisão dos regimes jurídicos de licenciamento municipal de loteamentos urbanos, de obras de urbanização e de obras particulares. Não é de estranhar que tal tenha sucedido, visto o contexto da gestão territorial em Portugal ter sido alterado com a publicação da lei de bases, à qual se associa o facto de a anterior legislação não ter conseguido compatibilizar as exigências de salvaguarda do interesse público com a eficiência administrativa, algo que qualquer cidadão legitimamente deseja e exige (Papudo, 2007c). Importa ainda reportar ao efeito EDEC, em que se verificou uma autonomização do ordenamento do território e urbanismo com política pública e a integração estratégica de Portugal no espaço territorial europeu. O processo EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (European Communities, 1999), teve reflexos no primeiro Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e nos PROT que foram elaborados em meados da década seguinte. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 555/ 99, de 16 de Dezembro é alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/ 2001, de 4 de Junho, promovendo este a harmonização dos dois regimes que se encontravam separados, simplificando e acelerando o conjunto de procedimentos processuais a realizar sem colocar em risco o interesse público, urbanístico e ambiental. É neste âmbito que é instituída a figura jurídica da autorização administrativa que vem, de alguma forma, diminuir a presença de um controlo prévio por parte da Administração (Papudo, 2007c). Em 2002, tendo por base a experiência do EDEC e a reforma legislativa de 1998-99, iniciou-se a elaboração do primeiro Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o qual foi aprovado pelo Parlamento em 2007. Com a operacionalização do previsto nos vários diplomas legais, foi entendido como necessário proceder ao

esclarecimento e ajuste processual nas fases de elaboração, acompanhamento, concertação e aprovação dos IGT de âmbito municipal, concretizado através do Decreto-Lei n.º 310/ 2003, de 10 de Dezembro. Contudo, tal feito não se revelou de todo suficiente, o que obrigou as autoridades competentes a publicar um novo diploma legal, a Portaria n.º 138/ 2005, de 2 de Fevereiro, através da qual fixa os demais elementos que devem acompanhar cada um dos PMOT, atendendo ao respetivo objeto e conteúdo material (Papudo, 2007c). No que respeita aos Planos de Urbanização (PU) e aos Planos de Pormenor (PP), estes em conjunto com o PDM, completam o núcleo dos atos de planeamento territorial previsto pela lei de bases e legislação complementar. Hierarquicamente inferiores aos últimos, o PU e o PP têm como objetivos os mesmos defendidos pelo PDM, contudo, a sua área de implementação é mais restrita, o que os dota de uma visão menos conjuntural e abrangente. Tanto o PU como o PP não são uma concretização isolada protagonizada por este quadro legal, resultam da publicação e operacionalização de um conjunto de diplomas que, ao longo dos anos, foram testaram várias opções e conceito (Papudo, 2007c). Por forma a simplificar os procedimentos de aprovação dos planos municipais, em 2007, ocorreu uma modificação legislativa de um dos diplomas regulamentares da Lei de Bases, sendo que tal transformação colocou fim à tutela técnico-burocrática da Administração sobre a gestão territorial dos municípios. De acordo com (Ferrão, Campos, 2015) “entre 2007 e 2011 lança-se a elaboração de Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) nas cinco regiões-plano da parte continental do país”, tendo como funções desenvolver o PNPOT e definirem “ a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.” Um dos maiores destaques vai para a integração da Avaliação Ambiental Estratégica, através da produção de um Relatório Ambiental conforme consagrado no D.L n.º 232/2007, de 15 de Junho, com o objetivo de analisar os efeitos ambientais durante as várias fases de execução dos instrumentos de gestão territorial (i.e. elaboração, acompanhamento, participação pública e aprovação) (Lima, 2011). Em 2007, foi ainda criada a Política de Cidades POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades) XXI, que integrava três dimensões: “intraurbana (operações de regeneração urbana); interurbana (redes de cooperação para a competitividade e a internacionalização); e urbano-rural (ações de integração entre os espaços urbanos e rurais)” (Ferrão, Campos, 2015). Depois destas referências temporais enunciadas, ocorreram alterações ao RJGT, designadamente através do D.L n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e do D.L 46/2009, de 20 de Fevereiro. A alteração do primeiro decreto-lei aconteceu pela necessidade de alterar o conteúdo material dos PU e dos PP, assim como do regime da dinâmica dos instrumentos de gestão territorial em geral (Lima, 2011). As principais alterações desse decreto-lei passam pela reclassificação do solo, integração da avaliação ambiental estratégica, alteração no processo de acompanhamento e de aprovação, bem como a alteração da justificação da revisão (Lima, 2011). Relativamente ao D.L 46/2009, de 20 de Fevereiro, alterou o RJGT, designadamente na temática da suspensão dos PMOT, com o objetivo de aumentar a responsabilização e autonomia dos municípios pelas suas opções em matéria de ordenamento do território e de urbanismo (Lima, 2011). Contudo, esta política não significou um retrocesso dos poderes do Estado Central, já que este optou também por um reforço da participação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), através da previsão da emissão de pareceres nos procedimentos de suspensão dos planos municipais de ordenamento do território e no estabelecimento de medidas preventivas (Lima, 2011). No entanto, a partir de 2011, com a chegada

do XIX Governo Constitucional (2011-2015), todo este esforço que decorreu ao longo de uma década foi cessado, chegando apenas à fase de aprovação três dos seis PROT elaborados (Algarve, Alentejo e Oeste), ficando os restantes (Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa) a esperar o desfecho de um novo processo de revisão extensiva do quadro legal e regulamentar do ordenamento do território e do urbanismo. Posteriormente, o espaço marítimo será tido como objeto da política de ordenamento, sendo aprovada em 2014, a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, contando ainda no ano seguinte, com a aprovação do regime jurídico aplicável ao ordenamento marítimo nacional, o qual veio complementar a Lei de Bases. A elaboração da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional coincidiu com a fase de preparação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (2013-2014), no entanto, durante a decorrência de todo este processo, não existiu nenhuma articulação entre os dois domínios. Esta desarticulação vai contra o que foi aprovado no Conselho Informal dos Ministros do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Territorial em 2011, onde se defendia a promoção da coesão territorial, propondo-se uma crescente integração entre os sistemas de planeamento de incidência marítima e terrestre em prol de um desenvolvimento sustentável e harmonioso do “continuum terra-mar”. Neste mesmo período assistiu-se à introdução do tema alterações climáticas no domínio do ordenamento do território, verificando-se que a ligação entre ordenamento do território e alterações climáticas ganhou importância com a emergência da componente de adaptação. Deste modo, o cruzamento entre a adaptação às alterações climáticas e ordenamento do território vai-se forjando através da ação das autoridades nacionais do ordenamento do território e do ambiente, umas vezes em cooperação e outras de forma paralela. Por iniciativa do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, em 2014 é lançado, o Programa AdaPT, cuja finalidade passava pela transposição das estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas para os planos municipais de ordenamento do território. Por fim, surge o DL n.º 80/2015, de 14 de Maio, o qual procede à revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), revogando o DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, dando cumprimento ao previsto no artigo 81.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, que definiu a nova lei de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (CCDRC, 2015). Esta revisão vem introduzir alterações significativas ao anterior RJIGT, das quais se revela a distinção regimentar entre programas e planos territoriais, com fundamento na diferenciação material entre, por um lado, as intervenções de natureza estratégica da administração central e, por outro lado, as intervenções da administração local, de carácter dispositivo e vinculativo dos particulares (CCDRC, 2015). Concretiza-se um novo Sistema de classificação do solo: solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável (CCDRC, 2015). Na tabela seguinte, serão representados alguns dos maiores atos de planeamento executados em Portugal, sob uma perspetiva genealógica, desde 1755.



**Tabela 2 - Atos de Planeamento em Portugal**

<b>Ano</b>	<b>Atos de Planeamento</b>
<b>1755</b>	Reconstrução da cidade de Lisboa
<b>1865</b>	Planos Gerais de Melhoramento para Lisboa e Porto
<b>1934</b>	Planos Gerais de Urbanização
<b>1946</b>	Anteplanos de Urbanização
<b>1952</b>	I Plano de Fomento
<b>1958</b>	II Plano de Fomento
<b>1967</b>	Plano Regional do Algarve
<b>1968</b>	III Plano de Fomento
<b>1973</b>	IV Plano de Fomento e Plano Director da Região do Porto
<b>1981</b>	Reserva Agrícola Nacional (RAN)
<b>1982</b>	Plano Director Municipal
<b>1983</b>	- Reserva Ecológica Nacional (REN) - Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT)
<b>1986</b>	Programa de Desenvolvimento Regional (PRODR)
<b>1987</b>	Primeira Lei de Bases do Ambiente
<b>1988</b>	Programas de reabilitação urbana, tais como o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)
<b>1990</b>	Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março, o qual regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.
<b>1994</b>	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional (PROSIURB)
<b>1995</b>	Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)
<b>1998</b>	Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPOTU)
<b>1999</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>2004</b>	Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio – a figura das Sociedades de Reabilitação Urbana
<b>2007</b>	- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Avaliação Ambiental Estratégica - Política de Cidades POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades) XXI
<b>2014</b>	-Aprovação da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece a nova Lei de Bases gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<b>2015</b>	Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

**Fonte: Autores vários, tratamento próprio**

## 2.3 Planos de Urbanização e Planos de Pormenor na AML e CIRA

À semelhança de um estudo realizado e apresentado na Tese de Doutoramento do Paulo Silva em 2010, e por forma a perceber as dinâmicas de produção dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor desde 1948 até à data presente, procedeu-se a uma recolha de dados feita a partir da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Nesta medida, e a partir destes dados, serão representados alguns quadros ilustrativos das dinâmicas e tendências verificadas em termos de produção de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor. As duas áreas de estudo circunscrevem-se a todos os concelhos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (dados recolhidos por Paulo Silva, 2010), e todos os concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal de Aveiro (dados recolhidos por mim). Primeiramente, serão analisados e interpretados os dados apresentados na Tese de Doutoramento, elaborada por Paulo Silva, 2010. A Área Metropolitana da Lisboa é constituída por dezoito municípios, agrupados em duas sub-regiões: Grande Lisboa e Península de Setúbal, constituindo-se como a área metropolitana mais populosa do país (NUTS III), e a segunda região mais populosa (NUTS II), a seguir à Região do Norte. Os concelhos que compõe a Área Metropolitana de Lisboa são: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Depois de feita a análise aos quadros apresentados por Silva, 2010, na sua Tese de Doutoramento, verifica-se que no total existem 50 planos de urbanização para a AML, sendo todos estes planos elaborados durante o período que decorreu entre 1948-2007. Após efetuada a análise aos mesmos quadros, constata-se que o rácio de Planos de Urbanização é de quase três PU's por Município, visto existirem cinquenta planos para dezoito concelhos, havendo desta forma, mais planos do que municípios. No entanto, a disposição de planos de urbanização pelos dezoito municípios é muito heterogénea, verificando-se que só o Concelho da Amadora detém 15 planos de urbanização, de seguida temos Lisboa que conta com 10 PU's, e depois Oeiras com 7. Só estes três municípios referidos anteriormente, representam mais de metade dos planos de urbanização elaborados durante este período temporal para a AML. Os cinquenta Planos de Urbanização encontram-se distribuídos por dez concelhos, verificando-se então que oito municípios não dispõem de qualquer plano de urbanização, o que permite concluir que em quase metade dos concelhos pertencentes à AML só existe planeamento à escala municipal feito através do PDM, e planeamento à escala local realizado através do PP, como se poderá observar mais à frente. Setúbal, sendo a segunda capital do distrito não dispõe de nenhum PU, levando a crer que o planeamento à escala da cidade é algo insignificativo e ignorado pelo município. Como é consabido, a sequência que os instrumentos de gestão territorial devem seguir em cada concelho passa primeiramente pela elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), existindo um planeamento urbano à escala municipal, seguidamente deve(m) ser formulado(s) (embora a sua elaboração tenha um caráter facultativo) o(s) Plano de Urbanização (PU), conferindo um planeamento urbano ao nível da cidade, e por fim o Plano de Pormenor (PP) (à semelhança do PU, a sua elaboração possui também um caráter facultativo), o qual permite um planeamento do território à escala local, ao nível do bairro. Mesmo estando a falar da zona mais urbanizada do país, denota-se que existem oito concelhos da AML, que até ao momento, não estão a implementar a sequência correta que os instrumentos de gestão territorial devem seguir. No caso da AML, os primeiros onze planos de urbanização apareceram no período que decorreu entre 1948-1989, sendo os primeiros dois elaborados em 1948, pelos concelhos de Cascais e Oeiras. Tal como já foi referido anteriormente, após a Revolução de 25

de Abril de 1974, o OT sofre uma inversão na sua ideologia, tendo-se retomado uma linha de pensamento que assumia o urbanismo e o planeamento regional como as bases da sua organização territorial, iniciando desta forma um novo ciclo, ideologicamente diferente. Ao se analisar a produção de PU por concelhos da AML no período temporal que decorre entre 1948-1989, percebe-se claramente que a partir de 1974, a dinâmica de produção destes planos é muito superior à verificada até então, existindo unicamente 3 planos de urbanização em 26 anos (1948-1974). Por outro lado, a partir de 1974, até 1989, constata-se que foram produzidos durante 15 anos, 8 planos de urbanização, o que leva a crer, que esta mudança no OT, teve repercussões positivas ao nível do planeamento urbanístico à escala da cidade. Em 1990, é criado o Decreto-Lei n.º 69/ 90, de 2 de Março, diploma que regula a elaboração, aprovação e ratificação dos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT). Através deste, as antigas figuras do Plano Geral de Urbanização (PGU) e Plano Parcial de Urbanização (PPU) dão lugar ao Plano de Urbanização (PU), mantendo-se a figura do Plano de Pormenor (PP). Foi precisamente neste período, a partir de 1990 até à data de 1998, que se observa o auge da produção dos planos de urbanização na AML, sendo produzidos nesta altura, 34 planos de urbanização. Atendendo a estes dados, pode concluir-se que o planeamento urbano ao nível da cidade, durante esta época, é visto como um ato de planeamento extremamente importante para a organização, estrutura e desenvolvimento territorial das cidades. Porém, em 1998-99, sob a defesa de um Ministro que tinha a tutela das obras públicas, do planeamento e da administração do território (João Cravinho, 1995-99), que pela primeira vez, o ordenamento do território e o urbanismo se constituem como uma política pública autónoma, a qual passa a ser regulada pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, Lei 48/98, de 11 de Agosto). A Lei de Bases introduz um quadro de referência para a prática do ordenamento do território e urbanismo, quadro este que estrutura o sistema de planeamento, distinguindo os planos de acordo com o seu tipo e natureza e consagra uma hierarquização dos mesmos (Diogo, 2012). Logo de seguida, em 1999, surgiu o D.L n.º 380/99, designado de Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Nesta medida, o Governo foi obrigado a definir o regime jurídico dos novos instrumentos de gestão territorial e a alterar o regime aplicável à elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão dos Planos regionais de Ordenamento do Território (PROT), dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). A recente evolução do quadro legal no âmbito municipal, alarga as competências e a capacidade de intervenção das autarquias, municípios e freguesias, no desenvolvimento socioeconómico e na transformação do território, exigindo o correspondente aumento qualitativo e quantitativo das ações de planeamento, gestão e controlo municipais (Lima, 2011). Contudo, nem por estas razões, deixou-se de assistir a uma tendência regressiva muito significativa em termos de produção de planos de urbanização na AML, durante o período que decorre entre 1999-2007, constatando-se que foram apenas elaborados cinco planos de urbanização, distribuídos por quatro concelhos, permitindo concluir que o planeamento ao nível das cidades a partir da aparição desta nova legislação constituída pela LBOTU e RJIGT, em vez de proporcionar repercussões positivas, por forma a aumentar as dinâmicas de produção dos PU, pelo contrário, veio piorar e agravar ainda mais o cenário que dita o fraco planeamento urbanístico à escala da cidade, percebendo-se claramente que o planeamento ao nível da cidade na AML tem sido colocado um pouco de parte desde a entrada desta nova legislação, não dando a importância devida a este instrumento de gestão territorial. Após feita a análise aos quadros apresentados por Paulo Silva, 2010, na sua Tese de Doutoramento, que representam os



planos de pormenor elaborados por concelhos da AML nos períodos 1977-1989, 1990-1998 e 1999-2007, verifica-se que existem no total cento e cinquenta planos de pormenor em vigor, o que dá uma média pouco superior a oito PP's por concelho, constatando-se que o número total de planos de pormenor é três vezes superior ao número total de planos de urbanização. Ao invés do que acontece nos planos de urbanização, aqui denota-se que todos os dezoito concelhos dispõe de pelo menos um plano de pormenor, verificando-se no entanto, uma disposição muito heterogénea dos mesmos.

Depois de feita a análise aos diferentes períodos de planos de pormenor existentes por concelhos da AML, verifica-se que no período que decorreu entre 1977-1989 foram somente elaborados dois planos de pormenor, sendo estes produzidos pelos concelhos de Sintra e Barreiro. Em conformidade com o que acontece com os planos de urbanização, denota-se um aumento exponencial na produção de planos de pormenor na época entre 1990-1998, sendo elaborados oitenta e seis PP's. Ao invés, no período seguinte entre 1999-2007, verifica-se uma pequena regressão, sendo produzidos nesta fase sessenta e seis planos de pormenor. Mediante a informação obtida e analisada pode então concluir-se que o investimento dos concelhos da AML nos planos de pormenor é muito maior face aos planos de urbanização, constatando-se uma subutilização dos PU's, verificando-se a existência de um planeamento municipal ao nível de todos os concelhos da AML, a existência de um planeamento urbanístico à escala da cidade em alguns dos concelhos, sendo muito fraco ou até inexistente em grande parte deles, e a presença de um planeamento local, ao nível do bairro forte em mais de metade dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa. Neste contexto, seguidamente, serão analisados e interpretados os quadros elaborados por mim. O quadro 3, abaixo representado, apresenta a lista dos Planos de Urbanização e de Pormenor, que se encontravam eficazes e arquivados na Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) em 2017 para a CIRA.

**Quadro 3 - PU E PP EFICAZES EM 2007 POR CONCELHOS DA CIRA**

CONCELHOS	PLANOS
ÁGUEDA	PP DO PARQUE EMPRESARIAL DO CASARÃO (PUBLICADO EM 2017)
ALBERGARIA-A-VELHA	PP DA SENHORA DO SOCORRO (PUBLICADO EM 2006)
ANADIA	NÃO EXISTEM REGISTOS
AVEIRO	PU DA CIDADE DE AVEIRO (PUBLICADO EM 2009)
	PU DO PROGRAMA POLIS (PUBLICADO EM 2005)
	PP DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO (PUBLICADO EM 2004)
	PP DO CENTRO (PUBLICADO EM 2002)
	PP DA PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA (PUBLICADO EM 2013)
	PP DE RASOS (PUBLICADO EM 2007)
ESTARREJA	PU DO CENTRO DE SALREU (PUBLICADO EM 2011)
	PU DA CIDADE DE ESTARREJA (PUBLICADO EM 2010)
	PU DO POLÍGONO NASCENTE DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMADO – ESPAÇO INDUSTRIAL (PUBLICADO EM 2012)
	PP DO ECO-PARQUE EMPRESARIAL DE ESTARREJA (PUBLICADO EM 2010)
	PP DO PARQUE EMPRESARIAL DA QUIMIPARQUE (PUBLICADO EM 2006)
	PP DA PÓVOA DE BAIXO (PUBLICADO EM 1998)
ÍLHAVO	PP DA ÁREA DE EQUIPAMENTOS DA FRENTE MARÍTIMA DA COSTA NOVA (PUBLICADO EM 2012)
	PP DA ZONA DO MUSEU (PUBLICADO EM 1994)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA (PUBLICADO EM 1992)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA (PUBLICADO EM 1992)
MURTOSA	PU DO BUNHEIRO (PUBLICADO EM 2007)
	PU DA ZONA HISTÓRICA DA MURTOSA (PUBLICADO EM 2012)
	PP DO BICO (PUBLICADO EM 2007)
	PP DO OUTEIRO DA MACEDA (PUBLICADO EM 2007)
	PP PARA A RECUPERAÇÃO DA ENVOLVENTE DO MERCADO E BAIROS SOCIAIS DA TORREIRA (PUBLICADO EM 2010)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL (PUBLICADO EM 1989)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL DA MURTOSA (2ª FASE) (PUBLICADO EM 2002)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL DA MURTOSA (2ª FASE) (PUBLICADO EM 2002)
OLIVEIRA DO BAIRRO	NÃO EXISTEM REGISTOS
OVAR	PP A SUL DA AVENIDA DOS CORREIOS, EM ESMORIZ (PUBLICADO EM 2010)
	PP DA ÁREA ENVOLVENTE DO NÚCLEO ESCOLAR A NORTE DE OVAR (PUBLICADO EM 2007)
	PP AVENIDA DE DRAVEIL – ESMORIZ (PUBLICADO EM 1999)
	PP CARREGAL DO NORTE – PRAIA DO FURADOURO (PUBLICADO EM 2005)
	PP DO NÚCLEO DESPORTIVO A NORTE DE OVAR (PUBLICADO EM 2006)
	PP DA PONTE READA (PUBLICADO EM 2007)
	PP DO QUARTEIRÃO A POENTE DA MATA DA BICHA (PUBLICADO EM 1993)
	PP DO QUARTEIRÃO A POENTE DA MATA DA BICHA (PUBLICADO EM 1993)
SEVER DO VOUGA	PP DA ZONA INDUSTRIAL DE TALHADAS (PUBLICADO EM 1992)
VAGOS	PP DO BAIRRO DA CORREDOURA (PUBLICADO EM 2004)
	PP DA GAFANHA DA BOA HORA/FLORESTA (PUBLICADO EM 2003)
	PP DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – PARCELA A (PUBLICADO EM 2009)
	PP DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – PARCELA B (PUBLICADO EM 2014)
	PP DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – PARCELA F (PUBLICADO EM 2010)
	PP DA PRAIA DA VAGUEIRA (PUBLICADO EM 1997)
	PP DE S.SEBASTIÃO (PUBLICADO EM 2008)
	PP DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS (PUBLICADO EM 1993)
	PU DE VAGOS (PUBLICADO EM 2001)

**FONTE: DGOTDU, 2017**

**Quadro 4 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA EM 1948-1989, 1990-1998, 1999-2007 E 2008-2017**

	1948-1989	1990-1998	1999-2007	2008-2017	TOTAL
<b>ÁGUEDA</b>	0	0	0	0	0
<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	0	0	0	0	0
<b>ANADIA</b>	0	0	0	0	0
<b>AVEIRO</b>	0	0	1	1	2
<b>ESTARREJA</b>	0	0	0	3	3
<b>ÍLHAVO</b>	0	0	0	0	0
<b>MURTOSA</b>	0	0	1	1	2
<b>OLIVEIRA DO BAIRRO</b>	0	0	0	0	0
<b>OVAR</b>	0	0	0	0	0
<b>SEVER DO VOUGA</b>	0	0	0	0	0
<b>VAGOS</b>	0	0	1	0	1
<b>TOTAL</b>	0	0	3	5	8

**FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) é constituída por onze concelhos: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos. Analisando-se o quadro anterior, verifica-se que o encadeamento dado aos instrumentos de gestão territorial nos vários concelhos é diferente, e na maior parte dos casos, passamos imediatamente de um planeamento de escala municipal para um planeamento de escala local, ao nível do bairro, não havendo qualquer tipo de planeamento ao nível da cidade, tal como acontece no caso dos concelhos de Águeda, Anadia, Ílhavo, Ovar e Sever do Vouga, verificando-se desta forma, que a maioria dos concelhos despreza e não dá a importância devida aos Planos de Urbanização. Mais grave ainda, é o cenário verificado no caso dos Concelhos de Anadia e Oliveira do Bairro, onde perdura unicamente o planeamento à escala municipal, sendo o PDM, o único instrumento de gestão territorial que vigora até ao momento. No total, existem apenas oito Planos de Urbanização, sendo o rácio de Planos de Urbanização inferior a um, visto existirem oito Planos de Urbanização para onze concelhos, constatando-se que há menos Planos de Urbanização do que o número total de Concelhos. Depois de feita a análise ao quadro anterior, denota-se que os oito Planos de Urbanização produzidos se encontram distribuídos unicamente por quatro dos onze concelhos, onde Estarreja detém o maior número de PU's, contando com três, de seguida Aveiro e Murtosa contam com dois, e por fim Vagos contém apenas um.

Curiosamente, enquanto na AML, se verificou que o período auge da produção de planos de urbanização decorreu no período entre 1990-1998, sendo produzidos 34 PU durante esta fase temporal, no caso da CIRA, constata-se a inexistência de qualquer plano produzido nesta altura, levando a crer que o planeamento urbano ao nível da cidade, durante esta época, não é visto como um ato de planeamento importante para a organização, estrutura e desenvolvimento territorial das cidades, permitindo ainda compreender, que o planeamento ao nível da cidade, até esta altura, foi completamente ignorado por parte de todos os municípios que integram a CIRA. Observando-se o

quadro 5, pode concluir-se que só após a entrada da LBOTU e RJGT, se verifica a aparição do primeiro PU, em 2001, no concelho de Vagos, aparecendo posteriormente em Aveiro o PU do Programa Polis em 2005, e o PU do Bunheiro em 2007, pertencente ao concelho da Murtosa, assistindo-se, deste modo, a uma mudança nos atos de planeamento urbano ao nível da cidade, consagrados por alguns municípios que integram a CIRA. Ao se analisar os quadros 5 e 6, constata-se uma tendência de aumento para a elaboração de planos de urbanização, visto que nos últimos dez anos foram elaborados cinco PU's, destacando-se o concelho de Estarreja, o qual detém três dos cinco PU formulados nesta fase, aparecendo novamente Aveiro e Murtosa com mais PU cada.

**Quadro 5 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1999-2007**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
ÁGUEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ALBERGARIA-A-VELHA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ANADIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVEIRO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
ESTARREJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ÍLHAVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MURTOSA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
OLIVEIRA DO BAIRRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OVAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SEVER DO VOUGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VAGOS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	-	-	1	-	-	-	1	-	1	3

FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO

**Quadro 6 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 2008-2017**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
ÁGUEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ALBERGARIA-A-VELHA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ANADIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVEIRO	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
ESTARREJA	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	3
ÍLHAVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MURTOSA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
OLIVEIRA DO BAIRRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OVAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SEVER DO VOUGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VAGOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	5

**FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO**

**Quadro 7 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NOS PERÍODOS 1977-1989, 1990-1998, 1999-2007 E 2008-2017**

	<b>1977-1989</b>	<b>1990-1998</b>	<b>1999-2007</b>	<b>2008-2017</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ÁGUEDA</b>	0	0	0	1	1
<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	0	0	1	0	1
<b>ANADIA</b>	0	0	0	0	0
<b>AVEIRO</b>	0	0	3	1	4
<b>ESTARREJA</b>	0	1	1	1	3
<b>ÍLHAVO</b>	0	2	0	1	3
<b>MURTOSA</b>	1	0	3	1	5
<b>OLIVEIRA DO BAIRO</b>	0	0	0	0	0
<b>OVAR</b>	0	1	5	1	7
<b>SEVER DO VOUGA</b>	0	1	0	0	1
<b>VAGOS</b>	0	2	2	4	8
<b>TOTAL</b>	1	7	15	10	33

**FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO**

Após feita a análise ao quadro 7, o qual representa os planos de pormenor por concelhos da CIRA, verifica-se que existem no total trinta e três planos de pormenor, o que dá uma média de três PP's por concelho. No entanto, tal como já referido anteriormente, os concelhos de Anadia e Oliveira do Bairro não dispõem de quaisquer tipo de planeamento ao nível da cidade, nem de planeamento local, ao nível do bairro, o que faz com que existam concelhos que se encontram acima e abaixo da média do número de PP's por concelho. Acima da média encontram-se os concelhos de Aveiro com quatro, Murtosa com cinco, Ovar com sete e o maior destaque vai para o concelho de Vagos que conta até ao momento com oito planos de pormenor. Abaixo da média encontram-se Águeda com 1, Albergaria-a-Velha com 1 e Sever do Vouga com 1. Os concelhos de Estarreja dispõem ambos de três planos de pormenor, situando-se deste modo dentro do rácio médio do número de planos de pormenor produzidos por concelho. Depois de feita a análise aos diferentes períodos de planos de pormenor existentes por concelhos da CIRA, segundo o quadro 9, verifica-se um aumento significativo na produção de planos de pormenor na época entre 1999-2007, assumindo-se até hoje como o período do auge relativamente ao planeamento local, ao nível do bairro, sendo elaborados nesta fase quinze planos de pormenor, enquanto no período que decorreu entre 1990-1998, só tinham sido formulados sete PP's, tal como se pode observar no quadro 8. Atentando-se para o quadro 10, denota-se que no período seguinte entre 2008 até à atualidade o número diminui, sendo apenas elaborados dez planos de pormenor, constatando-se uma tendência regressiva. Mais uma vez se pode argumentar que o investimento dos concelhos da CIRA nos planos de pormenor é muito maior relativamente aos planos de urbanização, constatando-se uma subutilização dos PU's, verificando-se a existência de um planeamento municipal ao nível de todos os concelhos da CIRA, a inexistência de

planeamento ao nível da cidade na maioria dos concelhos, e a presença de um forte planeamento local, ao nível do bairro.

**Quadro 8 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1990-1998**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	TOTAL
ÁGUEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ALBERGARIA-A-VELHA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ANADIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AVEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ESTARREJA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
ÍLHAVO	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
MURTOSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
OLIVEIRA DO BAIRRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
OVAR	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
SEVER DO VOUGA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
VAGOS	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2
TOTAL	-	-	2	2	1	-	-	1	1	7

FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO

**Quadro 9 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 1999-2007**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
ÁGUEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ALBERGARIA-A-VELHA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
ANADIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AVEIRO	-	-	-	1	-	1	-	-	1	3
ESTARREJA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
ÍLHAVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MURTOSA	-	-	-	1	-	-	-	-	2	3
OLIVEIRA DO BAIRRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
OVAR	1	-	-	-	-	-	1	1	2	5
SEVER DO VOUGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VAGOS	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL	1	-	-	2	1	2	1	3	5	15

FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO

**Quadro 10 - PLANOS DE PORMENOR POR CONCELHOS DA CIRA NO PERÍODO 2008-2017**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
ÁGUEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
ALBERGARIA-A-VELHA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ANADIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AVEIRO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
ESTARREJA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
ÍLHAVO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
MURTOSA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
OLIVEIRA DO BAIRRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
OVAR	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
SEVER DO VOUGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VAGOS	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	4
TOTAL	1	1	4	-	1	1	1	-	-	1	10

FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO

Para uma melhor compreensão da informação descrita anteriormente, acerca das dinâmicas de produção dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor na CIRA, seguidamente, apresento graficamente um quadro síntese, que irá permitir uma leitura fácil e simplificada acerca desta matéria.

**Quadro 11 - Planos de Urbanização e Planos de Pormenor na CIRA desde 1948**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	
PLANOS DE URBANIZAÇÃO	PLANOS DE PORMENOR
8 PU elaborados	33 PP elaborados
Rácio de PU por Município <1	Rácio de PP por Município = 3 PP
4 Concelhos fazem uso deste IGT	9 Concelhos fazem uso deste IGT
Fraco Planeamento Urbanístico à escala da Cidade	Forte Planeamento Urbanístico à escala do Bairro
Aparição do primeiro PU em 2001 - Vagos	Aparição do primeiro PP em 1989 - Murtosa
Tendência progressiva para a elaboração de PU	Tendência regressiva para a elaboração de PP
Município de Ovar não dispõe de qualquer PU	Município de Ovar dispõe de 7 PP

FONTE: DGOTDU, 2017, TRATAMENTO PRÓPRIO

Sabendo que a minha área de intervenção, constituída pelas freguesias de Esmoriz e Cortegaça, faz parte integrante do Concelho de Ovar, importa pois concluir, o que aconteceu desde 1948 até à data presente, acerca da dinâmica de produção dos planos de pormenor e planos de urbanização no município de Ovar. Atendendo aos dados recolhidos e analisados nos quadros anteriores, verifica-se que o Município de Ovar, até à data presente, conta com 7 Planos de Pormenor e nenhum Plano de

Urbanização, verificando-se que o ponto alto da produção de PP neste mesmo concelho decorreu entre 1999-2007. Desde 2007, até ao momento, foi apenas elaborado um plano de pormenor, o que leva a crer que mesmo o planeamento local, ao nível do bairro, ao longo do tempo, tem sido um pouco menosprezado e ignorado pelo município. Agora, relativamente ao planeamento urbanístico à escala da cidade, neste concelho, verifica-se que não se dá a devida relevância ao papel deste tipo de planeamento, talvez achando-se que o desenvolvimento territorial, social e económico se consegue obter sem a existência de um planeamento ao nível do ordenamento da cidade. No entanto, sabe-se que a elaboração de um Plano de Urbanização para o aglomerado urbano de Esmoriz/Cortegaça, já é comentado e desejado há cerca de 3 anos, não existindo nada de concreto feito até agora, verificando-se uma apatia e uma inércia total demonstrada pelos agentes políticos do Município de Ovar. O desenvolvimento local e o planeamento à escala local, tem uma dependência do protagonismo local, fenómeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino e se tornam atores locais. Nesta contexto, urge aos agentes políticos, agentes locais e aos profissionais de planeamento do Município de Ovar, entender que devem mudar rapidamente de caminho, colocando as “mãos à obra”, e partir da “teoria para a ação”.

Em todos os Planos de Urbanização analisados na DGT, são apresentadas propostas de planeamento industrial com características gerais comuns. Uma delas é a implantação da indústria atendendo ao incómodo causado para as zonas residenciais a nível de cheiros, ruído e fumos, sendo para isso referida a questão dos ventos dominantes. Outra, a sua localização atendendo a características não só socio-económicas, mas também topográficas, geológicas, agrológicas e climáticas. Uma terceira é o afastamento relativamente ao tecido habitacional e isolamento face ao mesmo por meio de uma zona verde. A facilidade de acessos relativamente à linha ferroviária e estradas nacionais ou outras vias principais é uma das características mais importantes, sempre presente. Por fim, também se tinha em consideração preocupações relacionadas com o abastecimento de água e de rede e drenagem de esgotos. A maioria dos planos considera apenas estas vertentes, outros, porém, são mais desenvolvidos(Freitas, 2016).



### **3. TERMOS DE REFERÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ESMORIZ E CORTEGAÇA**

#### **3.1. TAREFAS DE ENQUADRAMENTO**

##### **3.1.1. Enquadramento Legislativo**

No começo do estágio, foi-me sugerido que realizasse uma análise e estudo da legislação vigente, respeitante aos Planos de Urbanização e que servisse de apoio à Definição de Oportunidade e Termos de Referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça. Visto que os Planos de Urbanização, são regulados pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, recolhi e analisei toda a legislação urbanística aplicável, particularmente aos planos de urbanização segundo estes dois documentos referidos anteriormente.

Numa primeira análise, segundo o artigo 43.º alínea 2) da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, verifica-se que “os planos municipais de âmbito municipal são o plano diretor municipal, o plano de urbanização e o plano de pormenor. Ainda segundo o mesmo artigo, alínea 4) constata-se que “o plano de urbanização desenvolve e concretiza o plano diretor municipal e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais.

Com base no artigo 47.º alínea 3) da LBGPPSOTU, “os particulares interessados na elaboração, alteração ou revisão de um plano de urbanização ou de plano de pormenor podem apresentar propostas de contratos para planeamentos aos municípios.

Após feita uma análise ao RJIGT, verificou-se que existem alguns artigos a ter em conta aquando da elaboração de um Plano de Urbanização. Por forma a permitir uma leitura simplificada e fácil, seguidamente será apresentada uma tabela onde irão estar referidos todos os artigos que abordam o tema relativo aos “planos de urbanização”.

**Tabela 3 - Legislação do RJGT aplicável ao PU**

Nº do artigo e Designação	Alíneas	Descrição
<b>76-Elaboração</b>	3	Compete à autarquia a definição da oportunidade e dos termos de referência dos planos municipais
<b>78-Avaliação Ambiental</b>	1	Os PU e os PP só são objeto de avaliação ambiental em casos específicos
	2	Compete à câmara municipal a qualificação dos PU e dos PP, para efeitos do disposto no número anterior
	3	Tendo sido deliberada a elaboração do PU ou do PP, a autarquia solicita parecer sobre o âmbito de avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental
	4	Os pareceres emitidos ao abrigo do número anterior são emitidos segundo o prazo estabelecido por lei
<b>79-Contratos para planeamento</b>	2	A autarquia pode obrigar-se através de contrato para planeamento, a propor à assembleia municipal, a aprovação, a alteração ou a revisão de um plano de urbanização ou de um plano de pormenor
	3	Os procedimentos de formação dos contratos para planeamento asseguram uma adequada publicitação e a realização de discussão pública.
<b>81-Formação de contratos para planeamento</b>	1	Os interessados podem propor à autarquia a celebração de um contrato de planeamento
	2	A celebração do contrato depende de deliberação da câmara municipal devidamente fundamentada
	3	A proposta de contrato e deliberação referida no número anterior são objeto de discussão pública
	4	Os contratos são publicitados conjuntamente com a deliberação que determina a aprovação do plano
<b>86-Acompanhamento dos planos de urbanização e dos planos de pormenor</b>	1	O acompanhamento da elaboração dos planos de urbanização e dos planos de pormenor é facultativo
	2	No decurso da elaboração dos planos, a autarquia solicita o acompanhamento que entender necessário
	3	Sem prejuízo do disposto no número anterior, concluída a elaboração, a autarquia apresenta a proposta de plano e o relatório ambiental à CCDR territorialmente competente
	4	São convocadas para a conferência procedimental, as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano
	5	O acompanhamento dos PU é assegurado mediante o recurso a plataforma colaborativa de gestão territorial
<b>89-Discussão pública</b>	2	O período de discussão pública deve ser anunciado com a antecedência estipulada
<b>92-Conclusão da elaboração e prazo de publicação</b>	2	Procedimentos administrativos subsequentes à conclusão da elaboração dos planos municipais
<b>96-Conteúdo material do PDM</b>	1 k)	A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em PU e em PP
	1 l)	A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de UOPG do plano
	2	A existência dos índices, parâmetros e indicadores de natureza supletiva a que alude a alínea k) do número anterior, são diretamente aplicáveis às operações urbanísticas a realizar em zona urbana consolidada segundo condições estipuladas na legislação
<b>98 - Objeto do PU</b>	1	O PU desenvolve e concretiza o PDM e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais
	2	O PU pode abranger qualquer área do território do município incluída em perímetro urbano por PDM eficaz e, ainda, os solos rústicos complementares de um ou mais perímetros urbanos, que se revelem necessários para estabelecer uma intervenção integrada de planeamento; outras áreas do território municipal que possam ser destinadas a usos e a funções urbanas
	3	Nas sedes de concelho e nas áreas urbanas com mais de 25.000 mil habitantes, o regime do uso do solo deve ser previsto, preferencialmente, em plano de urbanização municipal
<b>99-Conteúdo material do PU</b>	Todo o artigo	O PU adota o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos das políticas urbanas e às transformações previstas nos termos de referência
<b>100-Conteúdo documental do PU</b>	1	O PU é constituído pelo Regulamento, Planta de zonamento, e Planta de condicionantes
	2	O PU é acompanhado pelo relatório, que explicita os objetivos estratégicos do plano e a respetiva fundamentação técnica, Relatório ambiental, Programa de execução, Modelo de redistribuição de benefícios e encargos, e Plano de financiamento e fundamentação da sua sustentabilidade económica e financeira
	3	O PU é, ainda, acompanhado pela Planta de enquadramento, Planta da situação existente, Planta e relatório, Plantas de identificação do traçado de infraestruturas viárias, de abastecimento de água, de saneamento, de energia elétrica, de recolha de resíduos de gás e de condutas destinadas à instalação de infraestruturas de telecomunicações e demais infraestruturas relevantes existentes e previstas na área do plano, Mapa de ruído, Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação, e Ficha dos dados estatísticos, em modelo a disponibilizar pela Direção -Geral do Território
	4	O conteúdo documental do plano de urbanização é adaptado ao seu conteúdo material
	5	O PU inclui indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista
<b>148- Delimitação das unidades de execução</b>	3	As unidades de execução podem corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão, à área abrangida por plano de urbanização ou por plano de pormenor ou a parte desta
	4	Na falta de PU aplicável à área abrangida pela unidade de execução, deve a autarquia promover, previamente à aprovação, um período de discussão pública, em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor
<b>157- Demolição de edifícios</b>	a	A demolição de edifícios deve ser autorizada: quando for necessária para a execução de plano de urbanização

**Fonte: RJGT 2015, tratamento próprio**

Em anexo, é ilustrado a tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação dos Planos de Urbanização.

### 3.1.2. POC-OMG – Recolha e Análise de Informação

Os programas de orla costeira constituem um meio de intervenção do Governo, estabelecendo exclusivamente regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, constituindo-se nesta medida, como um instrumento a ter consideração aquando da elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça, devendo-se ter em conta as diretivas do POC-OMG nas freguesias de Cortegaça e Esmoriz, visto que a área de intervenção do POC-OMG abrange toda a orla do litoral do Concelho de Ovar. Nesta medida o desenvolvimento do desenho urbano que se irá propor para ambas as freguesias deverá respeitar estas mesmas diretivas. Enquanto instrumentos de gestão territorial da orla costeira, a formulação dos programas de orla costeira, encontra-se regulamentada pelo Decreto-lei n.º 159/2012, de 24 de julho, o qual estabelece o quadro de princípios a atentar na gestão da orla costeira: sustentabilidade e solidariedade intergeracional; coesão e equidade; prevenção e precaução; subsidiariedade; participação; corresponsabilização; operacionalidade.

Aquando da elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça deve-se atender e ter em consideração cada um destes princípios referidos anteriormente.

Levar avante todos estes princípios, os quais incidem simultaneamente sobre a forma de elaboração dos programas de orla costeira e sobre os seus fins, concretiza-se através da realização de seis objetivos de natureza geral:

- Fruição pública em segurança do domínio público marítimo;
- Proteção da integridade biofísica do espaço e conservação dos valores ambientais e paisagísticos;
- Valorização dos recursos existentes na orla costeira;
- Flexibilização das medidas de gestão;
- Integração das especificidades e identidades locais;
- Criação de condições para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de atividades relevantes para o país, tais como atividades portuárias e outras atividades socioeconómicas que se encontram dependentes do mar e da orla costeira, bem como de atividades emergentes que contribuam para o desenvolvimento local e para contrariar a sazonalidade(Ambiente, 2016).

Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, o âmbito territorial do Programa de Orla Costeira Ovar – Marinha Grande, inclui as águas marítimas costeiras e interiores e os respetivos leitos e margens, assim como a totalidade da área da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, área esta a ter em consideração na formulação do PU, visto que é um lugar que se destaca e se assume como um Sítio de Interesse Comunitário, apresentando uma grande riqueza ambiental e paisagística, assim como uma elevada biodiversidade.

Na figura seguinte serão apresentadas as Áreas de Incidência do POC Ovar – Marinha Grande.

**Figura 3 - Áreas de Incidência do POC Ovar – Marinha Grande.**

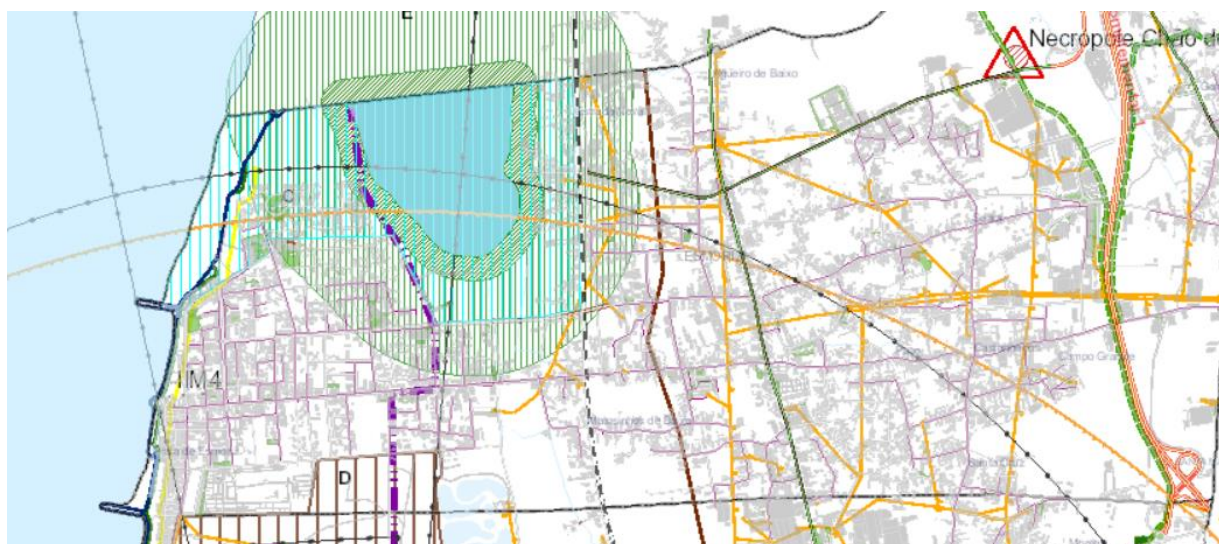


**Fonte: POC-OMG (2016)**

Já segundo o Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24, de julho, a área de intervenção do POC-OMG subdivide-se em dois espaços fundamentais, tais como a Zona Marítima Proteção, e a Zona Terrestre de Proteção, a qual será dada uma especial importância, devido à relevância que poderá ditar na futura organização e estruturação do território do aglomerado urbano, constituído por Esmoriz e Cortegaça. A Zona Terrestre de Proteção é definida pela margem das águas do mar e por uma faixa, medida na horizontal, com uma largura de 500 metros, contados a partir da linha que limita a margem das águas do mar, podendo ser ajustada para uma largura máxima de 1000 metros quando se justifique acautelar a integração de sistemas biofísicos fundamentais no contexto territorial objeto do plano. Esta Zona, assume uma largura máxima de 1000 metros nas situações em que sucedem sistemas biofísicos costeiros contínuos, nomeadamente áreas ocupadas por areias eólicas e sistemas dunares, tal como acontece ao longo de toda a Costa do Concelho de Ovar, incluindo as freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Em termos de estrutura do modelo territorial, verifica-se que a Zona Terrestre de Proteção, a qual detém um maior grau de importância, aquando da realização de um Plano de Urbanização, integra a área de intervenção em espaço terrestre onde em virtude da importância dos recursos existentes, das elevadas ameaças ou da especificidade das atividades que aí ocorrem se impõe a fixação de regimes de proteção determinados por critérios de salvaguarda de recursos e de valores naturais, segurança de pessoas e bens e de desenvolvimento de atividades no interface terra-mar, compatíveis com a utilização sustentável do território. No âmbito do modelo territorial, a Zona Terrestre de Proteção é composta por três unidades homogêneas, Faixa de Proteção Costeira, Faixa de Proteção Complementar e Áreas Predominantemente Artificializadas, que refletem a existência de recursos e usos com graus de vulnerabilidade e fatores de pressão distintos, e que exigem diferentes regimes de proteção e de salvaguarda no quadro da estratégia de gestão integrada da orla costeira preconizada pelo POC-OMG.

No que diz respeito às Componentes Complementares, as quais refletem os recursos e valores biofísicos, sociais e económicos estratégicos para o modelo de desenvolvimento sustentável preconizado para a orla costeira entre Ovar e a Marinha Grande, designadamente Áreas com especial interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, onde se integra a Barrinha de Esmoriz, tal como é representado no mapa seguinte.

**Mapa 2 - Sítio de Importância Comunitária - Barrinha de Esmoriz - Rede Natura 2000**



Fonte: MuniSig de Ovar

No que diz respeito aos Núcleos Piscatórios, ou seja, os locais onde a atividade piscatória, designadamente a arte xávega se desenvolve com expressão relevante, fazendo-se a distinção entre os núcleos de nível I, onde atividade assume maior expressão e necessita de maior níveis de infraestruturação, como é o caso da Praia de Esmoriz, e de nível II, o caso da Praia de Cortegaça.

As normas do POC-OMG, constituem diretivas com incidência nos diferentes espaços da orla costeira entre Ovar e a Marinha Grande, bem como nas atividades que nela ocorram ou tenham potencial de ocorrer. As normas de proteção e gestão propostas para a orla costeira entre Ovar e a Marinha Grande foram agrupadas em três tipologias, consoante o seu conteúdo e finalidade. As Normas Gerais (NG), constituem-se como orientações dirigidas às entidades públicas, que devem atendê-las no âmbito da sua atuação e do planeamento, e visam a salvaguarda de objetivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, em função dos valores e recursos existentes e a garantia das condições de permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território e que concretizam o regime de gestão compatível com a mesma. Relativamente às Normas Específicas (NE), estas têm natureza dispositiva, pois estabelecem as ações permitidas, condicionadas ou interditas que concretizam os regimes de salvaguarda do POC-OMG, e o seu conteúdo destina-se a ser transposto diretamente para os instrumentos de gestão territorial, especificamente para os planos diretores municipais, quando aplicável. No que diz respeito às Normas de Gestão (NGe), estas são normas que contêm os princípios e os critérios para o uso e gestão das praias com aptidão balnear e zonas envolventes. Destinam-se a promover a proteção e



valorização dos recursos hídricos, com destaque para a valorização e qualificação das praias, em particular das consideradas estratégicas em termos ambientais e turísticos, e também dos núcleos piscatórios.

Aquando da elaboração de um Plano de Urbanização para as freguesias de Esmoriz e Cortegaça, deve-se ter em consideração algumas das Normas Gerais presentes no POC-OMG, as quais serão referidas abaixo. A segunda Norma Geral do POC-OMG, enuncia que compete à Administração, nomeadamente no âmbito do planeamento e do ordenamento, quanto ao uso e ocupação da Margem, assegurar o ordenamento dos acessos pedonais e a contenção da acessibilidade de veículos. No que diz respeito aos Riscos Costeiros, compete à Administração adotar uma visão de desenvolvimento local que tenha em consideração o princípio da precaução em que a definição do uso e ocupação do solo na orla costeira atente à identificação de vulnerabilidade futuras e aos perigos associados aos processos erosivos e à previsível subida do nível médio das águas do mar, suportadas em cenários climáticos. A Administração, deve ainda ter em conta os riscos costeiros nas opções estratégicas de qualificação ambiental e ocupação urbana. Verifica-se também, que é papel da Administração incrementar uma política de adaptação integrada, nas suas três frentes – proteção, realocação e acomodação, para os espaços edificados, dentro ou fora de aglomerados e legar ou ilegalmente instalados, adotando medidas de retirada e ações ativas de proteção costeira que deverão ser equacionadas em sede de programas e planos territoriais. A Norma Geral sete do POC-OMG, enuncia que relativamente às praias marítimas da área de intervenção do POC-OMG, as quais constituem um ativo ambiental, cultural, social, económico e turístico crucial, compete à Administração garantir uma articulação adequada entre os planos territoriais de âmbito municipal, como é o caso do Plano de Urbanização e os planos de intervenção nas praias, designadamente no que toca aos sistemas de acessibilidade e de estadia, ao uso e ocupação dos espaços públicos e à qualificação das frentes urbanas, assim como promover uma gestão integrada dos fluxos automóveis às praias durante a época balnear, através da criação de condições que incentivem à multimodalidade, designadamente da criação de espaços de estacionamento em áreas urbanas afastados das praias, associados ao estabelecimento de ligações pedestres, cicláveis e por transporte público entre os locais de estacionamento/aglomerados urbanos e as praias e da criação de áreas de estacionamento restrito para modos suaves. No que diz respeito aos Aglomerados Urbanos, os planos territoriais, neste caso o PU deverá ter mecanismos privilegiados para que, de forma proporcional, possa avaliar localmente a evolução dos efeitos da política de sedimentos e desenvolver um planeamento integrado, sustentável e participado, capaz de encontrar respostas ajustadas para cada situação dentro da política de adaptação e onde seja possível convergir os diversos mecanismos financeiros, programáticos e de planeamento territorial, de nível local, regional e nacional. Segundo o POC-OMG, constata-se que neste âmbito, a Administração na sua atuação, nomeadamente no sector do planeamento e do ordenamento do território, o seu papel deve passar por garantir que não sejam criados novos perímetros urbanos ou a expansão dos existentes. A Administração, deverá ainda integrar o princípio de precaução do planeamento urbanístico, afastando, tanto quanto possível, as edificações da linha de costa e das áreas sujeitas a galgamentos e inundações, evitando a densificação urbana junto à costa de forma a reduzir a exposição aos riscos. Compete ainda à Administração, quantificar custos para a solução da retirada de edificado em zonas de elevado risco tendo em vista uma atuação de recuo planeada quando, do ponto de vista ambiental, económico e social, não houver alternativas viáveis e sustentáveis baseadas na proteção e acomodação ou na

sequência de episódios extremos que aconselhem tal atitude. Esta deverá ainda promover a redução do uso e ocupação de zonas vulneráveis deslocando progressivamente as construções e estruturas existentes para localizações fora das Faixas de Salvaguarda, através da criação de mecanismos de perequação ou permuta de terrenos em Faixas de Salvaguarda por outros localizados fora destas. Cabe ainda à Administração, promover a contenção da edificação e garantir a afetação das áreas contíguas à rede hidrográfica para espaços verdes de utilização pública. É também papel da Administração, destinar, preferencialmente, as áreas livres, sem uso específico, situadas no interior dos perímetros urbanos para a criação de espaços verdes e de desafogo, tal como deve potenciar a integração das edificações na paisagem, respeitando o caráter das construções existentes e a identidade arquitetónica e cultural dos aglomerados.

No que diz respeito às Normas de Gestão (NGe) enunciadas pelo POC-OMG, relativamente à Zona Terrestre de Proteção e à sua Faixa de Proteção Costeira são permitidas as seguintes ações e atividades, de acordo com a autorização das entidades legalmente competentes, a implementação de percursos pedonais, cicláveis, para veículos não motorizados, e equestres, desde que acautelados os interesses de salvaguarda do sistema litoral e dos recursos naturais, assim como a realização de obras de requalificação de empreendimentos turísticos existentes e devidamente licenciados, designadamente parques de campismo e caravanismo, acautelando sempre os interesses de salvaguarda do sistema litoral e dos recursos naturais. Em termos de proibições na Faixa de Proteção Costeira, verifica-se que não se podem construir a) novas edificações, exceto instalações balneares e marítimas previstas em Plano de Intervenção nas Praias e que cumpram o definido nas normas de gestão das praias marítimas, bem como infraestruturas portuárias, núcleos piscatórios, infraestruturas, designadamente de defesa e segurança nacional, equipamentos coletivos, instalações de balneoterapia, talassoterapia e desportivas relacionadas com a fruição do mar, que devam localizar-se nesta faixa e que obtenham o reconhecimento do interesse para o sector pela entidade competente; b) assim como é proibido ampliar edificações, exceto das instalações balneares e marítimas previstas em Plano de Intervenção nas Praias e que cumpram o definido nas normas de gestão das praias marítimas, das infraestruturas portuárias, dos núcleos piscatórios, pisciculturas e infraestruturas e nas situações em que a mesma se destine a suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e mobilidade; bem como é interdita abertura de novos acessos rodoviários e estacionamento, fora do solo urbano definido em plano municipal de ordenamento do território, exceto os previstos em Plano de Intervenção nas Praias; é também igualmente proibido ampliar acessos existentes e estacionamento sobre as praias, dunas, arribas e zonas húmidas, exceto os previstos em Planos de Intervenção nas Praias e os associados a infraestruturas portuárias e núcleos piscatórios; No entanto, na Faixa de Proteção Costeira excecionam-se das interdições previstas nas alíneas a) e b), os direitos pré-existentes e juridicamente consolidados, à data de entrada em vigor do POC; equipamentos e espaços de lazer previstos em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão consagrados em PMOT em vigor à data de entrada em vigor do POC; Empreendimentos de turismo no espaço rural e parques de campismo e caravanismo associados a turismo de natureza, desde que previstas em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão consagradas em PMOT, à data de entrada em vigor do POC, e fora dos 500 metros, devendo o Plano de Pormenor iniciar-se no prazo máximo de dois anos após a transposição da norma para PMOT. No que toca à Faixa de Proteção Complementar é proibida a edificação nova, ampliação e infraestruturização, com exceção das situações seguintes:

- Infraestruturas e equipamentos coletivos, desde que reconhecidas de interesse público pelo sector e apenas quando a sua localização na área do POC seja imprescindível;
- Parques de campismo e caravanismo;
- Instalações e infraestruturas previstas em Planos de Intervenção nas Praias, infraestruturas portuárias e núcleos piscatórios;
- Ampliação de edificações existentes que se destine a suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e mobilidade;
- Obras de reconstrução e de alteração, desde que não esteja associado um aumento da edificabilidade;
- Relocalização de equipamentos, infraestruturas e construções determinada pela necessidade de demolição por razões de segurança relacionadas com a dinâmica costeira, desde que se demonstre a inexistência de alternativas de localização no perímetro urbano e se localize em áreas contíguas a este e fora das Faixas de Salvaguarda;
- Direitos pré-existentes e juridicamente consolidados, à data de entrada em vigor do POC;
- Nas áreas contidas em perímetro urbano consagrado em PMOT, à data de entrada em vigor do POC.

Os edifícios e infraestruturas referidos na norma anterior devem observar o seguinte:

- Respeitar as características das construções existentes, tendo em especial atenção a preservação do património arquitetónico;
- As edificações, no que respeita à implantação e à volumetria, devem adaptar-se à fisiografia de cada parcela de terreno, respeitar os valores naturais, culturais e paisagísticos, e afetar áreas de impermeabilização que não ultrapassem o dobro da área total de implantação;
- Nas situações referidas na alínea c) da norma anterior, deve ser garantida a recolha e tratamento de efluentes líquidos e águas pluviais, bem como o fornecimento e distribuição de água e de energia(Ambiente, 2016).

Na Margem, para além do quadro normativo previsto para a Zona Terrestre de Proteção, são admitidas edificações e infraestruturas previstas em Plano de Intervenção nas Praias e núcleos piscatórios; Não são admitidos equipamentos que não tenham por função o apoio de praia, salvo quando se localizem em solo urbano e cumpram com o disposto no POC; Podem ser mantidos os equipamentos ou construções existentes no domínio hídrico localizados fora de solo urbano desde que se destinem a proporcionar o uso e fruição da orla costeira, que se relacionem com o interesse turístico, recreativo, desportivo ou cultural ou que satisfaçam necessidades coletivas dos núcleos urbanos; Contudo na Margem são proibidas a abertura de novas vias de comunicação ou de acessos viários e estacionamento ou a ampliação e beneficiação de vias de comunicação ou de acessos



viários e estacionamento existentes, salvo se associadas às infraestruturas previstas nas diretivas do POC ou se previstas em plano municipal de ordenamento do território em vigor à data da aprovação do POC; Realização de obras de construção ou de ampliação, com exceção das previstas nas alíneas a) e b) da norma anterior; No que diz respeito às faixas de salvaguarda em perímetro urbano, em termos de normas específicas, são diferenciadas as Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso de Nível I em frente urbana, como o caso de Esmoriz, e Nível I, fora da frente urbana, tal como acontece em Cortegaça. Nas Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso Nível I, onde enquadram as faixas das freguesias de Esmoriz e Cortegaça é interdita a realização de operações de loteamento, obras de urbanização, construção, ampliação, reconstrução e alteração de edificações existentes. Exceciona-se do disposto no número anterior as obras de reconstrução e alteração das edificações desde que as mesmas se destinem a suprir insuficiências de salubridade, habitabilidade e mobilidade; A área de edificação precária contígua ao perímetro urbano da Praia de Esmoriz, em Faixa de Salvaguarda em Litoral Arenoso – Nível I, deverá ser mantida como solo rústico, devendo promover-se a demolição e remoção de todas as edificações aí existentes e a renaturalização. No que diz respeito às normas que se aplicam em perímetro urbano verifica-se que nas frentes urbanas inseridas em Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso – Nível I, onde se integra a faixa da freguesia de Esmoriz, são interditas operações de loteamento, obras de urbanização, obras de construção novas edificações e de ampliação, reconstrução e alteração das existentes, exceto quando as obras de ampliação reconstrução e alteração que se destinem a suprir insuficiências de salubridade, habitabilidade e ou mobilidade; As obras de ampliação, reconstrução ou de alteração não poderão originar a criação de caves e de novas unidades funcionais. Fora das frentes urbanas, nas Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso – Nível I, onde se inclui a faixa da freguesia de Cortegaça, são proibidas novas edificações fixas, sendo de admitir reconstruções, alterações e ampliações, desde que não se traduzam no aumento de cércea, na criação de caves e de novas unidades funcionais, não correspondam a um aumento total da área de construção superior a 25 m<sup>2</sup> e não constituam mais-valias em situação de futura expropriação ou preferência de aquisição por parte do Estado; Consoante as tendências do sistema, admite-se que possa passar para nível I de salvaguarda - frentes urbanas - ou para o nível II de salvaguarda consoante haja agravamento ou desagravamento da evolução do sistema.

### **3.1.3. Plano Diretor Municipal de Ovar (PDM) – Recolha e Análise de Informação**

Para desenvolver esta etapa, segundo as ordens do meu supervisor Arquiteto Rogério Pacheco, recorri aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Ovar, analisando os diversos estudos realizados, onde se inclui o enquadramento regional, estudo demográfico, estudo da habitação, estudo socioeconómico, formas e estruturas de povoamento, plano de ação para o turismo, relatório do património, relatório de equipamentos, relatório do suporte físico e relatório da rede viária e transportes, extraíndo de todos estes documentos referidos anteriormente toda a informação respeitante às freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Esta recolha e análise de informação, teve como intuito, auxiliar-me na redação do documento final, que dita a definição de oportunidade e termos de referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça. Seguidamente, serão apresentados os resultados desta análise de forma sintetizada.

Quando se estuda e analisa a evolução do povoamento, tendo como referência a unidade de freguesia, verifica-se claramente que existe um eixo urbano a norte do Concelho de Ovar que contempla as freguesias de Esmoriz e Cortegaça, o qual corresponde à ocupação em torno da EN109. Segundo os dados mais recentes relativos a 2011, constata-se que as freguesias de Esmoriz e Cortegaça, assumem-se como um dos principais polarizadores de bens do Concelho de Ovar (maior oferta comercial) e serviços (por aí se concentrarem os equipamentos estruturantes e os serviços de utilização coletiva).

Em termos demográficos a freguesia de Esmoriz revelava em 2011, a densidade populacional mais elevada (~1249/hab./Km<sup>2</sup>), sendo também notavelmente superior (cerca de três vezes mais) à média do concelho, contando com uma população de 11448 habitantes. No que diz respeito a Cortegaça, o indicador registado respeitante à densidade populacional estava fixado nos 415,8 hab./Km<sup>2</sup>, sendo este valor superior à densidade média municipal, contando com uma população de 3837 habitantes.

### Mapa 3 - Densidade populacional

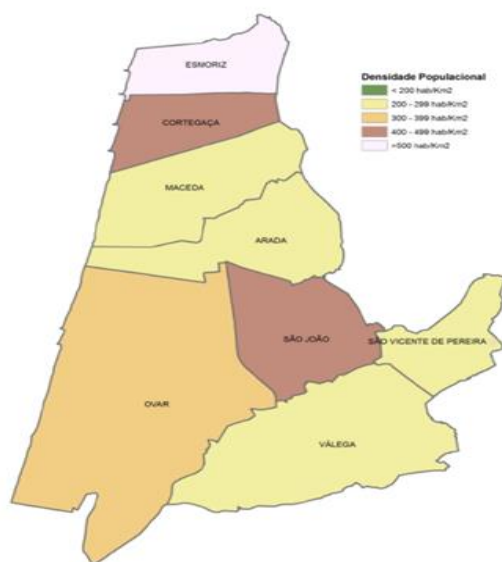


FIGURA 2. Densidade Populacional por Freguesia, 2011

**Fonte: PDM Ovar**

Durante o período 2001/2011, constatou-se que a maioria das freguesias apresentou decréscimos populacionais, no entanto em Esmoriz verificou-se uma variação positiva da população (4,1%), tornando-se na única freguesia em crescimento demográfico neste intervalo de tempo.

Verifica-se claramente que o eixo urbano em torno da EN109 Esmoriz-Cortegaça, se constitui como um núcleo urbano denso, e com uma dinâmica própria, desenvolvendo-se um padrão de crescimento/densificação em torno deste eixo.

Em termos absolutos, Ovar e Esmoriz possuem o maior número de alojamentos de residência habitual, no entanto, em termos relativos apresentam o menor rácio relativamente ao total de alojamentos que cada uma possui (63% e 67%, respetivamente). Ovar e Esmoriz possuem, em

termos relativos, o maior rácio de residências secundárias (26% e 22%, respetivamente), facto que não poderá ser dissociado das suas características de destino turístico, e, nomeadamente pela existência das praias do Furadouro e de Esmoriz. Ao se analisar a evolução dos Alojamentos familiares e seu Uso, constata-se que existiu uma evolução positiva dos alojamentos familiares no concelho na última década (15,5%), destacando-se a freguesia de Esmoriz, em que se verificou um crescimento de 23%. Conclui-se que quer em 2001 quer em 2011, fora da sede do concelho, a freguesia de Esmoriz, se constitui como a segunda freguesia a seguir a Ovar com uma concentração significativa de alojamentos, apresentando igualmente uma média de quase 2 alojamentos/edifício.

Na última década, assistiu-se na maioria das freguesias a uma redução dos efetivos no setor primário, com exceção de Esmoriz, que teve um acréscimo de 3 indivíduos. No que diz respeito ao Setor Secundário, todas as freguesias apresentaram diminuições, sendo que as que apresentaram a maior perda foram as freguesias de Esmoriz e Ovar, com um valor acima de 1000 efetivos cada. Relativamente ao Setor Terciário, verificou-se, em todas as freguesias, um aumento de efetivos, tendo sido mais significativa nas freguesias de Ovar (724 ind.) e Esmoriz (539 ind.). Este cenário deve-se ao facto de constituírem, respetivamente, a sede do concelho e os maiores núcleos populacionais, onde se concentra o maior número de equipamentos e serviços, sendo também por esses factos, os maiores centros de criação de emprego.

O padrão espacial de localização dos estabelecimentos industriais no concelho, encontra-se de um modo geral, ligado às condições de acessibilidade ao exterior (EN 109, A29/IC1 e o Caminho de Ferro – Linha do Norte), à proximidade dos principais aglomerados urbanos do concelho (a sua sede e o Eixo Esmoriz/Cortegaça), com vista à maior disponibilidade de mão-de-obra, de melhor acessibilidade aos serviços de apoio à atividade produtiva, ao papel dos diferentes meios de transporte na acessibilidade aos mercados, ou ainda, a razões de ordem física e à proximidade a grandes equipamentos/centros tecnológicos estruturantes (de que são exemplo, o Europarque e o Parque Ciência e Tecnologia).

No que diz respeito às formas e estrutura do povoamento, verifica-se que a rede municipal de Ovar, caracteriza-se pelo eixo longitudinal que se traduz pela EN 109, estabelecendo as ligações regionais aos Concelhos vizinhos, incluindo os dois núcleos urbanos, Ovar e Esmoriz/Cortegaça, e as ligações transversais aos Concelhos a nascente, e às praias, a poente, papel que vai sendo atualmente partilhado com o IC 1, no entanto a escalas diferentes. Numa escala “macro-municipal”, esta rede viária, estava baseada num conjunto das vias distribuidoras principais, que assentavam na proposta de uma variante à EN 109 (a Norte da Cidade de Ovar) e na criação de “circulares” em torno dos dois núcleos urbanos: a Norte (Circular Norte e Circular Sul de Esmoriz/Cortegaça), e a Sul (Circular Sul da Cidade de Ovar). Numa escala nacional e regional a rede viária é beneficiada pelo Itinerário Principal 1 – A1 (IP 1) que atravessa o concelho longitudinalmente, a Nascente, o território do Concelho, passando pelas freguesias de S. Vicente de Pereira e Válega, e pelo Itinerário Complementar 1 – A29 (IC 1) que percorre o concelho longitudinalmente, sendo servido por vários nós de ligação: Ovar (Sul), Ovar (Norte), Maceda, Cortegaça e Esmoriz. Desta análise decorre uma proposta de hierarquização viária, cujas características e condicionantes a observar nas diferentes vias, se encontram definidas na Planta de Ordenamento e no Regulamento, sendo para o efeito, estabelecidas as seguintes categorias:

1. Coletoras - Ip1/ A1;

## 2. Distribuidoras Principais - IC1/ A29

-EN 109 desclassificada

## 3. Distribuidoras Secundárias - Nó de Esmoriz da A29 /ER1-14/EN109/ EM526/ (Praia de Esmoriz)

- Nó de Cortegaça da A29/EM527/ (EN109) /EM527/ (Praia de Cortegaça)

- EN223 / Nó de Maceda da A29 / R25 / (EN109)

- EN327 / (EN109) /Nó de Ovar Norte/Arada da A29

- Nó de Ovar Sul da A29 / (EN109) / EN327 /Praia do Furadouro

## 4. Distribuidoras Radiais - EN327 /Troço Sul

- Ex - EN327/Troço Nascente

- Estrada Intermunicipal Ovar/Estarreja

- EM534

## 5. Vias de Acesso Local.

Em termos de localização geográfica, verifica-se que Cortegaça se localiza entre Esmoriz e Maceda situando-se a norte do concelho de Ovar. Esta freguesia, é atravessada no sentido Norte-Sul pela Linha do Norte do caminho-de-ferro e pela EN109. A freguesia de Cortegaça é uma área densamente povoada, e esteve sujeita a fortes pressões urbanísticas durante o período de vigência do PDM, constatando-se, ao longo dos arruamentos, a existência de parcelas não ocupadas que correspondem, por norma, a terrenos isolados entre construções existentes e que não se constituem como bolsas de terreno capazes de assegurar a expansão e consolidação urbanas. Em Cortegaça, a EN 109, continua a constituir-se como um elemento estruturante, sendo que nas suas margens assistiu-se à intensificação da ocupação das construções, e a existência de uma densificação dos arruamentos. No entanto, atualmente a linha de caminho-de-ferro paralela à EN109, à volta da qual a ocupação se densifica, define-se também como um dos eixos estruturantes de Cortegaça, a qual anteriormente se constituía como uma barreira ao crescimento urbano, sendo superada com a construção de diversas passagens desniveladas. Contudo, a A29 constitui-se atualmente como uma limitação à expansão de Cortegaça, influenciando a estruturação do espaço da Freguesia. No que diz respeito à ocupação industrial, constatou-se um crescimento intensificado das zonas já existentes em 1995. São os casos das áreas industriais a norte/nascente e a norte/poente de Esmoriz, bem como no centro e a sul/poente de Cortegaça. Em termos de malha urbana, na freguesia de Cortegaça, observam-se dois modos de ocupação do território, bastante diferentes, estando na sua origem formas de uso e ocupação divergentes, traduzindo-se conseqüentemente em economias diferenciadas. Localizada no interior, uma das formas de estruturação, está mais ligada ao meio rural, com uma configuração mais orgânica, moldada segundo as regras da topografia, por outro lado, a outra forma de estruturação surge intrinsecamente ligada à praia, ao mar. Segundo dois grandes eixos, a EN109 e um outro, perpendicular a este, iniciando-se na A29, e terminando na praia, observa-se uma tendência para a dispersão, desenvolvendo-se uma propensão para a dispersão nas franjas e nucleação nas zonas mais internas e centrais, existindo uma estrutura de expansões linear descontínua. Junto às margens da costa, verifica-se uma ocupação segundo uma estrutura ortogonal, formando quarteirões que se encontram quase totalmente ocupados. Esta estrutura, desenvolve-se de acordo com o eixo perpendicular à costa (Avenida da Praia) e ou outro paralelo à costa (Avenida Infante Dom Henrique), sendo que aqui a ocupação urbana obedece a uma implantação mais disciplinada e ordenada. Ao longo da Avenida da Praia, verifica-se que existem áreas consideráveis

ainda não ocupadas nos quarteirões a norte e a sul desta via, por outro lado junto à Praia de Cortegaça observa-se a ocupação dos quarteirões. No que toca às formas de crescimento, constata-se que a freguesia de Cortegaça foi objeto de fortes pressões urbanísticas, registando áreas ainda por ocupar, o que obriga à hierarquização e a consolidação. Relativamente à ocupação industrial e à recuperação das zonas onde existe uma maior concentração de unidades industriais, com a dotação de infraestruturas e devido à existência de um considerável número de indústrias implantadas no tecido urbano, é necessário urgentemente disponibilizar regulamentação para a sua ocupação, com o propósito desta ocupação ter em consideração essa mesma regulamentação, qualificando estas áreas como zonas industriais. Face às características enunciadas anteriormente, classifica-se esta área como um misto urbano/industrial.

No que diz respeito à freguesia de Esmoriz, sabe-se que esta é limitada a norte por Paramos e a sul por Cortegaça, no sentido poente pelo oceano, e a nascente pelo concelho da Feira, esta freguesia localiza-se no extremo norte do concelho de Ovar, sendo atravessada no sentido Norte-Sul pela Linha do Norte dos caminhos-de-ferro, pela EN109 e pela A29. Esmoriz, tem como principal atração a sua praia e a chamada “Barrinha de Esmoriz”, canal lagunar atualmente em processo de despoluição. Esmoriz conta também com os populares desportos aquáticos, nomeadamente o surf, aumentando em grande número os praticantes destes desportos nos últimos anos. Nesta freguesia, o setor secundário constitui-se como a atividade industrial mais presente na freguesia, desempenhando um papel crucial, tornando-se responsável por muitos postos de trabalho e pela relativamente baixa taxa de desemprego. Esmoriz tem assistido à instalação de um grande e diversificado número de indústrias, ligado aos mais vários ramos de atividade, tais como, móveis, espumas, calçados, alcatifas, confeção, camionagem, construção civil, mecânica, atividades ligadas à pesca são apenas alguns exemplos. No entanto, é preciso não descuidar o setor terciário existente, visto que Esmoriz tem à sua disposição todos os serviços relevantes para o bom funcionamento da comunidade, públicos e privados, faltando somente os jurídicos e civis. O comércio é rico e multifacetado, não esquecendo que existe ainda a feira e o mercado, os quais acontecem semanalmente, que acabam por perfazer oito dias por mês de intensa e mais tradicional atividade comercial. Esmoriz dispõe de uma boa acessibilidade, traduzindo-se na qualidade de vida dos seus habitantes, encontrando-se diretamente servida por um IC (IC1-A29) e por uma EN (EN109), a qual se constitui como um elemento estruturante, incentivando a intensificação da ocupação das construções nas suas margens e densificação dos arruamentos, beneficiando ainda da rápida ligação de Espinho à A1, através do recém-criado IC24. Para além da linha de caminho-de-ferro que atravessa Esmoriz, e que aqui faz paragem na sua estação, a freguesia dispõe também de um serviço completo de transportes urbanos, quer para circulação interna, bem como para ligação com outros locais. A A29, tal como em Cortegaça, influenciou a estruturação da povoação de Esmoriz, limitando a nascente, a sua expansão. No que diz respeito às zonas industriais, tem-se assistido a um acentuado crescimento, levando este aumento ao aparecimento de pequenos focos industriais a nascente de Esmoriz. Em termos de Malha Urbana, à semelhança do que se verifica em Cortegaça, a cidade apresenta duas formas de ocupação do território, constatando-se no interior do território da freguesia uma primeira forma de estruturação, mais rural e com uma configuração mais orgânica, moldada de acordo com as regras da topografia, por outro lado, junto à marginal da praia observa-se uma estruturação e configuração do território mais regradada. A ocupação mais interna observa a estrutura de expansões linear contínua, tendendo para a descontinuidade nas franjas e nucleação nas zonas mais internas e mais centrais,



desenvolvendo-se segundo a EN109 e um eixo que se estende da praia em direção oposta à mesma, terminando no nó da A29. Na marginal da costa apresenta uma organização ortogonal, em que o quarteirão assume uma particular importância, encontrando-se este aglomerado quase totalmente ocupado. Verifica-se que esta organização, mais regrada, segue o eixo perpendicular à costa, a Avenida da Praia e outros arruamentos paralelos. Relativamente às formas de crescimento da freguesia de Esmoriz, à semelhança do que sucedeu na freguesia de Cortegaça, Esmoriz foi alvo de fortes pressões urbanísticas, obrigando deste modo a um esforço de hierarquização. Após feita uma análise ao território de Esmoriz, continua a ser necessária uma regulamentação que ordene a ocupação industrial, visto que existem ainda alguns estabelecimentos industriais implantados no tecido urbano. Uma outra prioridade a ter-se em conta, passa pela recuperação das zonas industriais, promovendo a construção de infraestruturas e a regulamentação da ocupação, isto é, qualificando-as como zonas industriais. De acordo com as características anteriormente descritas, classifica-se esta área como um misto urbano/industrial. Atentando-se para a uniformidade do território onde se enquadra Cortegaça, na faixa litoral, induz a pensar numa proposta de planeamento, em que se trate estes aglomerados de uma forma mais abrangente, isto é, como um todo.

O setor do turismo, atualmente assumiu-se como um dos principais potenciadores do desenvolvimento económico da freguesia, tornando-se a praia de Cortegaça e a Praia de Esmoriz um destino de eleição, devido às infraestruturas disponíveis e às condições favoráveis à prática de atividade náuticas. Em termos turísticos, num contexto regional um dos elementos diferenciadores que aumenta o potencial turístico do concelho de Ovar é a Barrinha de Esmoriz e o Parque Ambiental do Buçaquinho, o qual se localiza sob a freguesia de Cortegaça e Esmoriz. Atualmente a Rede de Ciclovias e Ecopistas do concelho de Ovar tem cerca de 25 km, sendo constituída por pistas cicláveis e não cicláveis e ainda pelos trilhos da natureza, encontrando-se ainda previstos novos traçados no âmbito do projeto intermunicipal CicloRia, do Polis da Ria e da Requalificação do Buçaquinho (entre Esmoriz e Cortegaça). Um dos eixos de intervenção passa pela proteção da zona costeira e lagunar visando a prevenção de risco, e uma das ações previstas passa pelo reordenamento e qualificação das frentes marítimas de Esmoriz e Cortegaça, tendo por objetivo reordenar a frente marítima de Esmoriz e Cortegaça visando conter a ocupação das zonas costeiras de risco e qualificação urbana dos aglomerados populacionais. Um outro eixo considerado passa pela proteção e valorização do património natural e paisagístico, em que uma das ações previstas está associada à requalificação e valorização do Sítio da barrinha de Esmoriz, requalificando e valorizando os sistemas aquáticos degradados com vista à conservação dos seus valores naturais e promoção da sua vivência. Em termos de alojamentos, Esmoriz dispõe de um Hotel (Hotel La Fontaine), na Rua dos Bombeiros Voluntários. No que diz respeito aos parques de Campismo o Concelho de Ovar dispõe de três, entre os quais o Parque de Campismo de Esmoriz e o Parque de Campismo e Caravanismo Praia de Cortegaça. Em termos de Património Classificado, o qual é alusivo a todos os Imóveis que revelam um inestimável valor cultural, e que devem ser encarados como elementos contributivos para a qualidade de vida, social e cultural de uma comunidade, verifica-se que estes imóveis se encontram classificados segundo três categorias, sendo elas, o Conjunto de Interesse Público, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal. No que diz respeito aos conjuntos de interesse público, regista-se somente a Igreja de Cortegaça (Igreja de Santa Marinha) e os jazigos do Cemitério Velho, os quais constituem um dos conjuntos mais importantes ao nível do património histórico e artístico do concelho de Ovar. Agora respeitante aos Imóveis de Interesse Público,

verifica-se que em Esmoriz e Cortegaça são inexistentes. No que toca aos Imóveis de Interesse Municipal, os quais dizem respeito aos bens que representem um valor e interesse cultural relevante para o Município e munícipes, sendo assim merecedores de proteção e valorização. O Conjunto de Palheiros da Praia de Cortegaça e da Praia de Esmoriz estão classificados como Imóveis de Interesse Municipal, representando mais do que simples construções. No que diz respeito à arquitetura religiosa barroca existe a Capela de São José em Cortegaça. Relativamente à arquitetura eclética existe a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, em Esmoriz. Respeitante à arquitetura civil neoclássica verifica-se que existe em Esmoriz, o Palacete dos Castanheiros. No período de transição do séc. XIX ao séc. XX, constata-se a existência do Palacete Rosa em Cortegaça, o qual se constitui como uma referência urbana, detendo interesse arquitetónico. No que toca à Arquitetura Popular, existe o edifício da Casa Florbela Espanca em Esmoriz. Relativamente às pontes, os quais são elementos constituintes do desenho urbano, e dos quais se pode disfrutar a paisagem, definindo-se como espaços de estar e de usufruto paisagístico, verifica-se que existe a Ponte romana/medieval na freguesia de Cortegaça. Em Esmoriz, verifica-se a existência de um conjunto edificado da Avenida da praia, integrando um conjunto de edifícios unifamiliares de dois pisos, com tipologias idênticas, no entanto, com linguagens distintas que correspondem a épocas diferenciadas, mas, que estabelecem um conjunto coerente de cheios e vazios, de materiais e cores, constituindo-se como elementos cruciais valorizadores desta zona do aglomerado. Em termos de conjuntos rurais, assiste-se a um conjunto edificado do Largo do Souto em Cortegaça, definido deste modo um dos largos mais significativos da freguesia de Cortegaça, integrando ainda a Capela de São José. No que toca ao património arqueológico, em Esmoriz verifica-se a existência de uma Necrópole de Chão do Grilo.

Agora em termos de equipamentos, verifica-se que a freguesia de Esmoriz dispõe de 7 jardins-de-infância, 7 EB1, 1 EB2, 2 EB3 e Secundário. Por outro lado, a freguesia de Cortegaça é composta por 1 jardim-de-infância e 1EB1. Após feita a análise constata-se que tanto a freguesia de Esmoriz, quer Cortegaça dispõe de escolas do 1º ciclo, sendo também ambas cobertas por jardins-de-infância. No que respeita aos estabelecimentos EB 2,3 e Escolas Secundária observa-se que estas incidem de forma particular nas freguesias mais urbanas como Ovar e Esmoriz, existindo ainda em Cortegaça uma instituição de natureza privada, a Escola Profissional de Cortegaça. Um dos estabelecimentos que assegura a educação pré-escolar na freguesia de Esmoriz designa-se por Centro Assistência Social de Esmoriz. Um dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontra-se em mau estado e a necessitar de obras profundas no Campo Grande em Esmoriz. No que diz respeito à questão acessibilidade e da mobilidade, uma das prioridades de intervenção passa pelo aumento da oferta de estacionamento nas Escolas de Esmoriz e de Cortegaça. Respeitante à área da Saúde constata-se que Esmoriz dispõe de Unidade de Saúde Familiar (USF) e uma Extensão de Saúde (ES). Já no que toca à Prevenção e Segurança Pública a freguesia de Esmoriz conta com o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana. No âmbito da Solidariedade e Segurança Social, denota-se que no que respeita a creches e ao Lar de Idosos a freguesia de Cortegaça conta com o Centro Social Cortegacence Olívia e Florindo Cantinho, e Esmoriz conta com o Centro de Assistência Social – Centro Infantil e a Nossa Casa. Em termos de equipamentos administrativos, tanto Esmoriz quanto Cortegaça contam com as respetivas juntas de freguesia. No que diz respeito aos equipamentos dedicados a recreio e lazer verifica-se a existência do Parque do Buçaquinho, o qual se localiza a norte do concelho integrando área das freguesias de Esmoriz e de Cortegaça.

Em termos de Suporte Físico verifica-se que na orla do litoral do Concelho de Ovar localizam-se praias importantes, tais como a Praia de Esmoriz e Cortegaça. A região Norte do Concelho de Ovar onde se localizam a freguesia de Esmoriz e Cortegaça, não se encontra inserida em nenhuma região hidrográfica significativa. No que diz respeito aos principais cursos de água do Concelho verifica-se que em Esmoriz conta com a Barrinha de Esmoriz, Rio Gonde e Ribeira das Mangas. Na freguesia de Cortegaça passa a Ribeira de Cortegaça e Ribeira das Mangas. Na área que integra a bacia hidrográfica do Douro destacam-se as ribeiras das Mangas e Cortegaça. Atualmente a Barrinha de Esmoriz encontra-se ameaçada ecologicamente, devido às grandes quantidades de poluição (doméstica e industrial) que ali chegam através das ribeiras, encontrando-se num estado bastante avançado de degradação, sendo também as atividades agrícolas envolventes à Barrinha responsáveis pela degradação aí verificada. A Barrinha de Esmoriz faz parte do património natural do Concelho, representando uma área de grande interesse ecológico. A Barrinha de Esmoriz, além de outras funções geralmente associadas a este tipo de zona húmida, constitui um excelente local de invernada para muitas aves aquáticas e de nidificação para muitas outras.

Agora no que diz respeito à Rede Viária e Transportes verifica-se que a A29 atravessa o concelho longitudinalmente e é servida por vários nós de ligação: Ovar (Sul), Ovar (Norte), Maceda, Cortegaça e Esmoriz. Os nós de Esmoriz, Cortegaça e Maceda estabelecem a ligação, respetivamente, com a EN 1-14, EM 527, e variante de ligação ao IP1 (Feira). A Estrada Regional 1-14 – ER 1-14 estabelece a ligação entre o IC 24 e o IC1 (nó de Esmoriz) e integra a rede viária municipal. No que respeita à Rede Municipal o território do Concelho de Ovar apresenta, genericamente, duas grandes aglomerações: uma a norte, constituída por Esmoriz, Cortegaça e Maceda, com uma rede viária mais próxima de uma malha reticulada, e outra a Sul, praticamente correspondente à Cidade de Ovar, aproximando-se mais de uma estrutura radial. A rede viária municipal desenvolve-se sobretudo em torno destes dois núcleos. Das ligações intra - concelhias, importa sobretudo referir a ligação primordial entre aqueles que constituem os dois núcleos urbanos mais importantes do Concelho: o aglomerado norte (Esmoriz, Cortegaça e Maceda), e o aglomerado sul (principalmente definido pela Cidade de Ovar). Esta conexão é, de certa forma, realizada duplamente: pela A29 e, de um modo mais local, pela EN109, que continua ainda a desempenhar um papel importante na estruturação destes territórios. Com o seu traçado a atravessar longitudinalmente todo o Concelho, é pois possível percorrer as localidades de maior relevância, passando inclusive pelo importante polo que é a Zona Industrial de Ovar. As localidades de Esmoriz, Cortegaça e Maceda formam o núcleo urbano a norte do Concelho. Aqui, e diferenciando-se da Cidade de Ovar, a malha urbana caracteriza-se pela existência de um eixo longitudinal, a EN 109, à qual se ‘agarram’ uma série de transversais, e, a partir do conjunto destas desenvolve-se uma malha tipologicamente reticulada. As praias do norte do Concelho, Esmoriz e Cortegaça, são acedidas através das distribuidoras secundárias definidas para Esmoriz e Cortegaça. A sul, a praia do Furadouro é acedida através das Circulares à Cidade de Ovar. Apesar de a A29 ser atualmente uma via com custos para o utilizador, optamos por considerá-la como Via Distribuidora Principal. As ligações norte - sul são sobremaneira asseguradas pela A29, que para além de permitir essa conexão entre concelhos, permite também, na área territorial de Ovar, a distribuição mais expedita da circulação pelos principais aglomerados urbanos deste município, justificado pela existência dos 5 nós de ligação existentes no concelho (Ovar (Sul), Ovar (Norte), Maceda, Cortegaça e Esmoriz) que permitem uma ligação mais eficaz entre estas localidades. A EN109 (considerada conjuntamente com os troços



desclassificados) é uma via com uma componente urbana bastante marcada, paralela à A29 e que oferece um nível de serviço inferior a esta. Trata-se de uma via que serve e é estruturante para os principais aglomerados do concelho, nomeadamente Ovar, Maceda, Cortegaça e Esmoriz, e ao longo da qual se localizam grande parte das atividades industriais do concelho (Ovar-Norte e Cortegaça). As suas características eminentemente urbanas dificultam as ligações Norte-Sul, posicionando-a como uma via de vocação local. Ainda assim, a EN109 possui uma função de atravessamento/passagem, constituindo-se, se necessário como uma eventual alternativa à A29. Estes fatores levaram a posicionar a EN109 como uma via distribuidora principal, embora com níveis de serviço consideravelmente inferiores à A29. As Vias Distribuidoras Secundárias são igualmente estruturantes a nível concelhio, embora prestem um nível de serviço inferior às Vias Distribuidoras Principais, nomeadamente a nível de velocidade de circulação média e fluidez de trânsito. São vias que possibilitam estabelecer as ligações entre os principais aglomerados urbanos do concelho. Como já referenciado no relatório de enquadramento regional, o concelho de Ovar é servido pela linha do Norte, a mais importante linha ferroviária do País. Esta linha férrea constitui um importante vetor na mobilidade de pessoas e bens e, ainda, na acessibilidade aos concelhos que atravessa, detendo (o comboio) peso significativo nas deslocações pendulares. Constitui, portanto, para Ovar um fator de competitividade no que se refere à localização de atividades e residência. O operador deste meio de transporte oferece aos munícipes de Ovar dois serviços de transporte: Urbano e Intercidades. O serviço Urbano assenta na Linha de Aveiro e assegura as ligações ao Porto e a Aveiro, servindo as populações que usufruem de estações e apeadeiros ao longo deste percurso. No caso de Ovar conta com as Estações de Ovar e Esmoriz e os apeadeiros de Cortegaça, Maceda e Válega. Em termos de Rede de Ciclovias e Percursos Pedonais no Concelho de Ovar existem as seguintes ciclovias: Avenida da Praia de Esmoriz - Com o objetivo de proporcionar melhores acessibilidades às praias e maior mobilidade, a Câmara Municipal de Ovar procedeu à remodelação e arranjo urbanístico da Avenida da Praia de Esmoriz. Esta Avenida comporta uma ciclovias, que promove a ligação entre a linha do comboio, a nascente, e as praias e a marginal marítima, a poente.

#### **3.1.4. Identificação de problemas e falhas nos territórios de Esmoriz e Cortegaça**

Por forma, a ter uma melhor perceção e compreensão genérica, da estrutura e organização dos territórios de Esmoriz e Cortegaça, efetuei um trabalho de campo, deslocando-me até à cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça, elaborando de seguida um pequeno documento onde relatei todas as falhas e problemas diagnosticados nos territórios de Esmoriz e Cortegaça aquando desta minha visita ao terreno.

Para complementar esta informação recolhida no terreno, socorri-me ainda de um trabalho realizado durante a minha Licenciatura no âmbito de uma Unidade Curricular designada por Desenho Urbano, na qual se desenvolveu uma maquete representativa da área de intervenção cingida à Estação Ferroviária de Esmoriz, à escala 1:1000. O estudo desta zona foi realizado através de uma análise SWOT, tendo em conta os princípios da Nova Carta do Urbanismo verificando-se as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que esta parte do território de Esmoriz acarreta consigo. Sumariamente, neste diagnóstico efetuado constatou-se que existe um centro identificável na área envolvente e um centro identificável na área de intervenção, e que estes não se encontram

interligados, bem como existe uma fraca rede viária nesta zona, não havendo ligação entre as ruas, subsistindo uma débil qualidade de acessibilidade às fábricas, causando transtorno público. Deteta-se também a carência de comércio, não existindo capacidade de autogovernação.

Detetou-se ainda a inexistência de espaços de desporto e desvalorização de espaços naturais como a barrinha. O principal problema diagnosticado na área de intervenção descrita anteriormente passa pelo facto da linha férrea se constituir um limite, ou seja, constitui uma barreira de separação entre a zona Oeste e Este da linha férrea. Numa primeira instância, a visita ao terreno permitiu-me perceber claramente que a malha urbana do lado poente da linha férrea é diferente do lado nascente, contando com uma malha muito ortogonal do lado poente em ambos os territórios das duas freguesias, existindo um tecido urbano bastante contínuo do lado poente da freguesia de Esmoriz, sendo que do lado nascente do caminho-de-ferro, o tecido urbano já se torna bem menos contínuo face ao lado poente. Por outro lado, na freguesia de Cortegaça isso já não acontece, verificando-se um tecido urbano muito pouco contínuo tanto do lado poente da linha férrea, bem como a nascente da mesma. Numa análise mais detalhada, verifica-se que em Esmoriz não existe uma centralidade evidente existindo unicamente uma espécie de centro junto da Igreja Paroquial de Nossa Sra. da Assunção, em que este suposto centro é constituído por equipamentos religiosos do lado nascente da EN109, contando ainda com o Hotel La Fontaine. No lado nascente da EN109 existe ainda o Jardim Público de Esmoriz desde o início da década de 90 devido à concessão de áreas ao domínio público, no âmbito de um processo de licenciamento. Por outro lado, a poente da EN109, o território dispõe de equipamentos administrativos, como o edifício da junta de freguesia o qual é dotado de várias valências. Contudo, se é pretensão fazer desta zona um centro visível em Esmoriz, deve-se pensar seriamente na existência de um elemento marcante, algo que ganhe um maior destaque e que faça perceber de forma clara que estamos no centro de Esmoriz. Um outro problema identificado na freguesia de Esmoriz passa pela fraca ligação das duas principais ruas de Esmoriz (Av. Dos Correios e Av. Da Praia), existindo por isso também o PP da Avenida Draveil, por modo a tentar interligar estes dois eixos principais de Esmoriz. Um outro problema reconhecido a nascente da linha férrea, é relativo ao quarteirão onde se localiza a Escola Secundária de Esmoriz, verificando-se a existência de uma rua sem saída (Rua da Casela), a qual se pretende que faça ligação com a Rua da Pinha, constituindo assim uma ligação com a freguesia vizinha de Paramos pertencente ao Concelho de Espinho. Ainda outro problema detetado está associado ao fato de existirem ao longo da EN109 aberturas de arruamentos, os quais se constituem como becos sem saída, não existindo qualquer tipo de ligação destes arruamentos com os eixos principais de Esmoriz, sendo que estes arruamentos conferem a possibilidade de se ligarem entre si, podendo na zona do quarteirão da Escola Secundária, estas penetrações fazer ligação com a rua da Casela. Verifica-se que existe também uma forte possibilidade de existir uma ligação entre a rua da Casela e a Rua das Saibreiras, densificando desta forma a malha urbana, por forma a conferir uma maior fluidez do tráfego e potenciar a existência de uma maior acessibilidade nesta zona da Cidade. Ainda no quarteirão que integra a Escola Secundária verifica-se que do lado poente da Rua da Casela, os espaços existentes estão destinados segundo o PDM a solo urbano, espaços residenciais e a nascente solo urbano, espaços de atividades económicas. Para além desta zona referida anteriormente, constata-se que do lado nascente da EN109 da freguesia de Esmoriz existem pontualmente arruamentos com perfis transversais bastante reduzidos, autênticas vielas e outros sem saída, conferindo uma fraca estrutura ao território, verificando-se uma desorganização do mesmo. Agora do lado poente da linha férrea, é necessário ter ainda em consideração a reconstrução da Barrinha de Esmoriz a Poente/Norte da linha

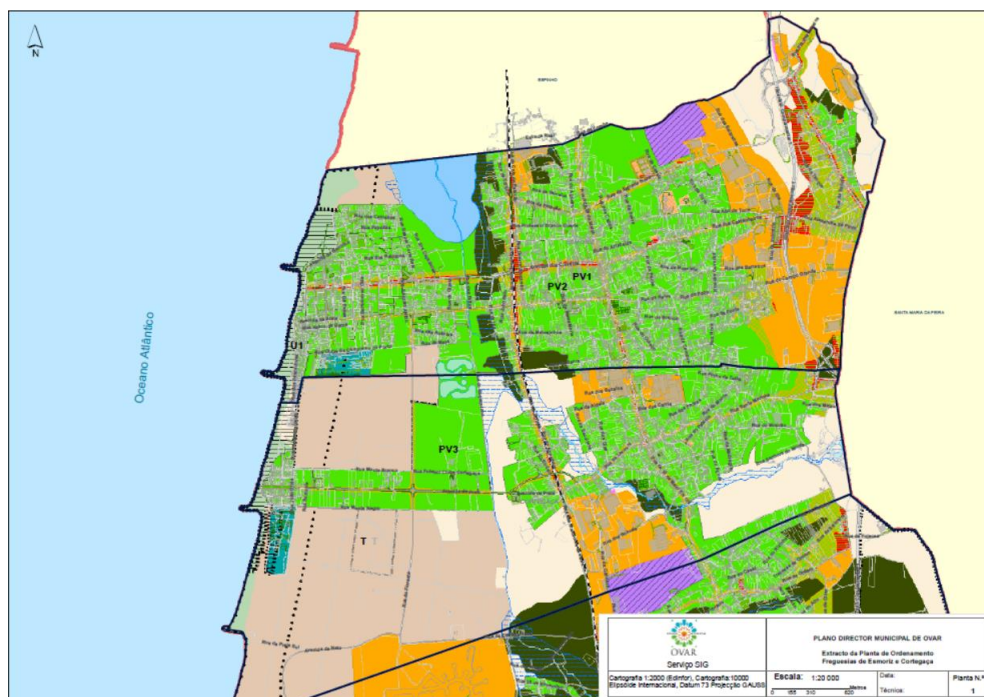
férrea, assim como o Parque do Buçaquinho a Poente/Sul da linha férrea. Contudo, em todo o território da freguesia de Esmoriz, segundo o PDM, verifica-se que existe uma grande predominância de espaços residenciais de Grau I (edificações multifamiliares de 2 pisos), existindo no entanto, em muitos destes espaços fatores que condicionam a construção destas edificações, devendo-se atender portanto a todas as condicionantes definidas no PDM, não olhando somente para a planta de ordenamento. À semelhança do que acontece em Esmoriz, na freguesia de Cortegaça não existe um centro claro, existindo no entanto junto da praça Comendador Álvaro Rola, uma grande oferta de vários tipos de serviços, fruto das construções mais recentes de edifícios de maior volume (rés de chão +4). Ao se analisar o território da freguesia de Cortegaça, denota-se que na zona sul da freguesia existe uma zona industrial que se expande até à freguesia de Maceda, sendo que nesta zona podem ser também criadas novas penetrações viárias por modo a existir um acesso mais facilitado à EN109, contribuindo para a existência de uma malha mais densa, e de um tecido urbano mais contínuo, conferindo uma maior estrutura e melhor organização do território. Ao se analisarem os territórios de ambas as freguesias, constata-se também que os equipamentos desportivos encontram-se do lado poente da linha férrea em ambas as freguesias, devendo-se ter esse fator em consideração no processo de planeamento do território de ambas as freguesias. Em termos de Zonas Industriais, no conjunto das duas freguesias, conta-se com a Zona Industrial localizada no extremo Norte de Esmoriz, a Nascente da via-férrea, e a Zona Industrial situada a norte de Esmoriz próximo da A29, bem como a Zona Industrial disposta no centro da vila de Cortegaça, em ambas as margens da EN109, e ainda a Zona Industrial instalada a Sul de Cortegaça, a nascente da via-férrea.

### **3.2. INSTRUMENTOS DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PUEC SEGUNDO O PDM**

Nesta fase do estágio, foi-me proposto pelo Arquiteto Rogério Pacheco, estudar e analisar o modelo de Ordenamento e as condicionantes existentes nas Freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Nesta medida, serão apresentados seguidamente os mapas relativos à planta de Ordenamento, e Planta de Condicionantes das Freguesias de Esmoriz e Cortegaça. No que toca às Condicionantes, primeiramente serão representadas as condicionantes de menor relevância aos processos de urbanização, e de seguida, serão representadas cartograficamente as áreas abrangidas pela RAN e REN, assumindo-se estas, como as condicionantes de maior importância e com um maior peso restritivo aos processos de urbanização. O mapa seguinte, representa a Planta de Ordenamento referente às freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Para consulta, a legenda das plantas do PDM de Ovar, encontra-se disposta em anexo.

### 3.2.1. Ordenamento

Mapa 4 – Planta de Ordenamento



Fonte: MuniSig de Ovar

Segundo o PDM, publicado no Diário da República, II Série, pelo Aviso n.º 9564/2015, de 26 de agosto, a área de intervenção abrange as seguintes categorias funcionais:

- a. Solo Urbano:
  - Solo Urbanizado:
  - Espaços Residenciais de Nível I
  - Espaços Residenciais de Nível II
  - Espaços de Atividades Económicas
  - Espaços de Equipamentos
  - Espaços Verdes
  - Espaços Urbanos de Baixa Densidade
- b. Solo Rural:
  - Espaços Florestais de Produção
  - Espaços Florestais de Conservação
  - Espaços Naturais
  - Praias e Dunas
  - Espaços de Ocupação Turística\*
  - Espaços de Equipamentos
  - Espaços Agrícolas de Produção
- c. Solo Urbanizável:
  - Espaços Residenciais de Nível I
  - Espaços Residenciais de Nível II
  - Espaços de Atividades Económicas

\*A área classificada como Espaço de Ocupação Turística refere-se ao atual Parque de Campismo de Cortegaça. Como é sabido, já foi manifestada a intenção de promover a sua realocização e reintegrar a área ocupada pelas atuais instalações no Regime Florestal, passando essa

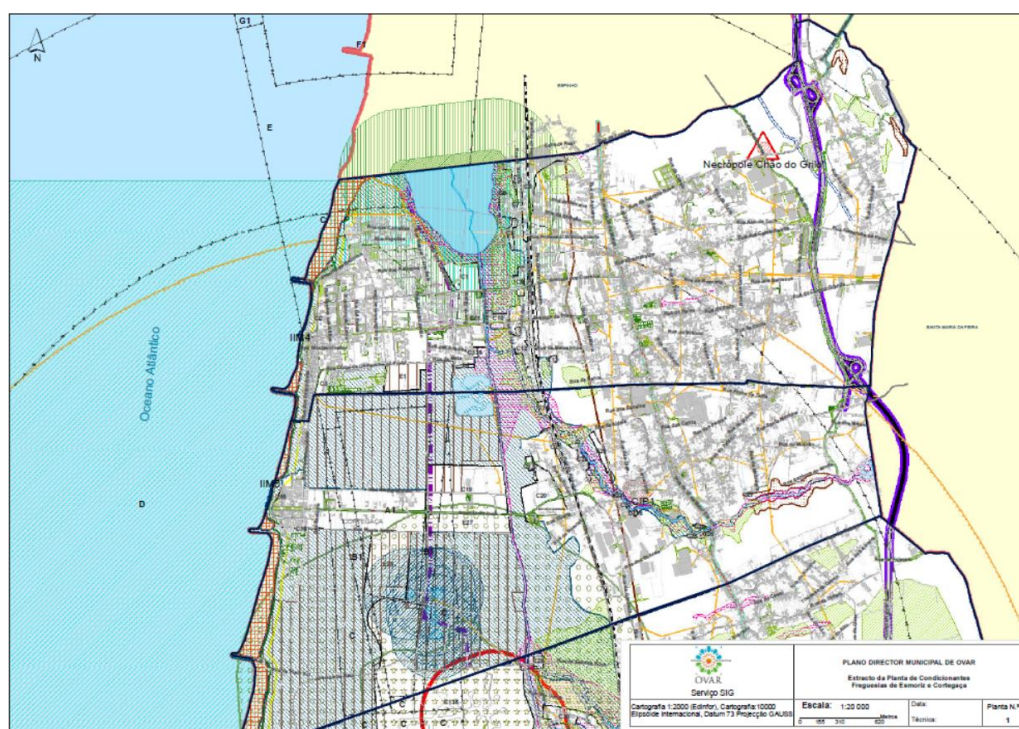


área, após desocupada, a integrar-se na categoria funcional de Espaço Florestal de Conservação. Deve-se ainda atender ao facto, de que existem algumas condicionantes, de entre as quais se destacam o Domínio Público Marítimo, o Regime Florestal, as Áreas Florestais Percorridas por Incêndios e a Rede Natura 2000 (Barrinha).

### 3.2.2. Condicionantes

Aquando da elaboração do PUEC, deve-se ter em conta que existem vários tipos de condicionantes, no entanto, existem condicionantes que causam um maior e menor impacto no território, limitando com diferentes níveis de intensidade os processos de urbanização que se pretende desenvolver no território. No primeiro mapa abaixo representado (consultar legenda disposta em anexo), estão representadas as condicionantes de menor relevância aos processos de urbanização. Contudo, mais à frente serão representadas cartograficamente as áreas abrangidas pela RAN e REN, sendo que a RAN não representa uma expressão territorial significativa no conjunto das duas freguesias, já no caso da REN, verifica-se que esta representa uma grande expressão territorial na freguesia de Cortegaça. A RAN e REN assumem-se como as condicionantes de maior relevância e com um maior peso restritivo aos processos de urbanização, sendo que a RAN se constitui como uma restrição de utilidade pública, de âmbito nacional, que se mostra necessária e, funcionalmente, adequada, para acautelar uma reserva de terrenos agrícolas que propiciem o desenvolvimento da atividade agrícola, o equilíbrio ecológico e outros interesses públicos. A REN assume-se como um regime territorial especial, estabelecendo um conjunto de condicionamentos, identificando-se usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime. Nos termos do disposto no n.º 1 alínea c) do artigo 97º do RJIGT/2015, a Planta de Condicionantes identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

**Mapa 5 - Planta de Condicionantes das Freguesias de Esmoriz e Cortegaça**

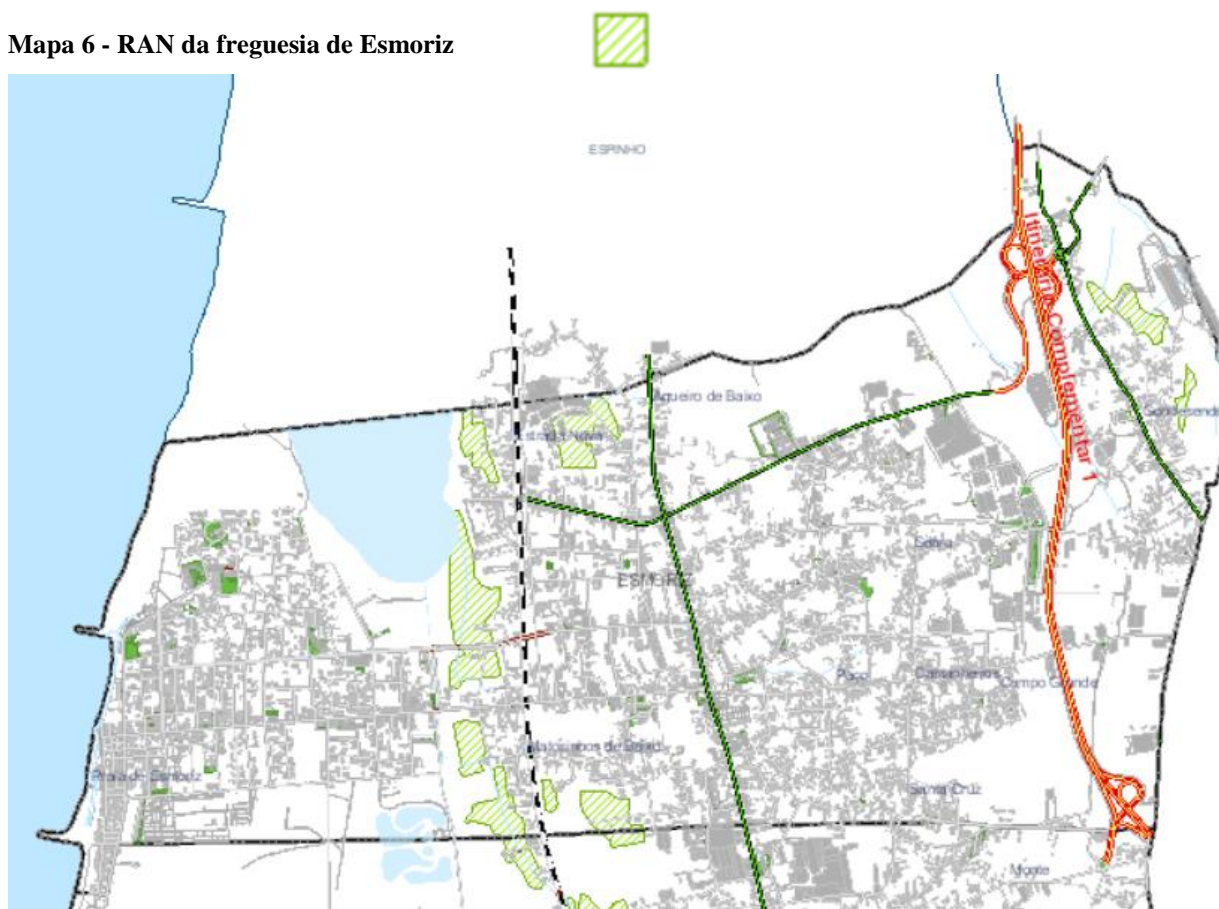


**Fonte: MuniSig de Ovar**

### 3.2.2.1. RAN

No que diz respeito às Condicionantes na freguesia de Esmoriz, nomeadamente ao nível da RAN, verifica-se uma maior preponderância de espaços que apresentam maior aptidão para a atividade agrícola paralelos à linha ferroviária, do lado poente da mesma, integrando a zona lagunar de Esmoriz. No entanto, a sul nascente da linha ferroviária de Esmoriz existe também uma zona vocacionada para fins agrícolas, bem como a norte nascente da mesma. Ainda na freguesia de Esmoriz constata-se a existência de mais duas áreas reservadas para fins agrícolas localizadas a norte nascentes dos limites da freguesia próximo da localidade de Gondesende (ver mapa 6).

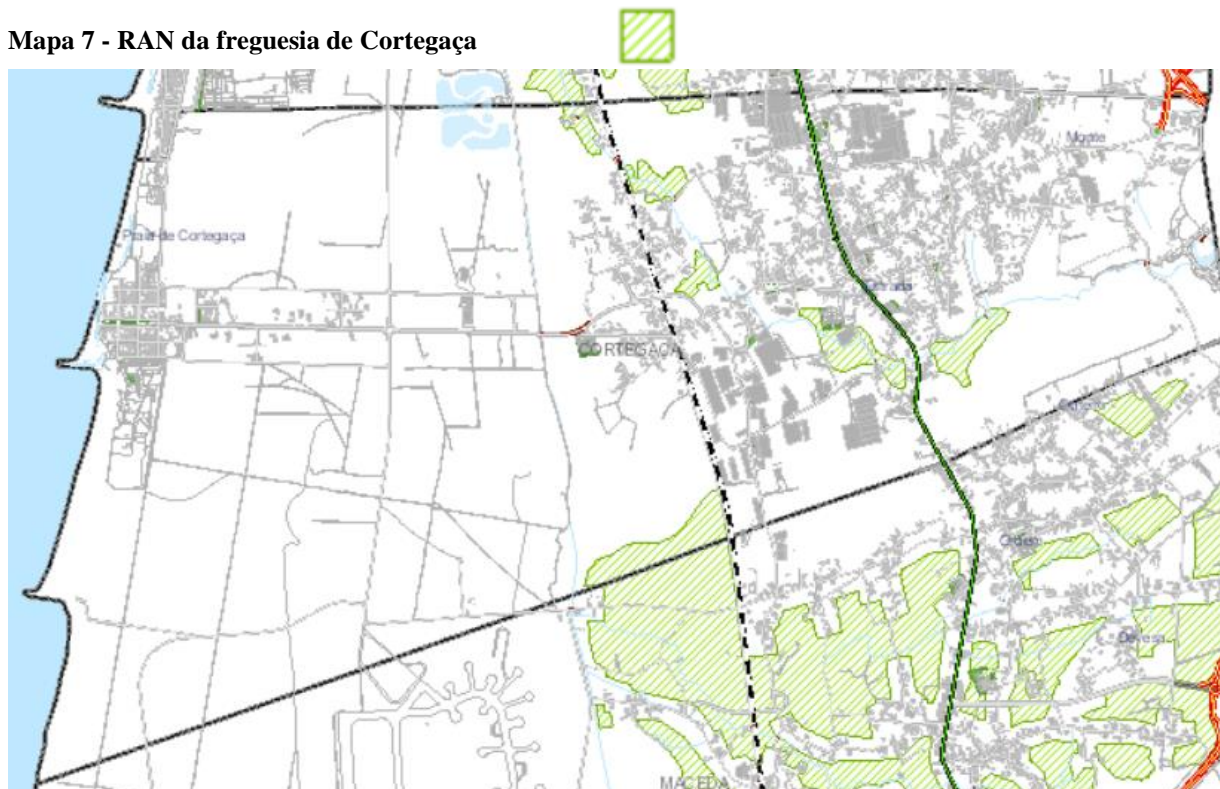
Mapa 6 - RAN da freguesia de Esmoriz



Fonte: MuniSig de Ovar

Na freguesia de Cortegaça existem espaços que apresentam maior aptidão para atividade agrícola, a norte nascente da linha ferroviária bem junto da mesma, assim como a norte poente junto do limite entre a freguesia de Cortegaça e Esmoriz, e ainda existe uma mancha de RAN junto do limite entre a freguesia de Cortegaça e Maceda, localizada a poente do caminho-de-ferro. Por outro lado, existem também zonas destinadas para fins agrícolas a Este e Oeste da EN 109, sendo que no lado Oeste estas áreas localizam-se junto da zona industrial (ver mapa 7).

**Mapa 7 - RAN da freguesia de Cortegaça**



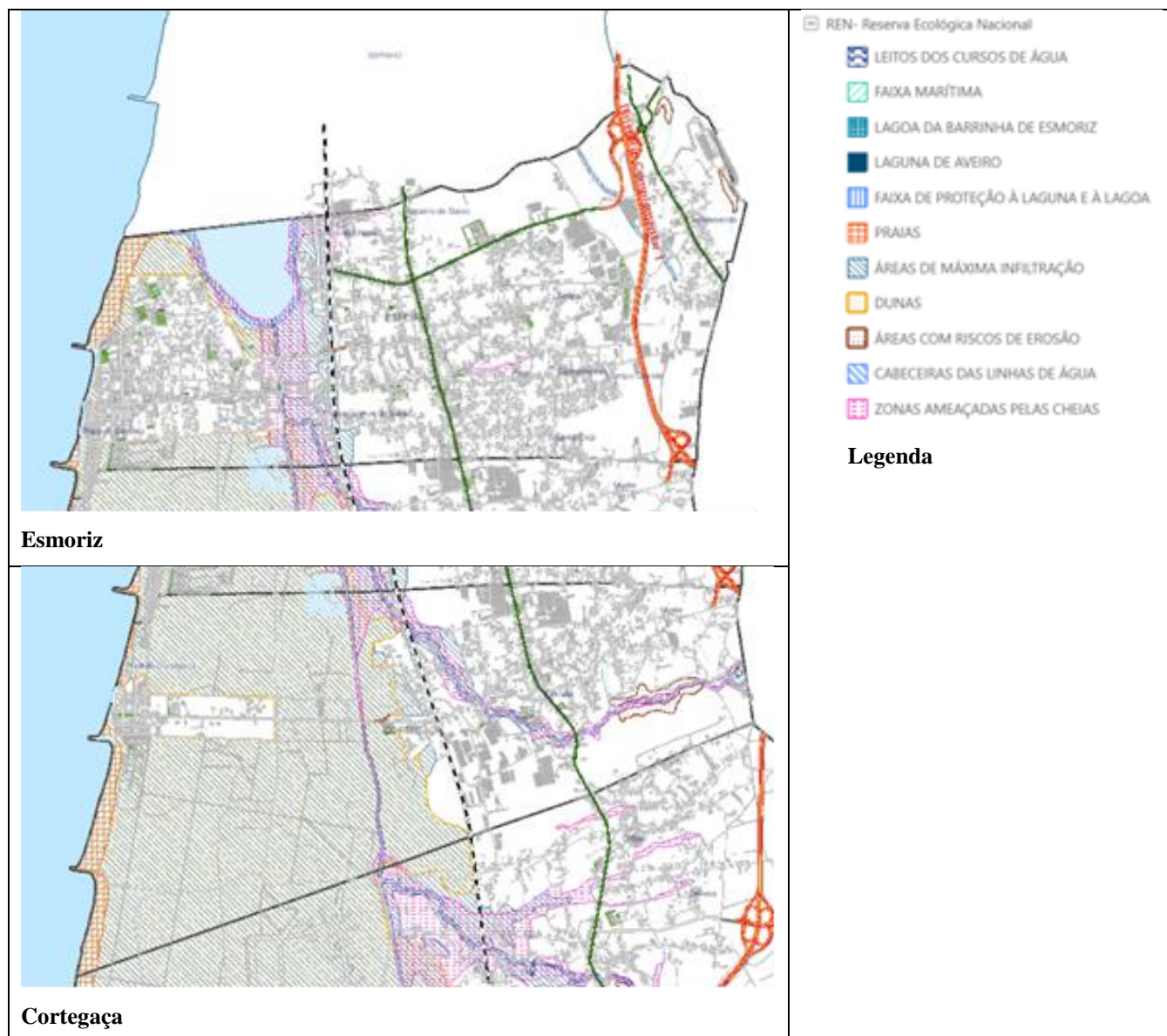
Fonte: MuniSig de Ovar

#### **3.2.2.2. REN**

Relativamente à REN, na freguesia de Esmoriz verifica-se que muita da sua área a poente da linha ferroviária está abarcada pela REN, nomeadamente a área que circunda a zona lagunar de Esmoriz e junto da linha do limite entre a freguesia de Esmoriz e Cortegaça, existindo no entanto muitos espaços vazios onde se pode urbanizar. No que diz respeito à freguesia de Cortegaça constata-se que mais de 80 % da área localizada a poente da linha ferroviária se encontra abrangida pelo regime da REN, existindo um espaço muito reduzido para se poder urbanizar, encontrando-se esta área classificada como Dunas e Áreas de Máxima Infiltração. Em ambos os casos estes espaços abrangidos pelo regime da REN constituem-se como uma condicionante a qualquer processo de urbanização. No entanto, no lado nascente da linha férrea, quer na freguesia de Esmoriz quer na freguesia de Cortegaça, verifica-se que mais de 90% da área não se encontra abrangida pela REN, conferindo desta forma uma grande oportunidade para a realização de obras de urbanização numa área significativa do território destas freguesias (ver mapa 8).



**Mapa 8 - REN das freguesias de Esmoriz e Cortegaça e Legenda da REN**



Fonte: MuniSig de Ovar, Tratamento próprio

Aquando da formulação do Plano de Urbanização, deve-se ter em consideração todas estas áreas relativas à RAN e REN, visto que estas não podem sofrer processos de urbanização.

### **3.3. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIAS DE ESMORIZ E CORTEGAÇA**

Nesta fase, realizaram-se reuniões na CMO, onde se contou com a presença dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Esmoriz e Cortegaça, António Bebianio e Sérgio Vicente respetivamente, bem como se contou com a comparência da Engenheira Marília Avelar, Chefe de Divisão de Urbanismo e Planeamento, e ainda com a presença do meu Supervisor Arquiteto Rogério Pacheco. Visto que ambos os Presidentes de ambas as Freguesias conhecem o território melhor do que

ninguém, estes reconheceram outros problemas e falhas que não estão retratados nos estudos de caracterização e diagnóstico do PDM. Nesta reunião, ambos os presidentes das Juntas de Freguesia de Esmoriz e Cortegaça enunciaram as matérias que pretendiam que o Plano de Urbanização pudesse dar resposta, expressando os objetivos que pretendiam ver alcançados com a elaboração do PUEC em termos do sistema ambiental, sistema viário e sistema funcional. Deste modo, esta reunião possibilitou identificar os conteúdos que serviram de base para a definição de oportunidade e termos de referência do plano de urbanização de Esmoriz/Cortegaça.

#### **Em termos de Sistema Ambiental, pretende-se:**

- Criar um Parque urbano de Esmoriz/Cortegaça entre as duas avenidas da Praia, Rio Lambo e Oceano Atlântico, adjacente à pretensa zona desportiva e ligações privilegiadas ao Caminho-de-ferro e ao anel de circulação exterior;
- Definir as zonas verdes da Barrinha, do pretenso parque Parque de Esmoriz e Cortegaça, Mourão e Engenho novo, bem como as ligações entre si (com especial enfoque para a criação do corredor ecológico entre o mourão e o rio lambo), e para com a floresta a sul, castro de Ovil a Norte e engenho velho a Nascente;
- Definir a interface Ambiental da Barrinha;
- Definir a estratégia para o litoral salvaguardando e articulando o ambiente com a atividade balnear, a Arte Xávega, a pesca desportiva, o surf e demais desportos e atividades económicas náuticas valorizando a vocação atlântica deste território;

#### **No que diz respeito ao Sistema Viário, espera-se:**

- Criar de um anel de circulação externo prevendo um atravessamento a nascente que ligue os três nós da A29 e favorecendo as acessibilidades às diversas zonas de atividade económica, ao caminho-de-ferro, praias, floresta, etc;
- Criar de um anel de circulação interno reforçando as ligações inter-freguesias na zona a nascente do caminho-de-ferro favorecendo a distribuição nas zonas urbanas das freguesias e facilitando a entrada e saída dos seus centros;
- Clarificar o carácter da EN 109, isto é, desmaterializar o carácter de estrada materializar o carácter de rua;
- Reforçar as ligações intermunicipais, a Paramos (Espinho) pela rua dos tanoeiros/agricultura/zefinha /caminho-de-ferro favorecendo as acessibilidades ao caminho-de-ferro e restabelecimento 25, bem como a Rio Meão (Feira), reforçando a posição estratégica regional (estrada paralela à linha férrea do lado poente);
- Reforçar as ligações da A29 ao litoral;
- Hierarquizar a rede viária no seu todo;

#### **Respeitante ao Sistema Funcional deseja-se:**

- Identificar e hierarquizar as várias centralidades;

- Planear as zonas de atividade económica;
- Criar um espaço de equipamentos desportivos e de lazer unindo as duas zonas desportivas, a nascente do rio lambo, valorizando a proximidade ao pretense parque urbano de Esmoriz e Cortegaça;

### **3.4. DEFINIÇÃO DE OPORTUNIDADE E TERMOS DE REFERÊNCIA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ESMORIZ E CORTEGAÇA (PUEC)**

Face à inexistência de um instrumento à escala urbana que faça o planeamento entre a freguesia de Esmoriz e a freguesia de Cortegaça, sente-se a necessidade e uma grande vontade de criar o Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça.

Para a área territorial abrangida pelo PU, cabe a este plano explicitar os objetivos operacionais, as medidas e ações que visam o seu alcance e os meios necessários que permitam tratar cada uma das zonas definidas, de forma a assegurar a concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo estabelecida no Plano Diretor Municipal (PDM). (Grego, Gabriel, 2014)

Nesta medida, a última etapa do meu estágio, a qual durou cerca de 3 meses, passou pela elaboração de um documento, que se pretende submeter à apreciação da Câmara Municipal de Ovar, nos termos para efeitos do nº 3 do artigo 76º do Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), contendo os “termos de referência” para a elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça (PUEC). Deste documento consta, ainda, a “definição da oportunidade” da realização do PUEC, constituindo a síntese dos fundamentos justificativos para a sua execução.

#### **3.4.1. Objetivos Gerais do PUEC**

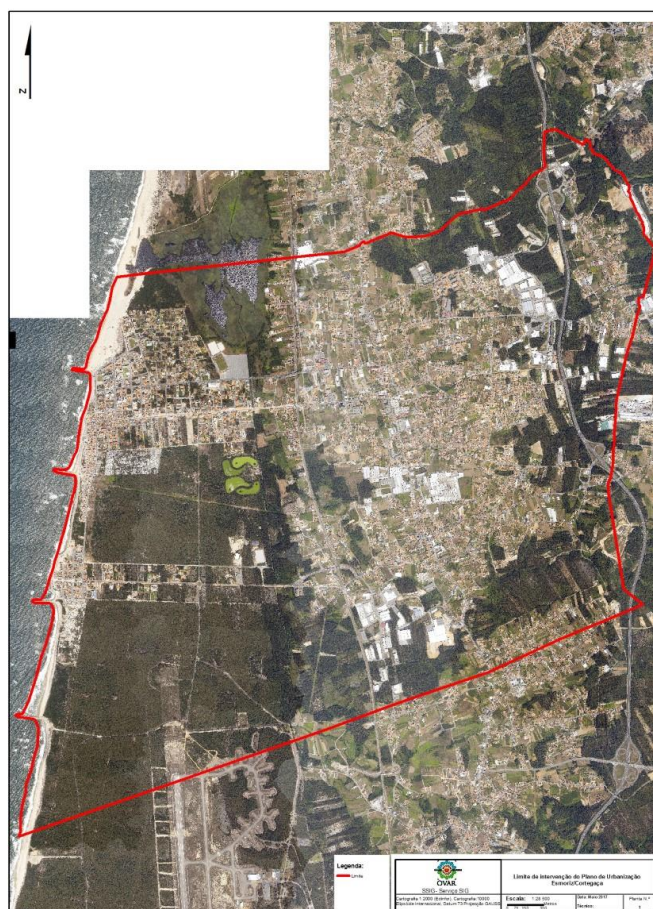
Aquando da elaboração do documento que dita a definição de oportunidade e os termos de referência do PUEC, primeiramente foram descritos os seus objetivos gerais. No que diz respeito à administração urbanística, a formulação do PUEC deverá constituir-se como um programa orientador atual, o qual irá estruturar a ocupação do solo e o seu aproveitamento, respondendo à evolução das condições socioeconómicas e culturais verificadas no território de Esmoriz e Cortegaça, e ainda, como um instrumento de natureza jurídico-administrativa que sirva de suporte à gestão urbanística municipal e à concretização das políticas municipais na prossecução dos seus objetivos, e que se mantenha em coerência com os objetivos gerais de desenvolvimento emanados de outros IGT's hierarquicamente superiores. Neste sentido, o PUEC, servirá para tirar partido e aproveitar as potencialidades endógenas da área de intervenção, definindo o ordenamento do território, remodelando e reestruturando a estrutura viária. O PUEC, terá como grande intuito promover uma política de qualificação urbana, revitalizando a Cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça, intervindo-se ao nível da conceção espacial da organização urbana, de modo a “combater” alguma ineficácia da atual estrutura de ocupação do solo, face à dinâmica territorial e conjuntura socioeconómica presente. Deste modo, perspetiva-se reorganizar e desenvolver de forma sustentável as duas freguesias, potenciando o aumento da qualidade de vida, que ambas as freguesias oferecem, dotando o território de maior dinamismo e atratividade, por forma a reforçar também a atratividade concelhia, incentivando a fixação de mais população nestas duas freguesias. Assim, a oportunidade de elaboração do plano surge da necessidade, de ordenar e potenciar a valorização ambiental e

paisagística da área do plano, bem como regular as construções novas ou construções existentes, sejam estas destinadas a desporto, cultura, recreio, comércio, turismo ou outras, desde que as mesmas contribuam para a valorização destes espaços, salvaguardando as características e qualidades paisagísticas e ambientais em presença. A proposta de Plano permitirá um tratamento mais pormenorizado ao nível da implantação de novas infraestruturas, bem como a reorganização das existentes, permitindo o reordenamento do trânsito motorizado, concedendo ainda, a oportunidade de remodelar o espaço público e privado.

### 3.4.2. Enquadramento Territorial da área de intervenção

Após descritos os objetivos gerais do PUEC foi feito o enquadramento territorial da área de estudo, verificando-se que esta se encontra delimitada a Norte pela freguesia de Paramos (concelho de Espinho), a nascente pelas freguesias de Rio Meão e Paços de Brandão, pertencentes ao concelho de Santa Maria da Feira, a Sul pela freguesia de Maceda e a Poente pelo Oceano Atlântico. Através do recurso ao Sistema de Informação Geográfica (SIG), representou-se cartograficamente a área de intervenção, permitindo aos leitores do documento fazer uma leitura rápida da área de estudo (ver mapa 9).

**Mapa 9 - Área de Intervenção do PUEC**



**Fonte: Gabinete SIG da CMO**



### 3.4.3. Objetivos Específicos do PUEC

Nesta etapa foram narrados os vários objetivos comunicados pelos presidentes das juntas de Freguesia de Esmoriz e Cortegaça, situando-os em três sistemas diferentes. Primeiramente foram referidos os objetivos específicos relativos ao Sistema Ambiental, depois referentes ao Sistema Viário, e por último respeitantes ao Sistema Funcional. Todos os objetivos específicos relatados nos três diferentes sistemas, ditam a necessidade e oportunidade da concretização de cada um deles.

#### 3.4.3.1. Sistema Ambiental

No Livro Verde do Ambiente considera-se que “as autoridades municipais deveriam ser encorajadas a rever a quantidade de espaços verdes públicos e a aproveitar as oportunidades de os aumentar”(Carvalho, 2000).

Pretendendo encarar-se a cidade com a sua real dimensão territorial, incluindo as suas periferias mais próximas, ter-se-á então que assumir a existência de uma área agrícola e florestal, de dimensão ainda significativa, como fazendo parte integrante da cidade, havendo que pensar na sua utilização numa nova perspetiva, ambiental, educacional, turística e de lazer, complemento das outras funções urbanas(Carvalho, 2000).

O mesmo autor, defende ainda, que não se trata, apenas, de criar parques urbanos ou jardins botânicos. Trata-se de encarar estruturas agrícolas e florestais numa perspetiva de património, com o seu valor simbólico, pedagógico e ambiental, mas também económico, enquanto oferta de lazer e de turismo. Poderá, genericamente, desenvolver-se todo um turismo rural de proximidade aos centros urbano. Nesta medida, o verde urbano, deveria ter uma função estruturante, organizando-se em faixas ligadas entre si e atravessando a cidade contínua, constituindo pontos de encontro e separação entre as suas diversas partes.

Neste sentido, no que diz respeito ao Sistema Ambiental, existem quatro objetivos específicos diferentes a cumprir, com a elaboração do PUEC.

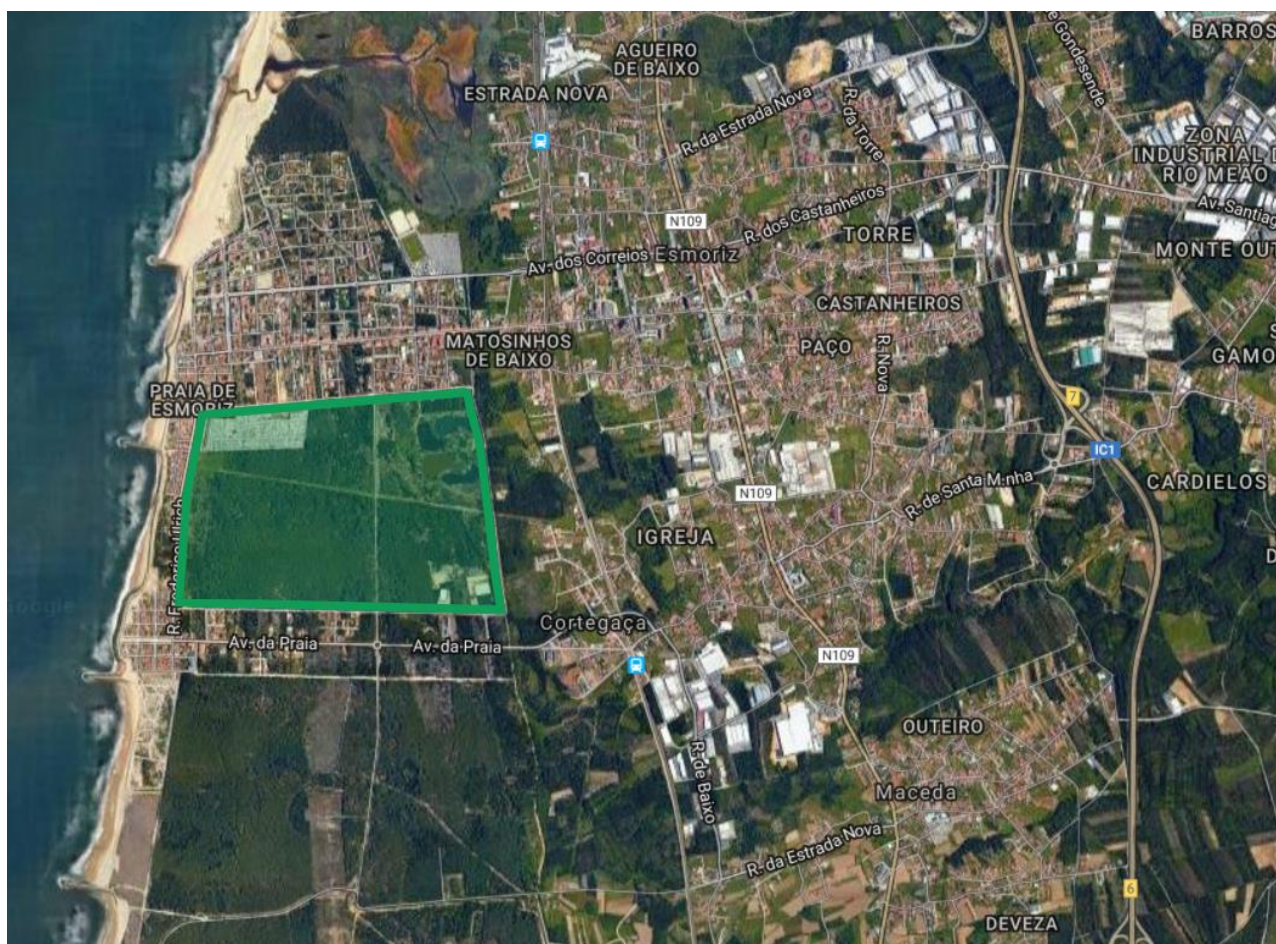
Devido à necessidade de se dar resposta à integração das questões urbana e ambiental inerentes às sociedades urbanas contemporâneas, prevê-se a criação de um **Parque Urbano de Esmoriz/Cortegaça** entre as duas avenidas da Praia pertencentes à freguesia de Esmoriz e Cortegaça, Rio Lambo e Oceano Atlântico, adjacente à pretensa zona desportiva, sendo este parque localizado numa zona em que existem ligações privilegiadas ao Caminho-de-ferro e ao anel de circulação exterior pretendido, o qual se constitui com um dos objetivos relativos ao Sistema viário, sendo este abordado posteriormente.

Este Parque Urbano de Esmoriz/Cortegaça inclui o já existente Parque Ambiental do Buçaquinho na freguesia de Esmoriz, bem como o Parque Desportivo do Buçaquinho pertencente à freguesia de Cortegaça, sendo que a ampliação dos mesmos irá constituir o tão desejado parque urbano de Esmoriz/Cortegaça.

Este parque urbano terá como principal função oferecer opções de lazer à população, e aos seus visitantes, pretendendo-se criar uma ligação forte com atividades desportivas. A grande vantagem deste parque urbano será a de propor à população e seus visitantes a opção de visitar toda esta área natural, com paisagens verdes, sem a necessidade de percorrer grandes distâncias, podendo-se desenvolver deste modo a relação do ser humano com a natureza, constituindo-se como uma

ferramenta importante para a conscientização ambiental. Contudo, é necessário ter em conta que este Parque, em termos de planta de ordenamento, se encontra integrado numa zona de espaço florestal de conservação, assim como se integra em áreas de máxima infiltração no que diz respeito à REN, o que poderá criar a necessidade de apresentar uma justificação fundamentada das atividades que se pretendem desenvolver nessa área, bem como a avaliação dos impactes por elas causados. De modo a permitir uma leitura fácil deste objetivo pretendido representou-se cartograficamente o mesmo, como se poderá ver no mapa seguinte.

**Mapa 10 - Parque Urbano de Esmoriz/Cortegaça**



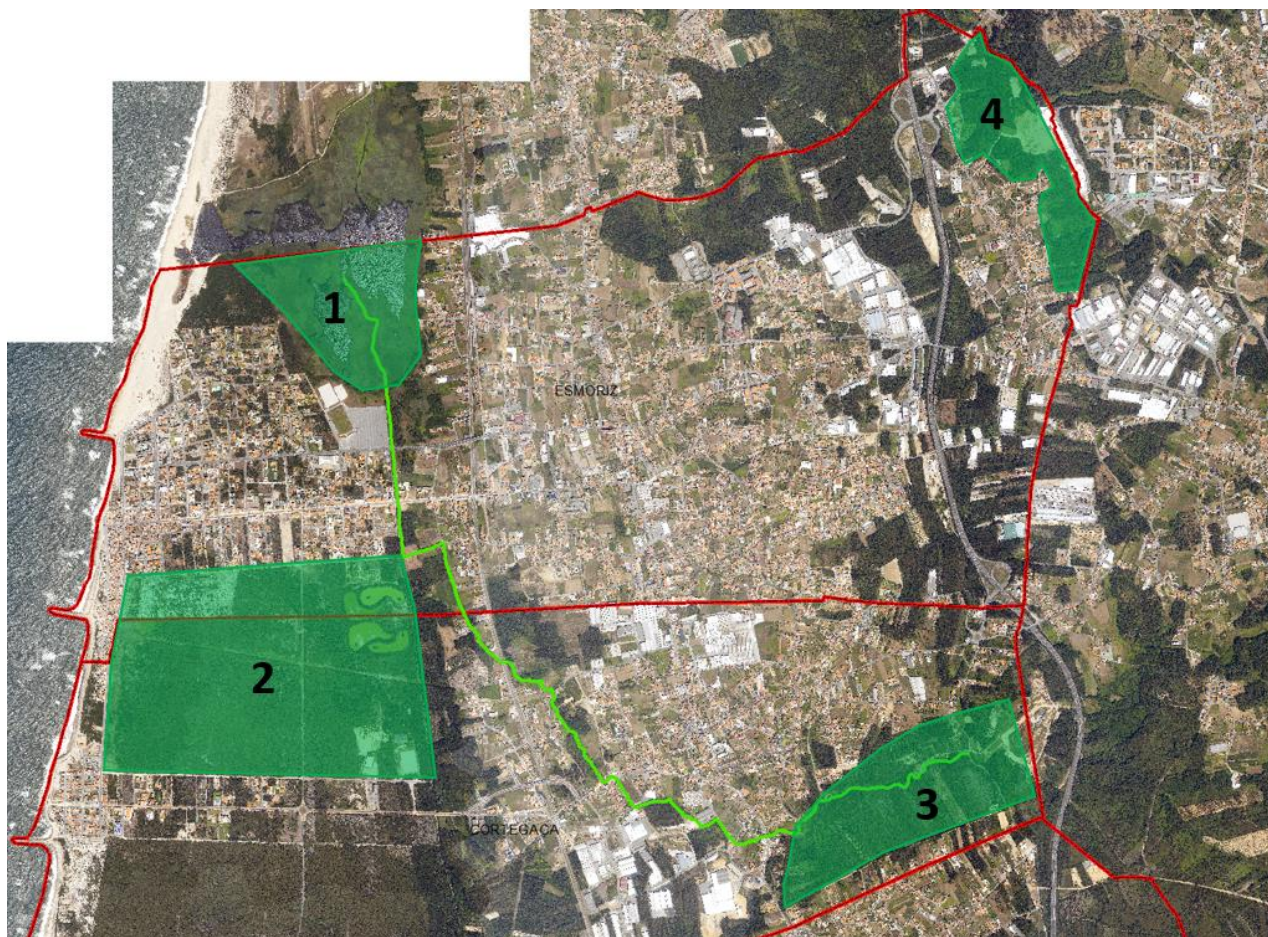
Fonte: Google maps, tratamento próprio

Um outro objetivo descrito, passa pela definição **das zonas verdes da Barrinha (zona 1), do futuro Parque Urbano de Esmoriz e Cortegaça (zona 2), Mourão (zona 3) e Engenho Novo (zona 4)**, (ver mapa 11), bem como as ligações entre si, dando um especial enfoque à criação de um corredor ecológico que ligue o Mourão, ao pretendido Parque Urbano de Esmoriz/Cortegaça, assim como à Barrinha de Esmoriz. Pretende-se que este corredor ecológico possibilite a deslocação a pé ou de bicicleta, conferindo à população a possibilidade de usufruir das características naturais de todas estas zonas referidas anteriormente sem entrarem diretamente em conflito com o espaço urbano, contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população, sendo que o contacto com a natureza possibilita diminuição de stress e uma melhoria na saúde física e mental daqueles que entram em contacto com estas áreas, pela prática de desportos ao ar livre ou pela simples



contemplação da natureza. Mais uma vez, recorreu-se à representação cartográfica, de maneira a ditar uma perceção rápida da concretização deste objetivo pretendido.

**Mapa 11 - Definição e Ligação das zonas verdes de Esmoriz e Cortegaça**



**Fonte: Gabinete SIG, tratamento próprio**

Com a criação deste corredor ecológico, pretende-se que este estructure os espaços com potencial para constituir uma possível estrutura ecológica para as freguesias de Esmoriz e Cortegaça, para tal deseja-se que este corredor ecológico promova a mobilidade de modos suaves, contribuindo para uma melhoria na qualidade do ambiente urbano. A criação deste corredor oferece ainda uma estratégia promissora para gerar uma infraestrutura ecológica criando sinergias com fatores sociais e culturais e integrando usos e práticas de gestão apropriadas. Pretende-se ainda com este corredor verde gerar oportunidades de negócios e incentivos a atividades que promovam a conservação ambiental e o seu uso sustentável. Os espaços verdes urbanos, quer públicos quer privados, assumem uma crescente importância nas políticas regionais e municipais, procurando-se uma lógica de contínuo que dê vida ao tecido urbano e de ligação ao espaço rural envolvente.

Um outro objetivo a que o Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça irá procurar dar resposta, passará pela **definição da Interface Ambiental da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos**. Para a prossecução deste objetivo, dever-se-á ter em conta, o modelo de ordenamento



territorial estabelecido no PDM de Ovar e o projeto de execução para requalificação e valorização do “sítio” da barrinha de Esmoriz. A Barrinha de Esmoriz faz parte do património natural do Concelho, representando uma área de grande interesse ecológico. A Barrinha de Esmoriz, além de outras funções geralmente associadas a este tipo de zona húmida, constitui um excelente local de invernada para muitas aves aquáticas e de nidificação para muitas outras. O projeto de execução para requalificação e valorização do “sítio” da Barrinha de Esmoriz propõe a realização de percursos e zonas de estadia e lazer. Ao se analisar o modelo territorial e o projeto, verifica-se que não existe qualquer tipo de conflito entre os percursos propostos na área da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos e o espaço classificado como urbano. No que diz respeito, à Planta de Condicionantes, verifica-se que toda a área que circunda a Barrinha de Esmoriz se encontra abrangida pela REN, existindo também uma parte que se encontra integrada na RAN. Aquando da formulação de propostas para esta área, dever-se-á ter estas condicionantes em consideração, como é o caso de uma zona de estacionamento proposta no projeto para requalificação e valorização do “sítio” da barrinha de Esmoriz junto ao final da Rua Cais da Barrinha. Nos termos do nº1 do artigo 21º da Lei nº58/2005, de 29 de Dezembro, o âmbito territorial do Programa de Orla Costeira Ovar- Marinha Grande, inclui a totalidade da área da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, devendo-se ter esta área em consideração na formulação do PU, visto que é um lugar que se assume como um Sítio de Interesse Comunitário, apresentando uma grande riqueza ambiental e paisagística, assim como uma elevada biodiversidade. Embora o POC-OMG esteja já aprovado, este ainda não entrou em vigor; no entanto, deve-se ter em conta as normas propostas por este Programa para a área da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, que poderão comprometer a realização de construções ao seu redor.

O setor do turismo, atualmente, assume-se como um dos principais potenciadores do desenvolvimento económico das freguesias de Esmoriz e Cortegaça, tornando-se a praia de Cortegaça e a Praia de Esmoriz um destino de eleição, devido às infraestruturas disponíveis e às condições favoráveis à prática de atividade náuticas.

Neste setor ambiental, o ultimo objetivo pretendido passa pela definição da **estratégia para as frentes de mar dos aglomerados costeiros de Esmoriz e Cortegaça, salvaguardando e articulando o ambiente com a atividade balnear, a Arte Xávega, a pesca desportiva, o surf e demais desportos e atividades económicas náuticas valorizando a vocação atlântica deste território**. Para tal existe já um projeto de Intervenção no Espaço Público, o qual se pretende que seja concretizado. No entanto, para a prossecução deste projeto dever-se-á ter em conta que toda esta zona em causa se encontra sujeita a um elevado número de condicionantes de ordem superior, o que implicará a consulta a entidades exteriores ao Município. Grande parte das intervenções idealizadas localizam-se em áreas condicionadas por ordem superior, aplicando-se os regimes legais inerentes a cada uma das condicionantes em presença, sendo necessária a consulta à APA-ARH, ao ICNF e à CCDRC, na medida em que a Câmara Municipal não tem autonomia para dispor sobre as áreas abrangidas pelas condicionantes presentes.

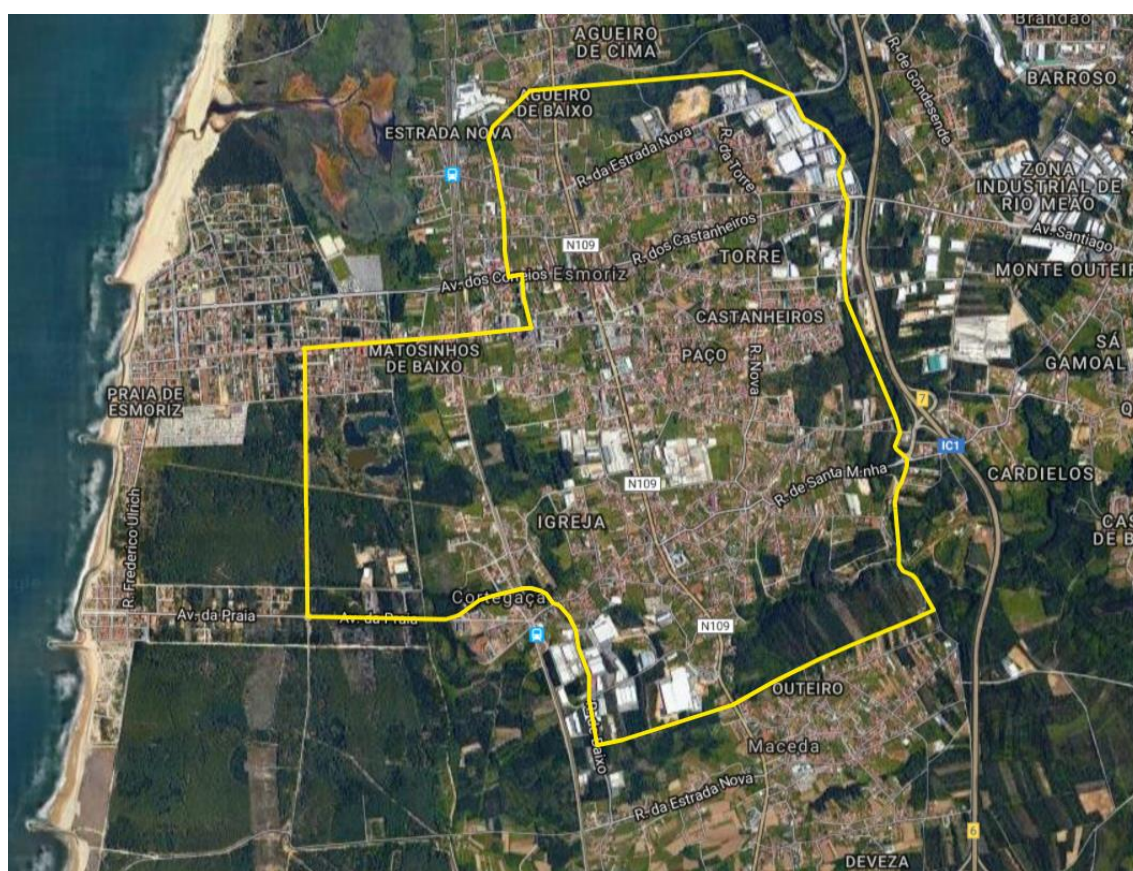
#### **3.4.3.2. Sistema Viário**

A rede viária é elemento integrante da mobilidade e, por isso, fator determinante da ocupação urbana. Há que construir as vias necessárias, mas apenas essas, evitando um multiplicar da rede contrário ao modelo de ordenamento que for adotado. Há que recusar o projeto viário autónomo,

articulando-o sempre com a demais ocupação envolvente, prevendo a circulação de peões, resolvendo ou atenuando impactos negativos da circulação rodoviária na demais vivência urbana. Desta forma, revela-se, assim, necessário: um planeamento urbanístico que se articule com um planeamento da mobilidade (ou, melhor ainda, que o integre)(Carvalho, 2000).

No que diz respeito ao Sistema Viário, existem 6 objetivos a cumprir através da concretização do PUEC. Um dos grandes objetivos pretendidos passa pela criação de um **anel de circulação externo** (ver mapa 12) prevendo um atravessamento a nascente que ligue os três nós da A29 e favorecendo as acessibilidades às diversas zonas de atividade económica, ao caminho-de-ferro, praias e floresta. Para a criação deste anel, irá ser necessário abrir novas ruas. No entanto, algumas das soluções propostas já foram desenhadas no PDM de Ovar de 1995, nomeadamente, a Circular Norte de Esmoriz e a Circular Sul de Cortegaça.

**Mapa 12 - Anel de Circulação Externo**

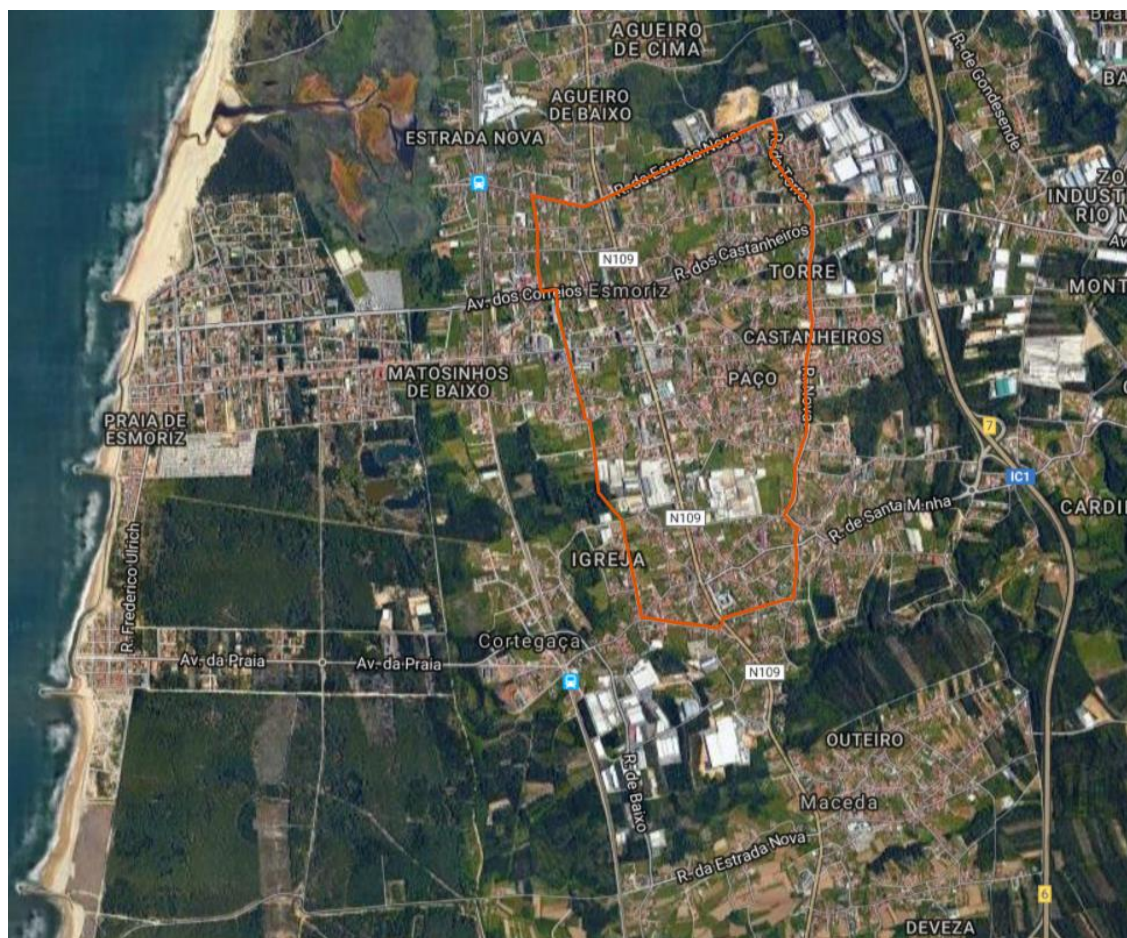


**Fonte: Google maps, tratamento próprio**

Deseja-se ainda criar de um **anel de circulação interno** (ver mapa 13) reforçando as ligações inter-freguesias na zona a nascente do caminho-de-ferro, favorecendo a distribuição nas zonas urbanas das freguesias e facilitando a entrada e saída dos seus centros, sendo necessário alargar grande parte dos perfis transversais, visto que estes são bastante reduzidos, constituindo-se como autênticas vielas.



### Mapa 13 - Anel de Circulação Interno



**Fonte: Google maps, tratamento próprio**

A EN109 (considerada conjuntamente com os troços desclassificados) é uma via com uma componente urbana bastante marcada, paralela à A29, e que oferece um nível de serviço inferior a esta. Trata-se de uma via que serve e é estruturante para os principais aglomerados do concelho, nomeadamente Ovar, Maceda, Cortegaça e Esmoriz, e ao longo da qual se localizam grande parte das atividades industriais do concelho (Ovar-Norte e Cortegaça). As suas características eminentemente urbanas dificultam as ligações Norte-Sul, posicionando-a como uma via de vocação local. Ainda assim, a EN109 possui uma função de atravessamento/passagem, constituindo-se, se necessário como uma eventual alternativa à A29. Estes fatores levaram a posicionar a EN109 como uma via distribuidora principal. Em Cortegaça a EN109 continua a constituir-se como um elemento estruturante, sendo que nas suas margens, bem como ao longo dos arruamentos diretamente relacionados com esta via, assistiu-se à intensificação da ocupação das construções.

Neste sentido, com a elaboração do PU, um outro objetivo que se pretende alcançar ao nível do sistema viário, passa pela **clarificação do caráter da EN 109**, isto é, deseja-se desmaterializar o caráter de estrada e materializar o caráter de rua, tentando desta forma produzir soluções alternativas que promovam a dispersão do tráfego automóvel por outras vias, de maneira a que o tráfego de veículos pesados deixe de existir no troço da EN109 que abrange as freguesias de Esmoriz e Cortegaça, permitindo desta forma a passagem unicamente de veículos ligeiros. Por forma a conferir

a esta rua uma função mais pedonal, devem ser estudadas algumas medidas a aplicar em alguns dos troços da EN109. Medidas estas, que podem passar pela existência de uma sobrelevação do pavimento, dimensionamento dos passeios, elevação e alargamento das passadeiras e a existência de uma diferenciação dos materiais a aplicar entre a faixa de rodagem e a faixa de atravessamento dos peões. Estas soluções irão permitir que haja espaços reservados ao peão, garantindo níveis de circulação aceitáveis e qualificados em termos de critérios de mobilidade e de conforto, por forma a conseguir acomodar as diferentes atividades e necessidades. Segundo (Carvalho, 2000), a manutenção da rua nas zonas consolidadas da cidade passa por articular medidas de controlo e restrição do tráfego automóvel com o aproveitamento/qualificação de todo o espaço disponível, público e privado. Este mesmo autor, afirma ainda, que se deve promover uma mistura funcional equilibrada, separando ainda aquelas funções que se prevê mais originadoras de conflitos e que menos contribuam para a dinamização de relacionamento social. Esta mistura funcional, entendida como o objetivo genérico, deverá ser pensada em função de cada local, privilegiando a animação daquelas áreas que poderão constituir elementos estruturantes da cidade, às suas diversas escalas. (Carvalho, 2000), considera ainda que o uso crescente do automóvel constitui, atualmente, uma tendência pesada, pelo que só valerá a pena contrariá-la nas situações em que tal se mostre indispensável ao bom funcionamento da cidade (como é o caso das áreas centrais, tal como acontece nas freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Ainda sob a perspetiva de (Carvalho, 2000), revela-se necessário, um modelo de organização de cidade que distinga as suas várias partes, que associe a cada uma delas um modo de transporte dominante e que, quando for o caso de restringir o automóvel, o faça de uma forma firme e numa perspetiva de longo prazo.

Um outro objetivo ambicionado com a elaboração do PUEC, em termos do sistema viário, passa pela **criação de uma estrada paralela à linha férrea do lado poente reforçando as ligações intermunicipais**, a Paramos (Espinho) pela rua dos caminho-de-ferro, e para sul do concelho pela rua dos tanoeiros/agricultura/zefinha favorecendo as acessibilidades ao caminho-de-ferro e restabelecimento 25, bem como a Rio Meão (Feira), fazendo ligação desde Paramos até à Zona Industrial Norte da Cidade de Ovar, reforçando a posição estratégica regional, constituindo-se também como uma via alternativa à EN109.

Um outro objetivo cobiçado, passa pelo **reforço das ligações da A29 ao litoral**, permitindo que exista um melhor e mais eficiente acesso ao mesmo, nomeadamente para permitir uma maior fluidez de tráfego para os veículos pesados que fazem ligação designadamente à zona industrial localizada no extremo Norte de Esmoriz, situando-se muito próximo da via-férrea, a nascente da mesma, assim como à Zona Industrial Norte de Esmoriz localizada junto da A29, bem como à zona industrial situada no centro da Vila de Cortegaça, em ambas as margens da EN109, e ainda à zona industrial fixada a Sul de Cortegaça, a nascente da via-férrea. Relativamente à hierarquização da rede viária atual, verifica-se que as freguesias de Esmoriz e Cortegaça dispõem, em termos de vias distribuidoras principais, da A29 e EN109 (desclassificada). No que toca a vias distribuidoras secundárias, o nó de Cortegaça estabelece ligação com a EM 527, servindo a praia de Cortegaça, e a freguesia de Esmoriz dispõe da EM 526, estabelecendo esta ligação com a praia de Esmoriz, ex-EN 1-14, e ER 1-14 (entre o limite do concelho e o nó de Esmoriz da A29). A EN109, constitui-se como um elemento estruturante, incentivando a intensificação da ocupação das construções nas suas margens e densificação dos arruamentos, beneficiando ainda da rápida ligação de Espinho à A1,

através do recém-criado IC24. As Vias Distribuidoras Secundárias são igualmente estruturantes a nível concelhio, embora prestem um nível de serviço inferior às Vias Distribuidoras Principais, nomeadamente a nível de velocidade de circulação média e fluidez de trânsito. São vias que possibilitam estabelecer as ligações entre os principais aglomerados urbanos do concelho.

O último objetivo ambicionado relativo ao sistema viário com a elaboração do PUEC, passa pela hierarquização da **rede viária no seu todo**, sendo que a realização deste objetivo passa pela existência de mais vias distribuidoras secundárias, as quais têm como função principal fazer a ligação da via distribuidora principal (A29), às redes locais, servindo as necessidades de acessibilidade das atividades urbanas que se desenvolvem nos espaços adjacentes. Estas vias devem garantir bons níveis de segurança e pelo menos razoáveis níveis de fluidez e rapidez dos fluxos motorizados, evitando problemas de congestionamento. Atendendo às suas funções este conjunto de vias deverá ao longo do aglomerado urbano criar um conjunto de redes contínuas associadas a cada espaço local e que poderão ou não ter ligações entre si. As questões de segurança e conforto, especialmente as associadas à vivência local em geral e aos movimentos pedonais em particular, são particularmente importantes, sendo normal o uso de medidas de acalmia de tráfego mais impositivas, com intervenções ao nível altimétrico dos perfis longitudinais das vias. A seleção da tipologia funcional mais adequada a cada eixo viário deverá ser efetuada de modo a garantir níveis adequados de acessibilidade aos diversos espaços e de mobilidade entre eles, bem como permitir que as outras funções ligadas à vivência urbana possam realizar-se de forma completa. O processo de implementação de uma rede viária hierarquizada acontece em espaços urbanos já consolidados, onde existe um conjunto alargado de condicionantes ligadas à disponibilidade de espaço e à lógica de organização e vivência do espaço. A reorganização desta rede viária estruturante tem como objetivos, garantir bons níveis de serviço dos eixos e cruzamentos no apoio à função de circulação, assegurar uma função de acesso em condições adequadas nos eixos onde esta valência tem relevância e pode ser acomodada e garantir uma cobertura espacial completa do território.

### **3.4.3.3. Sistema Funcional**

No que diz respeito ao Sistema funcional são assumidos três grandes objetivos a cumprir pela concretização do PUEC. Em termos de zonamento, o primeiro grande objetivo desejado passa pela **identificação e hierarquização dos polos centralizadores da freguesia de Esmoriz e Cortegaça**.

Estes polos centralizadores, assumem-se como zonas que concentram população, gerando assim o aumento do tráfego automóvel (ver mapa 14). Na zona junto à praia de Esmoriz verifica-se que o território dispõe de forma isolada de um Centro de Apoio à Família e Comunidade em Geral (Centro Comunitário). Ainda na praia de Esmoriz, existe uma Escola Básica do 1º Ciclo, localizando-se relativamente próximo desta escola uma zona reservada a pequenos e grandes campos de jogos.

Na zona de Esmoriz Norte envolvente à Escola Secundária, definida como zona 1 na figura abaixo representada, constata-se que o território conta com a existência de um espaço reservado ao ensino onde está incluída a Escola Secundária, Escola Básica do 1º Ciclo, Escola Básica do 2º Ciclo, bem como de um espaço destinado à área social, integrando um Centro de Apoio a Idosos, um Centro de Apoio a Crianças e Jovens, e um centro de Apoio à Família e Comunidade em geral, dispondo ainda de uma biblioteca, associada à área da cultura. Toda esta zona constitui-se como um grande gerador



de tráfego automóvel, assumindo-se em termos hierárquicos como o maior polo centralizador da freguesia de Esmoriz.

**Mapa 14 - Polos Centralizadores das Freguesias de Esmoriz e Cortegaça**



**Fonte: Google maps, tratamento próprio**

Na zona 2, o território dispõe de duas Escolas Básicas do 1º ciclo, uma a norte e outra a sul da Avenida da Praia, contando ainda a sul da Avenida da Praia com um jardim-de-infância. Agora em termos de prevenção e segurança pública, esta zona integra a existência de um posto de bombeiros e um posto da GNR. No que diz respeito à área social, nesta zona existe ainda um centro de Apoio a Idosos, e um Centro de Apoio a Crianças e Jovens. Dentro desta área está ainda incluída a loja do Cidadão, onde se integra também atualmente o serviço das Finanças. Em termos hierárquicos, toda esta área assume-se como o segundo polo centralizador da freguesia de Esmoriz. Por último, ainda em Esmoriz, na zona 3, contamos com a presença da Junta de Freguesia de Esmoriz, sendo o edifício dotado de várias valências, o Centro de Saúde, e ainda o Centro Religioso que integra a Igreja e o Cemitério, existindo ainda o Jardim Público de Esmoriz, constituindo-se em termos hierárquicos como a área que assume a categoria de menor polo centralizador de Esmoriz, constituindo-se no entanto como a única centralidade urbana em Esmoriz, existindo um grande conflito entre os peões e os automóveis devido à existência da EN109. Na zona junto à praia de Cortegaça, contamos com a presença de um Centro de Apoio a Idosos e um Centro de Apoio a Crianças e Jovens. Junto da Avenida da Praia, a ponte da linha férrea, existe uma escola básica do 1º ciclo, e junto a esta, no Parque Desportivo do Buçaquinho, há uma área reservada para grandes campos de jogos e um pavilhão desportivo. Agora do lado nascente do caminho-de-ferro, na freguesia de Cortegaça, definida como zona 4, verifica-se que existe uma zona central onde existe

uma série de equipamentos importantes em ambas as margens da EN109, integrando do lado poente da EN109 a Junta de Freguesia de Cortegaça, e um Centro de Apoio a Crianças e Jovens, localizando-se um pouco mais afastado um jardim-de-infância, a Igreja Paroquial de Santa Marinha e o Cemitério, sendo que a Igreja e o Cemitério se constituem um dos conjuntos mais importantes ao nível do património histórico e artístico do concelho de Ovar. A nascente da EN109 denota-se a existência de um Centro de Apoio a Idosos, uma Escola Profissional e uma Escola Básica do 1º ciclo, e ainda o centro de saúde, assumindo-se desta forma como a centralidade principal e única, constituindo-se como uma área que gera muito tráfego automóvel, tornando-se também numa zona conflituosa e problemática, visto que é geradora de conflitos entre os peões e os automóveis. Esta identificação e hierarquização dos polos centralizadores na freguesia de Esmoriz e Cortegaça irá permitir perceber que tipo de organização territorial deverá existir em cada uma delas, e que tipo de funcionalidades se quer privilegiar nestes polos centralizadores. No caso dos polos centralizadores existentes nas margens da EN109 em ambas as freguesias, pretende-se que estas sejam destinadas prioritariamente à mobilidade dos peões, inibindo a passagem de veículos pesados nesses troços, e instituindo medidas que estimulem a redução de velocidade por parte dos veículos ligeiros. Relativamente à Zona 1, visto tratar-se de um grande polo gerador e atrator de tráfego pretende-se criar novos arruamentos que façam ligação aos já existentes, diversificando a malha urbana nesta zona, por modo a dispersar o tráfego automóvel, tentando por sua vez reduzir os conflitos entre os peões e veículos. Tal como refere (Carvalho, 2000), há que assumir as centralidades como elementos estruturantes da cidade às suas várias escalas, o que se traduz no reconhecimento da sua hierarquização, com diferentes dimensões e graus de especialização. Tal significa, também, que a sua localização deverá ser planeada e não casuística e que a sua articulação com a envolvente, ao nível do desenho urbano, deverá merecer especial procura de qualidade.

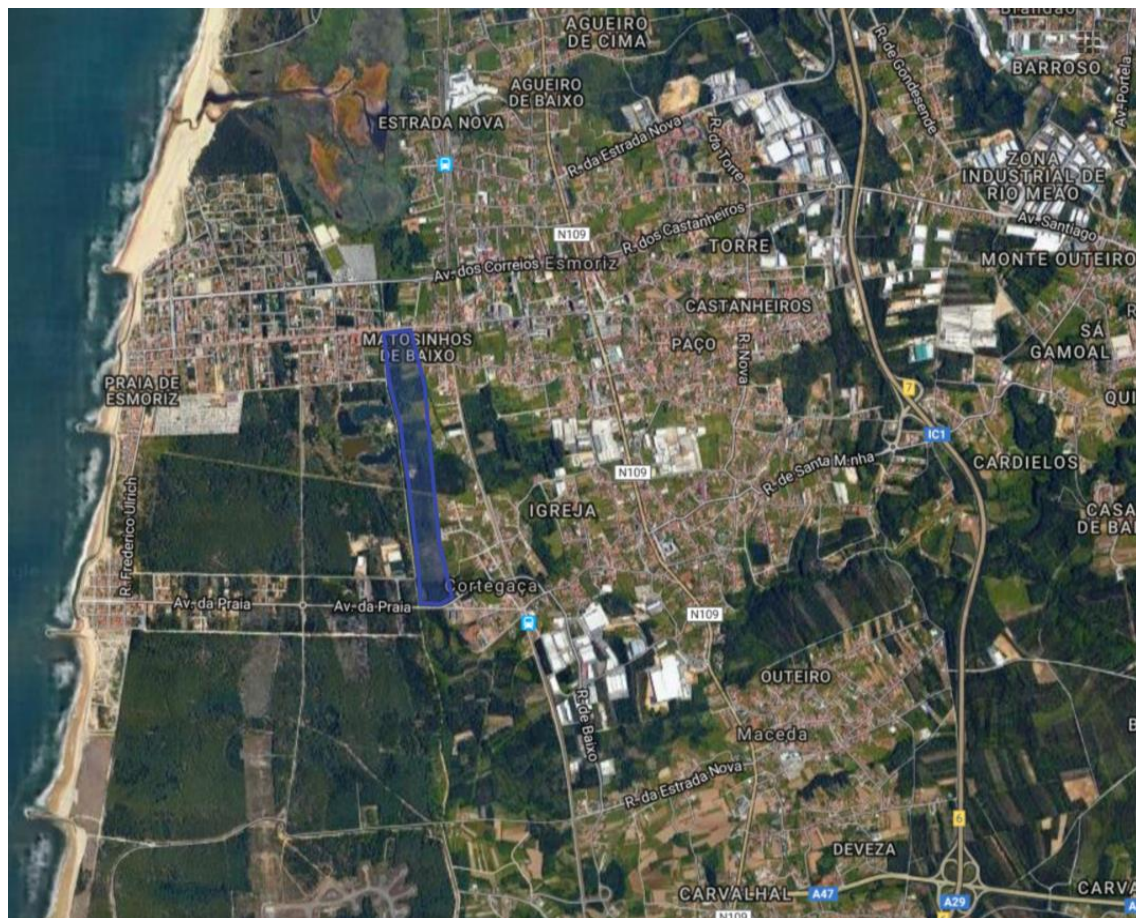
Dentro do modelo de ordenamento territorial da freguesia de Esmoriz e Cortegaça, existem os espaços reservados a atividades económicas, **tornando-se estas zonas de atividade económica alvo de planeamento no âmbito da realização do PUEC**, por forma a estruturar e organizar melhor estes espaços, prevendo a gestão do uso do solo, regulando e controlando a sua transformação ao nível estratégico e ao nível local, existindo deste modo uma utilização racional do território, promovendo a organização e desenvolvimento dos grandes complexos industriais de Esmoriz e Cortegaça. Neste sentido, e sabendo que a passagem de veículos pesados predomina nestas zonas, deve-se pensar num planeamento ao nível da estrutura viária, prevendo a existência de novas acessibilidades, através do redimensionamentos de alguns perfis, bem como a abertura de novos arruamentos, os quais porventura poderão fazer ligação com outros já existentes, aproveitando-se assim parte da rede viária, o que irá permitir a dispersão e fluidez de tráfego, minimizando o impacto da passagem dos veículos pesados dentro dos aglomerados urbanos das freguesias de Esmoriz e Cortegaça.

No que concerne ainda ao sistema funcional, pretende-se gerar centralidades nas freguesias de Esmoriz e Cortegaça. Deste modo, deseja-se **criar um espaço de equipamentos desportivos e de lazer unindo as duas zonas desportivas** (ver mapa 15), a nascente do rio Lambo, por forma a valorizar a proximidade ao desejado Parque Urbano de Esmoriz e Cortegaça. No entanto, é necessário ter em consideração que grande parte deste espaço de equipamentos desportivos idealizado se integra numa zona abrangida pela REN e RAN. De uma forma mais específica, no que toca à REN, constata-se que este espaço se localiza numa zona classificada como Dunas, zonas ameaçadas pelas cheias e áreas de máxima infiltração. Relativamente à RAN, verifica-se que uma



certa parte deste espaço se localiza em espaço agrícola de produção na zona Sul da freguesia de Esmoriz. Toda a área deste espaço de equipamentos que se localiza na freguesia de Cortegaça está integrado também em Espaço Florestal de Produção. Esta zona dedicada ao desporto e lazer, possibilitará e estimulará a população à prática de atividades desportivas e físicas, de jogos, de recreação, de lazer e de recuperação num ambiente ao ar livre, que produza uma sensação de bem-estar. Este espaço poderá representar um palco de uma rede de sociabilidades e de práticas coletivas urbanas.

**Mapa 15 - Espaço de equipamentos desportivos e de lazer unindo as duas zonas desportivas**



Fonte: Google maps, tratamento próprio

Sumariamente, com a elaboração do PUEC, pretende-se qualificar as vias principais existentes e nalguns casos a criação de novas vias; qualificar as centralidades existentes e a criação de novas centralidades em locais previamente escolhidos; e reforçar, qualificar ou criar uma estrutura verde principal. Deste modo, são necessárias intervenções seletivas com vista à qualificação, explicitação ou criação dos elementos estruturantes deste aglomerado urbano (Esmoriz-Cortegaça).

Depois de enunciados todos os objetivos específicos pretendidos em termos de Sistema Ambiental, Sistema Viário e Sistema Funcional, os quais se pretendem ver alcançados com a elaboração do PUEC, há que não esquecer, também, que este aglomerado urbano (Esmoriz-Cortegaça) “não necessita de intervenções em quantidade, mas em qualidade; que estas deverão ser as de reforço dos seus elementos estruturantes e de resolução das insuficiências mais gritantes

existentes nalgumas das suas partes. Tal significa que a localização de cada intervenção terá que ser planeada e não apenas casuística, o que só poderá acontecer com um aumento de protagonismo (não necessariamente financeiro, mas de tomada de iniciativa) por parte da Administração” (Carvalho, 2000).

### **3.5. Conteúdo Material e Documental do Plano**

Os estudos a realizar no âmbito do procedimento da elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça têm de ser elaborados segundo o conteúdo material e documental legalmente previstos e exigidos e, nesta medida, segundo o disposto nos artigos 99º e 100º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, sem descurar de outros elementos que resultam dos regimes especiais.

### **3.6. Fases e Prazos para a Elaboração do Plano**

Segundo o Art.º 76.º, n.º 1) do RJGIT 2015, a elaboração do PUEC é determinada por deliberação da câmara municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal. O não cumprimento do prazo de elaboração determina a caducidade do procedimento, salvo se esse prazo tiver sido prorrogado; Deve-se ainda ter em conta, o disposto no Art.º 88.º, n.º 2) do RJGIT 2015, o qual define que a deliberação que determina a elaboração do plano estabelece um prazo, que não deve ser inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração.

### **3.7. Constituição da Equipa Técnica do Plano**

A elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça, será da responsabilidade/promoção municipal (equipa interna) e realizada pelos colaboradores do Setor de Planeamento Urbanístico da Divisão de Obras Particulares, em articulação com as demais estruturas setoriais dos serviços municipais julgadas necessárias. A equipa técnica a constituir terá necessariamente de ser multidisciplinar e coordenada por um dos seus elementos e deverá garantir, nomeadamente, especialistas nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Circulação e Transporte, Economia e Direito. Para além do contributo dos Serviços Municipais, no decurso da elaboração do Plano, a Câmara Municipal solicitará à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ou às demais entidades representativas dos interesses a ponderar, o acompanhamento que entender necessário, nomeadamente a emissão de pareceres sobre as propostas apresentadas ou a realização de reuniões de acompanhamento.

### **3.8. Acerca da sujeição da elaboração a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica**

A integração da avaliação ambiental ao nível da elaboração dos planos é um contributo para garantir os eventuais impactes ambientais negativos, equaciona-los e mitiga-los durante a fase de projeto, condicionando e orientando o processo de planeamento. (Grego, Gabriel, 2014)

No caso específico do PUEC, a sujeição da elaboração do Plano a Avaliação Ambiental Estratégica irá depender da tipologia que se deseja implantar na área em que se pretende criar um espaço de equipamentos desportivos (ver mapa 15). Conforme o disposto, no nº1 do artigo 78º do Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), os planos de urbanização são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente ou nos casos em que se constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de incidências ambientais. Para efeitos do disposto no número anterior, o nº2 do artigo 78º do Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), determina que a qualificação dos planos de urbanização, compete à câmara municipal, podendo ser precedida de consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano.

Ainda de acordo com o disposto no nº3 do artigo 78º do RJIGT/2015, após ter sido deliberada a elaboração de plano de urbanização, a câmara municipal solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alçado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio.

Por fim, segundo o disposto no n.º4 do artigo 78º do RJIGT/2015, os pareceres emitidos ao abrigo do número anterior são emitidos no prazo de 20 dias, sob pena de não serem considerados e devem, nos casos em que se justifique, conter, também, a pronúncia sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a integrar no relatório ambiental.

#### **4. REFLEXÕES EM TORNO DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO – DA TEORIA À PRÁTICA EM ESMORIZ E CORTEGAÇA**

Atualmente em Portugal, infelizmente, aceita-se geralmente a ideia que a maior parte do trabalho realizado em planeamento, em Portugal, incide sobre o controlo do desenvolvimento urbano. E deste, seguramente, grande parte incide sobre o controlo dos processos de loteamento urbano. A administração urbanística portuguesa embora tenha realizado numerosos progressos não assegurou até à atualidade a cobertura do país por planos de urbanização ou de pormenor, mas sim por planos diretores municipais. Já Lobo (1995) alertava, face à inexistência de um número suficiente de planos de urbanização aprovados, para o risco de contínua degradação dos centros urbanos, bem como para a necessidade de lançar o conceito de planeamento contínuo e estratégico e da assunção de uma postura de gestão cativa, designadamente quanto à política de solos, de habitação, de transportes e de ambiente, todas vistas numa ótica de conjunto. A inexistência de um instrumento que faça o planeamento à escala da cidade no Concelho de Ovar, permite desde logo concluir, que não se dá a devida importância ao Plano de Urbanização, dando a ideia que existe uma descredibilização e um desprezo total por este instrumento de gestão e desenvolvimento territorial, ignorando-o por completo. A elaboração de um Plano de Urbanização para o aglomerado urbano de Esmoriz/Cortegaça, já é comentado e desejado há cerca de 3 anos, não existindo nada de concreto feito até agora, verificando-se uma apatia e uma inércia total demonstrada pelos agentes políticos do Município de Ovar. O desenvolvimento local e o planeamento à escala local, tem uma dependência do protagonismo local, fenómeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino e se tornam atores locais. Nesta medida, deve-se mudar rapidamente de caminho, colocando as “mãos à obra”, e partir da “teoria para a ação”. Deste modo, e por forma a motivar os agentes políticos do Município de Ovar, a levarem avante a elaboração do PUEC, todas as tarefas realizadas no âmbito do estágio curricular, vieram contribuir para a elaboração do documento, que dita a definição de oportunidade, e termos de referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça, possibilitando deste modo, dar início à tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização. Durante a realização do estágio curricular, eu apercebi-me que o planeamento na perspetiva dos agentes políticos, nomeadamente dos presidentes das juntas de freguesia de Esmoriz e Cortegaça, é muito voltado para o desenho, e, hoje em dia, o planeamento não se pode cingir unicamente ao desenho, mas sim deve ter em consideração os aspetos de gestão e de formulação de estratégias de intervenção, assumindo estas um papel tão ou mais importante que o formalismo dos planos enquanto peças desenhadas e regulamentares. Desta forma, para realizar um determinado projeto ou levar à prática uma dada estratégia ou política, antes do desenho, deve-se cada vez mais, encontrar os parceiros e os meios (dos técnicos aos financeiros). Ao planeamento urbanístico é pedido, cada vez mais, que integre os domínios ambientais e ecológicos, salvaguardando e protegendo os recursos naturais; os aspetos de desenvolvimento, abrangendo o setor económico e a base social, garantindo as mesmas condições oportunidades de acesso a bens e serviços a todos os cidadãos, devendo tratar de modo equitativo os cidadãos, as organizações, e os territórios; a governança, visando um processo de administração baseado no interesse público e a participação dos cidadãos, bem como a compreensão e consciencialização dos problemas, a estruturação das soluções sustentáveis; a monitorização e a disponibilidade permanente de diálogo



com os serviços setoriais e os diferentes níveis/escalas de atuação. Papudo, 2007, citado em Fernando Santos, 2006, afirma que “a organização do território não prescinde do planeamento, mas pode ser vítima dele quando este se processa segundo ideias erradas e dogmáticas que se transformam em fatores de desordem”. Sendo o ordenamento do território visto como uma política pública, assumida como uma tarefa da Administração Central e da Administração Local, e o Planeamento Urbanístico, fazendo parte integrante do Ordenamento do Território, deverá responder às necessidades sociais, ou seja, à necessidade das populações, isto porque os planos devem ser feitos essencialmente para as pessoas e com as pessoas, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Tal como afirma (Gaspar, 2005) “O homem e o seu bem-estar, bem como a sua interação com o ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território, que tem por objetivo proporcionar a cada indivíduo um quadro e uma qualidade de vida que assegurem o desenvolvimento da sua personalidade num ambiente planeado à escala humana.” O planeamento, tomado como função fundamental da administração, visa coordenar decisões, gerir conflitos e criar consensos entre os diversos agentes que intervêm e que estão interessados (stakeholders) na transformação da organização do território, este é visto como um processo de enfrentar o futuro, assumindo riscos. A função do planeamento passa por “decidir antecipadamente o que fazer, quando fazer, como fazer e com quem fazer”. Quando se pensa em elaborar um Plano de Urbanização para o perímetro urbano de Esmoriz/Cortegaça, para além do desenho urbano que se pretende dar ao território, para além da estrutura de ocupação do solo e o seu aproveitamento ambicionado, e ainda para além da definição da localização das infraestruturas, deseja-se também organizar e estruturar este território. Neste contexto, é necessário também ter em consideração, o planeamento estratégico, visto que a estratégia é uma componente que está intimamente ligada ao planeamento. A meu ver, esta componente do planeamento estratégico está em falha no município de Ovar. Segundo o meu ponto de vista, o PUEC só está a ser pensado pelos presidentes das juntas de freguesia de Esmoriz e Cortegaça, tendo eles próprios, a sua própria perceção acerca das dificuldades, problemas e falhas que a Cidade de Esmoriz, e Vila de Cortegaça enfrentam no seu dia-a-dia. Pelo que me apercebi durante a realização de todo o meu estágio curricular, os presidentes das juntas de freguesia, não dão ouvidos à população que integram as suas freguesias, os quais também conhecem o território onde vivem, e sabem os problemas que têm de lidar diariamente, e quais as carências existentes nos seus territórios. Para que haja um bom planeamento, revela-se necessário conhecer, e entender, o espaço urbano, constituindo-se este como um fator crucial ao correto planeamento, devendo-se estimular desta forma os agentes locais, distinguindo-se os papéis de cada agente. O diálogo entre os agentes políticos acerca da elaboração do PUEC, está muito pouco presente, bem como existe muito pouca ou nenhuma interação dos agentes políticos com a população acerca desta temática, levando a crer, que estão a planear para as pessoas, e não, com as pessoas, como já foi referido anteriormente. Nesta medida, é necessário defender a participação da população e dos atores do território em todo o processo de planeamento, para que estes se identifiquem com as opções realizadas, adotando uma postura de cooperação e compromisso face ao plano ambicionado para Esmoriz e Cortegaça. Ao abrigo de Araújo, 2014, citando Pereira, 2009, “o Planeamento e o Ordenamento do Território inteligentes devem incidir em intervenções criativas, divulgar as boas ações e projetos, envolver a administração pública, os atores privados e as populações no processo de planeamento e monitorizar todo o processo.” O planeamento urbanístico deve procurar um quadro de vida que assegure a realização pessoal dos habitantes de Esmoriz e Cortegaça, num ambiente planeado à escala humana, reforçando a identidade e do sentido de lugar/pertença. Nesta medida, o planeamento urbano

desenvolvido pelos profissionais da CMO, deve adotar novas metodologias de planeamento com vocação mais estratégica, e um diferente envolvimento com a população deste aglomerado urbano, exigindo competências sociais e comunicacionais por parte dos mesmos para usar na mobilização do capital cívico do território. A participação da população de Esmoriz e Cortegaça, irá contribuir para que quem elabora o PUEC, tenha um grande conhecimento sobre a comunidade, em aspetos sociais, políticos, etc., resultando que o plano seja adequado aos seus problemas. Um bom diagnóstico de problemas e oportunidades é um bom princípio para a elaboração de planos, seguindo-se a definição dos objetivos do mesmo. Com a alteração nas práticas de planeamento a nível local, no sentido de maior envolvimento da população, políticos e profissionais, contribui-se para o aumento da participação pública efetiva, e para a criação de redes de governança locais. Estes fatores são favoráveis à promoção do desenvolvimento dos territórios de Esmoriz e Cortegaça, pelo que estas práticas dos profissionais podem ser consideradas um contributo nesse sentido. Ao longo da realização do meu estágio, e durante as reuniões realizadas na CMO, dei-me conta que ambos os presidentes detinham ideias fixas, quanto aos objetivos gerais e específicos que pretendiam ver respondidos com a elaboração do PUEC, revelando ambos, uma postura pouco flexível, quanto a possíveis ideias novas, ou possíveis propostas novas que pudessem surgir por parte de alguém interessado na elaboração do PUEC. Na formulação de planos como o PUEC, mais do que seguir regras existentes, existe necessidade de usar uma combinação de capacidades individuais que permitam a melhoria da prática de planeamento, e a antecipação de como lidar com a complexidade que irá surgir quando se trata de desenvolvimento urbano. Caso contrário, a situação gera limitações quando face às situações complexas. Assumindo o dinamismo do espaço urbano relativo ao perímetro urbano de Esmoriz/Cortegaça, e da sociedade que o caracteriza é necessário rever os objetivos e as metas a atingir, adequando quer as políticas a tomar quer, noutro sentido, redefinindo os objetivos e as estratégias a seguir para os atingir, mas sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações, no interesse pela dignidade humana e pela gestão eficiente e eficaz dos recursos naturais. Um outro aspeto negativo detetado ao longo do meu estágio, está associado ao facto do PUEC ser visto pela maioria dos atores políticos como um “Plano Linear”. Segundo a minha perspetiva, o planeamento urbano não pode ser visto como algo linear, devendo-se colocar em cima da mesa, vários cenários possíveis, assumindo-se necessário estudar os pontos a atuar com prioridade, e ainda necessário determinar os atores fundamentais, bem como os meios disponíveis. Quando se pretende planear um aglomerado urbano como este, que abrange a freguesia de Esmoriz e Cortegaça, deve-se promover uma visão e uma missão para o território, isto é, deve-se traçar um caminho para o território, fundamentado num diagnóstico prospetivo e numa gestão de longo prazo, construindo uma ideia de planeamento como lugar de convergência da sociedade civil e do Estado, potenciando a participação e as parcerias, a descentralização dos processos de decisão e implementação. Tal como afirma Araújo, 2014, citando Pereira, 2009, “os planos devem ser sempre encarados como guiões orientadores, com capacidade para antecipar oportunidades e ameaças e adaptar-se a situações não esperadas.” Ao desejar-se realizar um ato desta dimensão, como é o caso da elaboração do PUEC, revela-se necessário manter os políticos informados. Nesta medida, os políticos devem ter como suporte, técnicos com formação e conhecimento específico nos aspetos que afetam o território, demonstrando-se a necessidade de conhecer o território para melhor o poder adaptar às necessidades das populações e em prol do desenvolvimento territorial. A escolha da estratégia de desenvolvimento a aplicar nos territórios de Esmoriz e Cortegaça, deve surgir do trabalho de profissionais e políticos partindo de debates para definição dos objetivos que se

pretendem alcançar nos domínios sociais e económicos, sobre a utilização dos meios e dos instrumentos disponíveis sobre as parcerias e colaborações na troca de conhecimentos e introdução de inovações. Neste sentido, os atores políticos do município de Ovar, devem promover o debate, constituindo-se este como uma vantagem, não só para adequar a agenda política, mas também porque pode ser encarado como uma forma de aprendizagem do profissional sobre as temáticas a abordar pelo planeamento. A inclusão do debate no processo metodológico deve ser usado para aprendizagem social e para tornar a abordagem mais interativa e inclusiva. O debate tem virtudes de criar oportunidade para transferência de conhecimentos ao prover formas de aproximação e acesso pelos interessados a novas fontes de conhecimento por um lado, e por outro melhoram-se as competências dos profissionais, pelas novas atitudes de pro-atividade, empreendedorismo e inovação. Para se poder promover e potenciar o desenvolvimento deste perímetro urbano que abarca a cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça, deverá existir uma adaptação das competências dos profissionais de planeamento do Município de Ovar para lidar com os novos fatores de desenvolvimento através de aprendizagem; os profissionais de planeamento deverão criar o envolvimento dos cidadãos como parceiros, mobilizando o capital humano; os profissionais de planeamento deverão tirar partido das redes de solidariedade locais e da capacidade de concertação existente, comprometendo os agentes e decisores políticos no sentido de concretização dos objetivos definidos; os profissionais deverão agir com mais proximidade dos cidadãos de forma descentralizada e desconcentrada, fazendo um maior uso das tecnologias de informação para estabelecer comunicação e potenciar uma participação e envolvimento efetivos. Os atores e decisores políticos, bem como os profissionais de planeamento do Município de Ovar, devem perceber efetivamente que, a participação e acompanhamento pela população desde as fases iniciais de definição de objetivos do PUEC, tornarão o planeamento responsivo e sensível a aspetos relacionados com as necessidades e expectativas da população, que contribui para legitimação da política e para a compreensão e aceitação das decisões. A relação existente entre os profissionais de planeamento e os políticos do Município de Ovar, a presença nos eventos desenvolvidos acompanhando o processo, na preparação da estratégia, ou a exposição apenas do profissional ao público, liberta o planeador do ónus das decisões políticas. Os políticos também têm um papel importante na criação de algumas condições institucionais que permitam aos técnicos estabelecer relações e integrarem-se nas redes de governança existentes na comunidade. Os agentes políticos da CMO, devem ainda encarar o planeamento como um processo contínuo, dinâmico e flexível, capaz de manter a estabilidade e organização territorial e ter a capacidade de se corrigir de forma autónoma. A existência de um bom serviço de planeamento e ordenamento do território ao nível desta autarquia local, contribui para o desenvolvimento do seu território. Daqui advêm que os profissionais da Câmara Municipal de Ovar, podem ter um papel importante e serem considerados como um recurso para o desenvolvimento do aglomerado urbano constituído por Esmoriz e Cortegaça. Relativamente à teoria estudada sobre o Planeamento Urbanístico e Planeamento Estratégico Territorial, e perante a realidade defrontada no período de estágio, torna-se relevante refletir e enumerar pontos menos positivos nestes processos:

- Inexistência de contacto com o PNPOT e PROT, constituindo-se ambos, como referências para elaboração de planos municipais, visto que estes devem ter sempre em consideração os Planos que lhe estão hierarquicamente acima;
- A escassa ligação entre as divisões no interior da CMO;



- Poucos estudos, no que respeita ao planeamento à escala da cidade, tendo como ponto de partida, o Plano de Urbanização;
- Falta de independência nas decisões, o que afeta a rapidez e eficácia nos processos;
- Ausência de debate entre os agentes políticos sobre esta temática respeitante à elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça;
- Pouco envolvimento da população no processo de Planeamento;
- Inexistência de Planeamento Estratégico;

Atualmente, o planeamento urbanístico encontra-se num impasse, não conseguindo encontrar uma resposta para os grandes problemas levantados pelo crescimento disperso das cidades, limitando-se na grande maioria dos casos a minimizar questões latentes sem uma esperada visão de futuro, baseando-se a sua atuação em premissas desenquadradas dos verdadeiros problemas. Neste contexto, é necessária e útil fazer-se uma abordagem à cidade segundo uma nova cultura urbana, uma cultura que ultrapasse o entendimento da cidade enquanto teoria e enquanto modelo geral. É necessário pensar na cidade, no seu conjunto, nas necessidades dos seus habitantes, e no futuro dos que aí vêm: pensar nas pessoas e não nas políticas e seus negócios. Apesar de terem sido apresentadas algumas lacunas ao nível do planeamento à escala da cidade, vivenciadas durante os trabalhos do estágio, foi possível fomentar e despertar grandes competências pessoais e profissionais. Foi possível aprofundar conhecimentos sobre a temática do Planeamento Urbanístico num contexto prático, desenvolveram-se competências de trabalho dentro de uma equipa multidisciplinar, como a gestão de tempo, organização, liderança, aplicação de conhecimentos teóricos, proatividade e dinamismo.

## **5. CONCLUSÕES ACERCA DO PLANEAMENTO URBANO E ESTÁGIO REALIZADO**

Relativamente ao presente relatório, podem produzir-se dois tipos de conclusões: aquelas intimamente relacionadas aos conteúdos teóricos estudados, e aquelas diretamente ligadas ao estágio realizado na CMO de natureza mais operativa e prática.

Ao longo da sua história, o Planeamento Urbanístico em Portugal, foi sofrendo algumas mutações. O Urbanismo surgiu em Portugal, com suporte político e legislativo, na segunda metade do século XIX com a produção dos Planos Gerais de Melhoramento, em 1865, constituindo-se como a fase número da implementação de um ciclo à escala local. Em 1934, Duarte Pacheco, promove a publicação do Decreto-Lei 24.802, procedendo-se à substituição do quadro legal vigente, datado do século XIX, onde se exige a obrigatoriedade das autarquias planificarem as obras de urbanização e expansão dos aglomerados urbanos, criando-se deste modo os Planos Gerais de Urbanização, os quais passavam a substituir os Planos Gerais de Melhoramento. Duarte Pacheco veio mudar profundamente a história do urbanismo em Portugal, levando a cabo uma reforma estrutural de todo o quadro legal que regula o desenvolvimento urbano, instituindo a figura do “plano de urbanização”. A figura de “anteplano de urbanização” surge em 1946, o qual não possuía valor jurídico vinculativo nem era público, devido ao facto de não precisar de ser aprovado, o que possibilitou à Administração, nomeadamente à Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), gerir o acesso a informação privilegiada sobre os terrenos a urbanizar e as condições para o fazer. Os Planos de Fomento foram os grandes instrumentos de definição da estratégia de desenvolvimento do país, atuando em todos os domínios da sociedade. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o OT sofre uma inversão na sua ideologia, tendo-se retomado uma linha de pensamento que assumia o urbanismo e o planeamento regional como as bases da sua organização territorial, iniciando desta forma um novo ciclo, ideologicamente diferente. Nesta medida, entramos num período de democratização, que decorreu entre 1974-1986, fase esta em que se deu vida ao poder local, existindo uma (re)valorização da dimensão urbanística. Nesta altura, os novos municípios legitimados pelo voto das suas comunidades eram um dos motores fundamentais das transformações económicas, sociais e territoriais até à data presente. Em 1982, foi aprovada a lei que gera a figura do “plano diretor municipal”, o qual não detinha uma função única de regulação urbanística, reconhecendo aos municípios um papel na promoção do desenvolvimento económico e social local, oferecendo uma visão integrada do território. Em 1990, é criado o D.L 69/90, regulamentando os Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT). Através deste, as antigas figuras do Plano Geral de Urbanização (PGU) e Plano Parcial de Urbanização (PPU) dão lugar ao Plano de Urbanização (PU) mantendo-se a figura do Plano de Pormenor (PP). A 11 de agosto de 1998, foi criada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPOTU, Lei 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei 54/2007, de 31 de agosto), e revogada pela Lei de Bases n.º31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU) que abre um “capítulo novo na história das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal”. No seguimento da Lei n.º 48/98, surge então o DL n.º 380/99, de 22 de setembro, que define o RJIGT em que se “desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos

âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial” (art.º 1.º, DL n.º 380/99), em vigor atualmente destaca-se o DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do RJIGT. No que diz respeito às dinâmicas de produção dos Planos de Urbanização desde 1948, até 2017, na CIRA, observa-se que a maioria dos concelhos despreza e não dá a importância devida aos PU, existindo unicamente 8 PU elaborados durante este período de tempo, verificando-se um rácio de PU inferior a um, encontrando-se estes distribuídos unicamente por quatro dos onze concelhos. Neste caso, ao contrário do que acontece na AML, onde o período auge de elaboração de planos de urbanização decorreu entre 1990-1998, constata-se a inexistência de qualquer PU nesta fase temporal, permitindo compreender que o planeamento ao nível da cidade, até esta altura, foi completamente ignorado por parte de todos os municípios que integram a CIRA. No que respeita às dinâmicas de produção dos PP desde 1948, até à data presente de 2017, verifica-se que o investimento dos concelhos da CIRA nos PP é muito maior relativamente aos PU, constatando-se uma subutilização dos PU, observando-se a existência de um planeamento municipal ao nível de todos os concelhos da CIRA, a inexistência de planeamento ao nível da cidade na maioria dos concelhos, e a presença de um forte planeamento local, ao nível do bairro. O Município de Ovar, até à data presente, conta com 7 Planos de Pormenor e nenhum Plano de Urbanização, verificando-se que o ponto alto da produção de PP neste mesmo concelho decorreu entre 1999-2007. Desde 2007, até ao momento, foi apenas elaborado um plano de pormenor, o que leva a crer que mesmo o planeamento local, ao nível do bairro, ao longo do tempo, tem sido um pouco menosprezado e ignorado pelo município. Agora, relativamente ao planeamento urbanístico à escala da cidade, neste concelho, verifica-se que não se dá a devida relevância ao papel deste tipo de planeamento, talvez achando-se que o desenvolvimento territorial, social e económico se consegue obter sem a existência de um planeamento ao nível do ordenamento da cidade.

Face à inexistência de um instrumento à escala urbana que faça o planeamento entre a freguesia de Esmoriz e a freguesia de Cortegaça, sente-se a necessidade e uma grande vontade de produzir o Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça. Com o objetivo de inverter esta situação, e por forma a motivar os agentes políticos do Município de Ovar, a levarem avante a elaboração do PUEC, desenvolveram-se várias tarefas durante o estágio curricular, as quais vieram contribuir para a elaboração do documento, que dita a definição de oportunidade, e termos de referência do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça, possibilitando deste modo, dar início à tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização. As tarefas consistiram inicialmente num estudo e análise de toda a legislação aplicável em particular aos PU, um estudo e análise do POC-OMG, e ainda uma análise aos estudos de caracterização e diagnóstico do PDM de Ovar. Para além de toda a cartografia analisada, e por forma, a ter uma melhor perceção e compreensão da estrutura e organização dos territórios de Esmoriz e Cortegaça, foi feito um trabalho de campo na cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça, permitindo diagnosticar as falhas e problemas de ambos os territórios. Para tornar mais preciso este diagnóstico, socorri-me ainda de um trabalho realizado durante a minha Licenciatura no âmbito de uma Unidade Curricular designada por Desenho Urbano, o qual me permitiu detetar carências de uma área específica da cidade de Esmoriz. Posteriormente, foi também analisado o modelo de Ordenamento e as Condicionantes existentes nas Freguesias de Esmoriz e Cortegaça, devendo-se ter em consideração que existem vários tipos de condicionantes, no entanto, existem condicionantes que causam um maior e menor impacto no território, limitando com diferentes níveis de intensidade os processos de urbanização que se pretende desenvolver no

território. Posto isto, realizaram-se algumas reuniões na CMO, onde se contou com a presença dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Esmoriz e Cortegaça, bem como se contou com a comparência da Engenheira Marília Avelar, Chefe de Divisão de Urbanismo e Planeamento, e ainda com a presença do meu Supervisor Arquiteto Rogério Pacheco. Estas reuniões possibilitaram identificar os conteúdos que serviram de base à definição de oportunidade e termos de referência do PUEC. Por último, foi elaborado o documento, que se pretende submeter à apreciação da Câmara Municipal de Ovar, nos termos para efeitos do nº 3 do artigo 76º do Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), contendo os “termos de referência” para a elaboração do Plano de Urbanização de Esmoriz e Cortegaça (PUEC). Deste documento consta, ainda, a “definição da oportunidade” da realização do PUEC, constituindo a síntese dos fundamentos justificativos para a sua execução.

No que concerne ao estágio realizado, eu faço um balanço bastante positivo, visto que este representou para mim uma mais-valia, destacando-se vários aspetos positivos, designadamente a possibilidade de aprofundar conhecimentos ao nível da recolha e tratamento de informação, aprendizagem acerca do funcionamento da ferramenta WebSig, a ampliação de conhecimentos em termos de instrumentos de planeamento e gestão territorial, o auxílio na interpretação de legislação pertinente para o planeamento urbano, particularmente ao nível dos Planos de Urbanização, e ainda o alargamento de saberes sobre como se processa o planeamento de uma cidade, aprofundando conhecimentos sobre a temática do Planeamento Urbanístico num contexto prático. Apesar de terem sido apresentadas algumas lacunas ao nível do planeamento à escala da cidade, vivenciadas durante os trabalhos do estágio, foi possível fomentar e despertar grandes competências pessoais e profissionais. Todas as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio tiveram grande importância na aprendizagem teórica e prática dos conceitos de Planeamento Urbanístico. Foram alargadas competências de extrema relevância para o futuro profissional, como a autonomia de trabalho, o contacto direto com pessoas de referência no mercado de trabalho e com grande experiência no mesmo, desenvolvendo-se ainda competências de trabalho dentro de uma equipa multidisciplinar, como a gestão de tempo, organização, liderança, aplicação de conhecimentos teóricos, proatividade e dinamismo. Para além das grandes competências angariadas, foi sentido durante o estágio um grande dinamismo nas várias tarefas, uma grande vontade de concretizar todos os objetivos propostos. Sentiu-se também uma aderência forte, por parte do meu Supervisor Arquiteto Rogério Pacheco, a certas sugestões que lhe foram feitas por mim ao longo do estágio curricular, tendo como grande exemplo disso, a adoção do mesmo processo realizado no âmbito da unidade curricular de Planeamento Urbanístico, onde também foi feito um planeamento à escala da cidade, neste caso, para a cidade de Aveiro e cidade de Ílhavo, sendo o conjunto de propostas específicas definidas para ambas as cidades em termos de estrutura ecológica, rede viária e centralidades, estando sempre presentes a componente ambiental, mobilidade e funcional. O método de planeamento adotado nesta unidade curricular contribuiu de forma significativa para o trabalho desenvolvido durante o estágio, sendo todo este processo referido anteriormente transposto para o planeamento e desenvolvimento do aglomerado urbano constituído pela cidade de Esmoriz e Vila de Cortegaça, sendo também os objetivos específicos do PUEC, definidos segundo o sistema ambiental, sistema viário e sistema funcional. Contudo, por vezes, devido à impossibilidade de realizar mais reuniões, de entrar em contacto direto com os interlocutores do processo, nomeadamente os presidentes das juntas de freguesias, não foi possível realizar todo o trabalho em vista, ficando por tratar dois objetivos específicos propostos por ambos os presidentes das juntas de freguesia, os quais não foram referidos

anteriormente, passando um deles pelo reforço das ligações ao Restabelecimento 25 a nascente e a poente, por forma a fazer escoar o trânsito (tráfego automóvel), reduzindo assim os pontos de conflito existentes, encontrando-se este objetivo integrado no sistema viário, e ainda em termos de sistema funcional, pretendia-se elaborar os Planos de Pormenor das Praias de Esmoriz e Cortegaça, desejando-se reordenar e qualificar as frentes marítimas de Esmoriz e Cortegaça, contendo a ocupação das zonas costeiras de risco e qualificação urbana dos aglomerados populacionais. Durante a realização do estágio curricular, eu apercebi-me que o planeamento na perspetiva dos agentes políticos, nomeadamente dos presidentes das juntas de freguesia de Esmoriz e Cortegaça, é muito voltado para o desenho, e, hoje em dia, o planeamento não se pode cingir unicamente ao desenho, mas sim deve ter em consideração os aspetos de gestão e de formulação de estratégias de intervenção, assumindo estas um papel tão ou mais importante que o formalismo dos planos enquanto peças desenhadas e regulamentares. Quando se pensa em elaborar um Plano de Urbanização para o perímetro urbano de Esmoriz/Cortegaça, para além do desenho urbano que se pretende dar ao território, para além da estrutura de ocupação do solo e o seu aproveitamento ambicionado, e ainda para além da definição da localização das infraestruturas, deseja-se também organizar e estruturar este território. Neste contexto, é necessário também ter em consideração, o planeamento estratégico, visto que a estratégia é uma componente que está intimamente ligada ao planeamento. A meu ver, esta componente do planeamento estratégico está em falha no município de Ovar. Segundo o meu ponto de vista, o PUEC só está a ser pensado pelos presidentes das juntas de freguesia de Esmoriz e Cortegaça, tendo eles próprios a sua própria perceção acerca das dificuldades, problemas e falhas que a Cidade de Esmoriz, e Vila de Cortegaça enfrentam no seu dia-a-dia. Durante a realização de todo o meu estágio curricular, eu apercebi-me também, que os presidentes das juntas de freguesia, não dão ouvidos à população que integram as suas freguesias, os quais também conhecem o território onde vivem, e sabem os problemas que têm de lidar diariamente, e quais as carências existentes nos seus territórios. Para que haja um bom planeamento, revela-se necessário conhecer, e entender, o espaço urbano, constituindo-se este como um fator crucial ao correto planeamento, devendo-se estimular desta forma os agentes locais, distinguindo-se os papéis de cada agente. O diálogo entre os agentes políticos acerca da elaboração do PUEC, está muito pouco presente, bem como existe muito pouca ou nenhuma interação dos agentes políticos com a população acerca desta temática, levando a crer que estão a planear para as pessoas, e não com as pessoas. Nesta medida, é necessário defender a participação da população e dos atores do território em todo o processo de planeamento, para que estes se identifiquem com as opções realizadas, adotando uma postura de cooperação e compromisso face ao plano ambicionado. O planeamento urbanístico deve procurar um quadro de vida que assegure a realização pessoal, num ambiente planeado à escala humana, reforçando a identidade e do sentido de lugar/pertença. Nesta medida, o planeamento urbano desenvolvido pelos profissionais da CMO, deve adotar novas metodologias de planeamento com vocação mais estratégica e com um diferente envolvimento com a população, exigindo competências sociais e comunicacionais por parte dos mesmos para usar na mobilização do capital cívico do território. Ao longo da realização do meu estágio e durante as duas reuniões realizadas na CMO, dei-me conta que ambos os presidentes detinham ideias fixas, quanto aos objetivos gerais e específicos que pretendiam ver respondidos com a elaboração do PUEC, revelando ambos, uma postura pouco flexível, quanto a possíveis ideias novas, ou possíveis propostas novas que pudessem surgir por parte de alguém interessado na elaboração do PUEC. No decurso do estágio curricular, apercebi-me ainda que o PUEC é visto pela maioria dos atores políticos como um “Plano

Linear”. Segundo a minha ótica, o planeamento urbano não pode ser visto como algo linear, devendo-se colocar em cima da mesa, vários cenários possíveis, assumindo-se necessário estudar os pontos a atuar com prioridade, e ainda necessário determinar os atores fundamentais, bem como os meios disponíveis. Quando se tem em vista a realização de um ato desta dimensão, como é o caso da elaboração do PUEC, torna-se imprescindível manter os políticos informados. Nesta medida, os políticos devem ter como suporte, técnicos com formação e conhecimento específico nos aspetos que afetam o território, demonstrando-se a necessidade de conhecer o território para melhor o poder adaptar às necessidades das populações e em prol do desenvolvimento territorial. Os atores e decisores políticos, bem como os profissionais de planeamento do Município de Ovar, devem perceber efetivamente que, a participação e acompanhamento pela população desde as fases iniciais de definição de objetivos do PUEC, tornarão o planeamento responsivo e sensível a aspetos relacionados com as necessidades e expectativas da população, que contribui para legitimação da política e para a compreensão e aceitação das decisões. Os atores políticos do município devem promover o debate, constituindo-se este como uma vantagem, não só para adequar a agenda política, mas também porque pode ser encarado como uma forma de aprendizagem do profissional sobre as temáticas a abordar pelo planeamento. A existência de um bom serviço de planeamento e ordenamento do território ao nível das autarquias locais contribui para o desenvolvimento do território. Daqui advém que os profissionais da Câmara Municipal de Ovar podem ter um papel importante e serem considerados como um recurso para o desenvolvimento do aglomerado urbano constituído por Esmoriz e Cortegaça. Depois de fazer um apanhado geral acerca de todas as tarefas realizadas durante o estágio curricular, dou-me conta que gostaria de ter realizado mais algumas, e que eu acho fundamental aquando de um processo desta natureza como a elaboração do PUEC. A título de exemplo, visto que os planos devem ser feitos para as pessoas e com as pessoas, algo que eu gostaria de ter feito e não fiz, passa pela comunicação com a população, bem como a auscultação da mesma, por forma a entender qual a sua visão para o território de Esmoriz e Cortegaça, e perceber quais as falhas e problemas que estes encontram no seu território. Gostaria também de poder fazer parte integrante de debates promovidos pela CMO, onde estivessem presentes todos os interlocutores e intervenientes do processo da elaboração do PUEC, desde os atores políticos, profissionais de planeamento, a população, e outros interessados, no entanto, tal não foi possível, devido à inexistência do debate. Atualmente, o planeamento urbanístico encontra-se num impasse, não conseguindo encontrar uma resposta para os grandes problemas levantados pelo crescimento disperso das cidades, limitando-se na grande maioria dos casos a minimizar questões latentes sem uma esperada visão de futuro, baseando-se a sua atuação em premissas desenquadradas dos verdadeiros problemas. Neste contexto, é necessária e útil fazer-se uma abordagem ao aglomerado urbano constituído por Esmoriz e Cortegaça, segundo uma nova cultura urbana, uma cultura que ultrapasse o entendimento deste território enquanto teoria e enquanto modelo geral. É imprescindível mudar rapidamente de caminho, devendo-se colocar as “mãos à obra”, e partir da “teoria para a ação”.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ambiente, A. (2016). *Programa de Orla Costeira Ovar - Marinha Grande*. 68 pp.
- Amorim, C. (2009). *Ordenamento e Planeamento Ambiental de Zona Costeira: Balanços e Perspetivas*. Tese de Mestrado em Ciências do Ambiente. Universidade do Minho. 105 pp.
- Araújo, J. (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território Os casos da Estónia e Portugal*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território - Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 115 pp.
- Antonello, I. (2015). Ordenamento do território como política pública : a apreciação do Plano Diretor Municipal de Lisboa-Portugal. pp. 3993–4005.
- Caeiro, S. (2015). *Planos e Políticas de Gestão Territorial na Europa e Portugal*. Universidade Aberta. 109 pp.
- Carvalho, J. (2000). *Ordenar a cidade*. Tese de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente. Universidade de Aveiro. 586 pp.
- CCDR. (2015). Tramitação dos Processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, pp. 1–16.
- Cruz, C. (2005). *Desafios do Planeamento e Gestão Urbanísticos em Portugal para melhorar a qualidade do ambiente urbano*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. 13 pp.
- Diogo, S. (2012). *Ordenamento do Território em Portugal: Planeamento e Gestão Municipal. Aplicação ao município da Serpa*. Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 58 pp.
- Ferrão, J., Campos, V. (2015). *O ordenamento do território em Portugal, uma perspetiva genealógica*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. pp. 1-42.
- Freitas, I. (2016). *"O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização ?" Opções e tendências na localização e organização espacial da indústria Vila e cidades médias (1930's-1970's)*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 209 pp.
- Gaspar, J. (1995). *O Novo Ordenamento do Território - Geografia e Valores*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, pp. 1-10.
- Gaspar, J. (2005). *Conceito de ordenamento do território*, pp. 1-15.
- Gonçalves, M. (2012). *Desenvolvimento Local e os Desafios Profissionais do Planeador*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano. Universidade de Aveiro. 90 pp.
- Grego, M., Gabriel, M. (2014). Guia Orientador Plano de Urbanização.
- Lima, J. (2011). *A Componente Estratégica nos Planos Municipais*. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa. 71 pp.
- Lobo, M. (1995). *Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco*. 2ª edição, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto.
- Lobo, M. (2011). *Planeamento urbanístico em Portugal*, pp. 5–15.
- Mateus, J. (2008). *Orientações das políticas europeias para o urbanismo e ordenamento do território: Atlas de Portugal*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes. 159 pp.
- Oliveira, F. (2002). *O ordenamento do território em Portugal*, pp. 1–9.
- Ovar, C. M. (2013). plano diretor municipal Ovar Estudo de Enquadramento Regional.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Estudo de Habitação.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Estudo Socioeconómico.

- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Formas e Estruturas de Povoamento.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Plano de Ação para o Turismo.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Relatório do Património.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Relatório de Equipamentos.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Relatório da Rede Viária e Transportes.
- Ovar, C.M. (2013). plano diretor municipal Ovar Relatório do Suporte Físico.
- Ovar, C. M. de. (2013). plano diretor municipal Ovar Estudo Demográfico.
- Papudo, R. (2007a). 1. *Ordenamento do Território - conceitos, princípios e objetivos*. Tese de Mestrado em Geografia - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 35-55 pp.
- Papudo, R. (2007b). 2.2. *O Ordenamento do Território e a sua importância nas políticas à escala nacional*. Tese de Mestrado em Geografia - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 79-97 pp.
- Papudo, R. (2007c). 3.2 . *O sistema de gestão territorial em Portugal Continental à escala regional*. Tese de Mestrado em Geografia - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 115-144 pp.
- Papudo, R. (2007d). 3.3 . *O sistema de gestão territorial em Portugal Continental à escala local*. Tese de Mestrado em Geografia - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 145–164 pp.
- Sá, F. (2015). *A Infraestrutura como referencial para o Ordenamento do Território*. Tese de Doutoramento em Arquitetura Perfil de Estudos C - Dinâmicas e Formas Urbanas. Faculdade de Arquitetura - Universidade do Porto. 307 pp.
- Serrano, S. (2015). *Planeamento e Ordenamento no Contexto de uma Autarquia Local*. Relatório de Estágio em Planeamento Regional e Urbano - Universidade de Aveiro. 135 pp.
- Silva, P. (2010). *Área Metropolitana de Lisboa: descon continuidades, desenho e planeamento*. Tese de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente - Universidade de Aveiro. 341 pp.
- Simões, J. (2007). *Ordenamento Municipal e Desenvolvimento Local: Uma Reflexão*. Inforgeo, Julho de 2007. pp. 39-48.

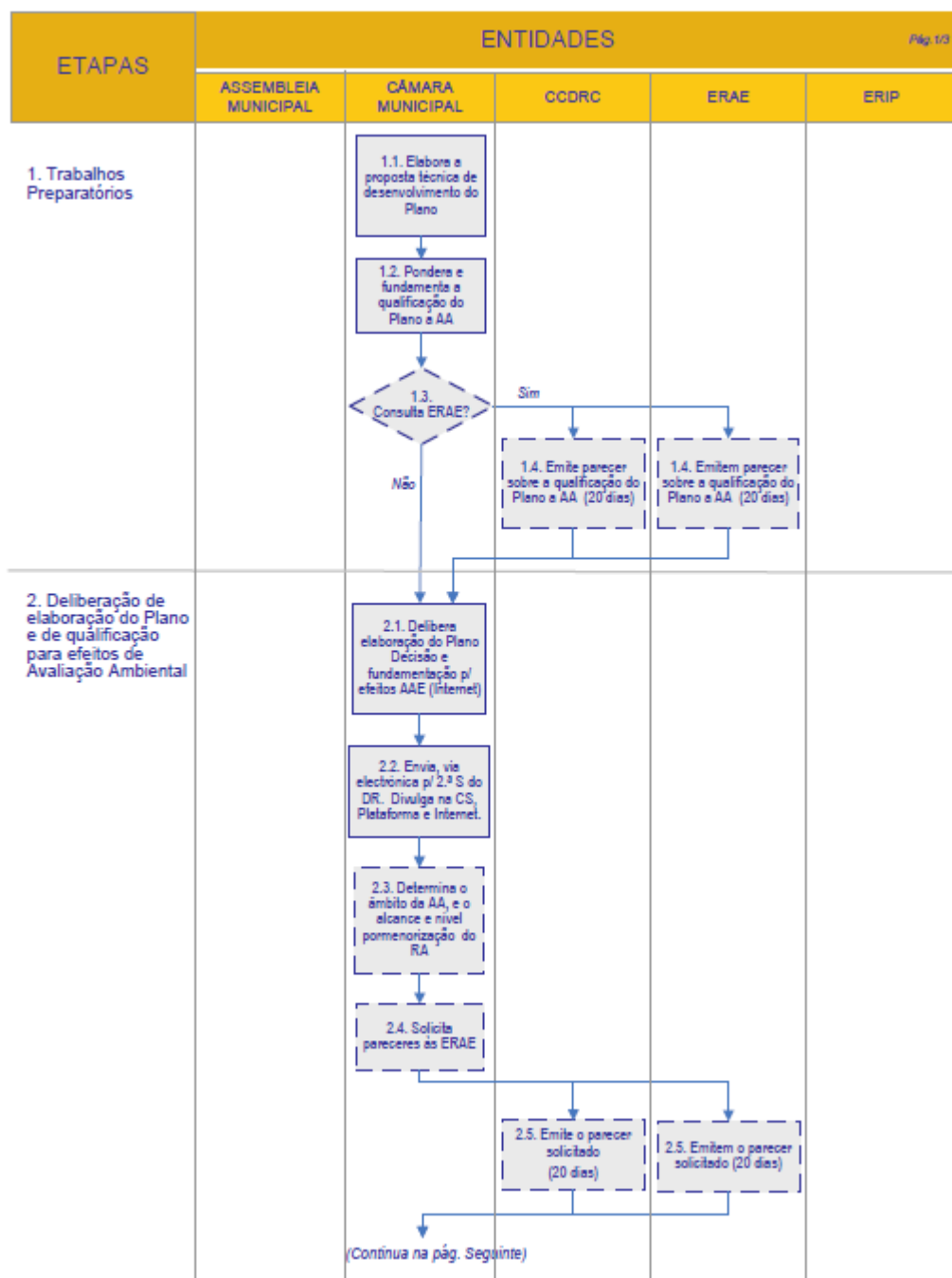
## 7. ANEXOS

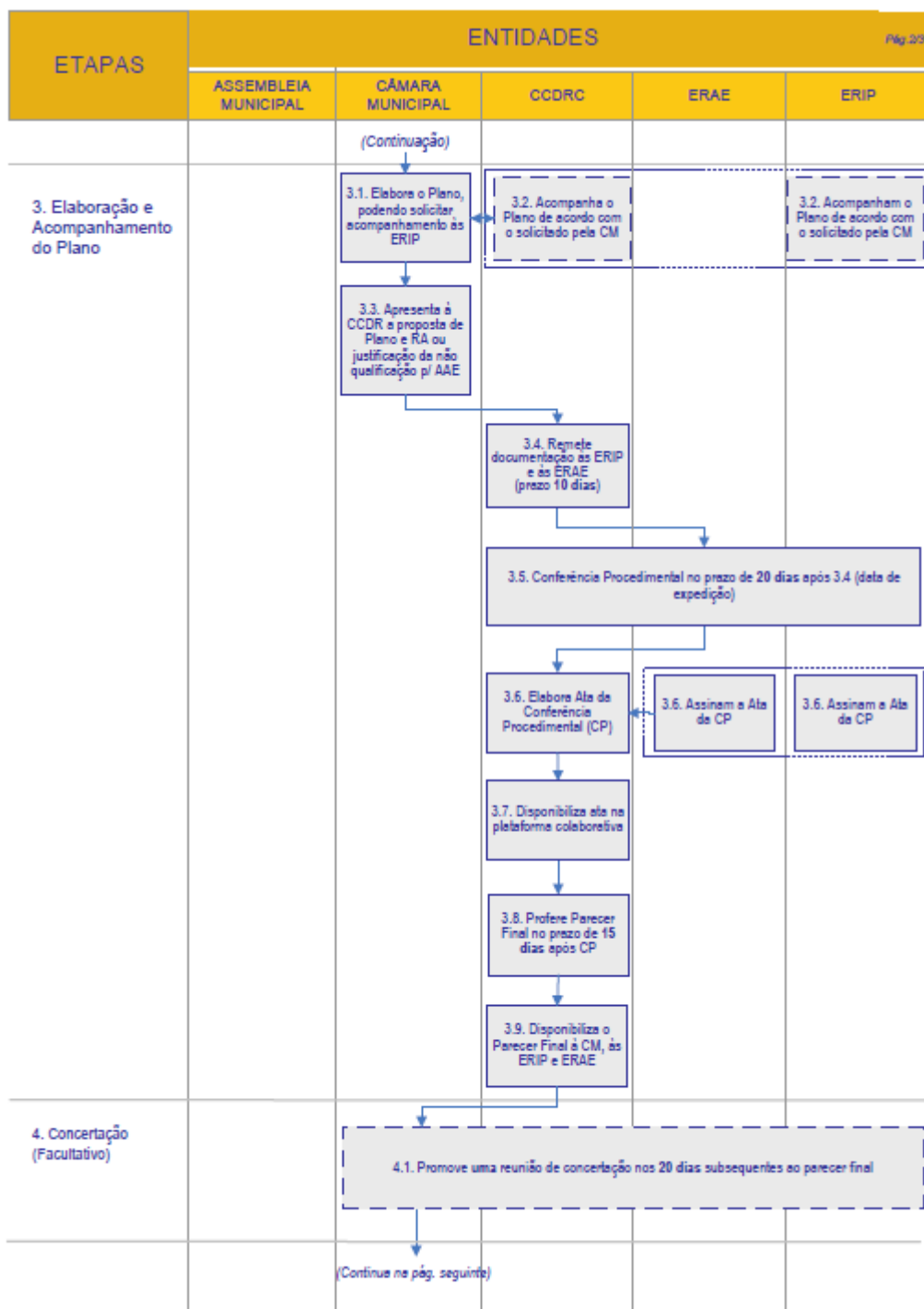
### Anexo I – Legenda do Organograma da CMO

#### Legenda do Organograma da Câmara Municipal de Ovar

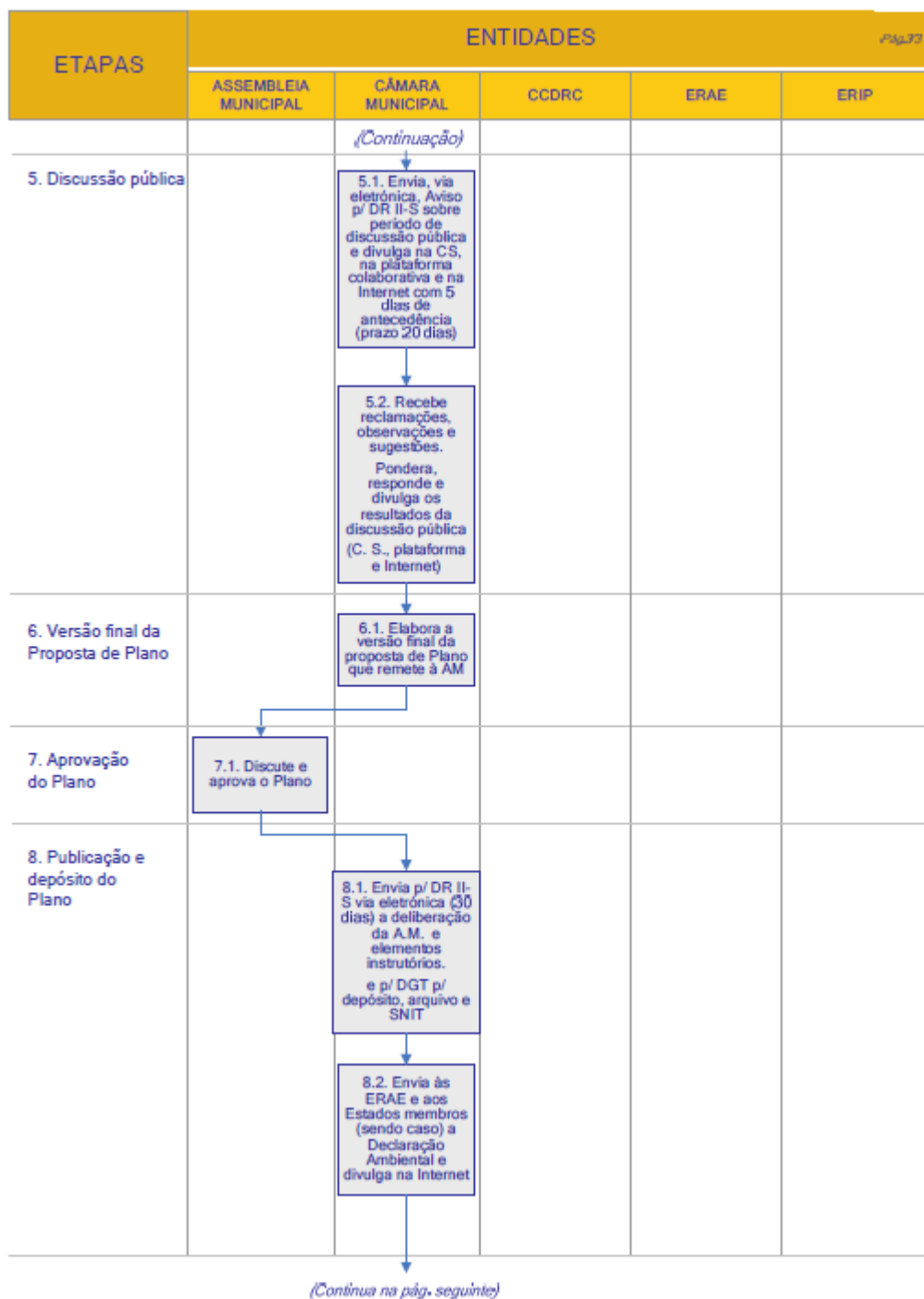
<b>Legenda dos Serviços:</b> SV- Serviço de Veterinária SMPCF- Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas STMA- Serviço TIC e Modernização Administrativa SAQ- Serviço de Auditoria e Qualidade SC**- Serviço de Candidaturas SE*- Serviço de Empreendedorismo SDS- Serviço de Desenvolvimento Social SS- Serviço de Saúde SB- Serviço de Biblioteca SACE- Serviço de Ação Cultural e Espetáculos SPHM- Serviço de Património Histórico e Museus SDJ- Serviço de Desporto e Juventude SC- Serviço de Carnaval ST- Serviço de Turismo SE- Serviço de Educação SP- Serviço de Património SCP- Serviço de Contratação Pública SJ- Serviço Jurídico SCOEF- Serviço de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais SF- Serviço de Fiscalização SRM- Serviço de Recrutamento e Mobilidade SSST- Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho SCDCH- Serviço de Carreiras e Desenvolvimento do Capital Humano ST*- Serviço de Tesouraria SC*- Serviço de Contabilidade SA*- Serviço de Atendimento SA**- Serviço Administrativo SA***- Serviço de Arquivo SRH- Serviço de Recursos Hídricos SPJ- Serviço de Parques e Jardins SRGA- Serviços de Resíduos e Gestão do Ambiente SCREP- Serviço de Conservação e Reabilitação do Espaço Público SCGMEEM- Serviço de Conservação, Gestão e Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais STT- Serviço de Trânsito e Toponímia SOM- Serviço de Obras Municipais SP**- Serviço de Projetos SOU- Serviço de Operações Urbanísticas SS- Serviço SIG SP*- Serviço de Planeamento	<b>Legenda dos Gabinetes, Divisões, Departamento e Unidades Flexíveis:</b> GAP- Gabinete de Apoio à Presidência GC- Gabinete de Comunicação GAV- Gabinete de Apoio à Vereação DF- Divisão Financeira DRH- Divisão de Recursos Humanos DDSS- Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde DCDJ- Divisão de Cultura, Desporto e Juventude DE- Divisão de Educação DUP- Divisão de Urbanismo e Planeamento DPOM- Divisão de Projetos e Obras Municipais DCSU- Divisão de Conservação e Serviços Urbanos DA- Divisão de Ambiente DAJF- Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro UFAA- Unidade Flexível 3º Grau Administrativo e de Atendimento UFDEE- Unidade Flexível de 3º Grau Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo
--	--

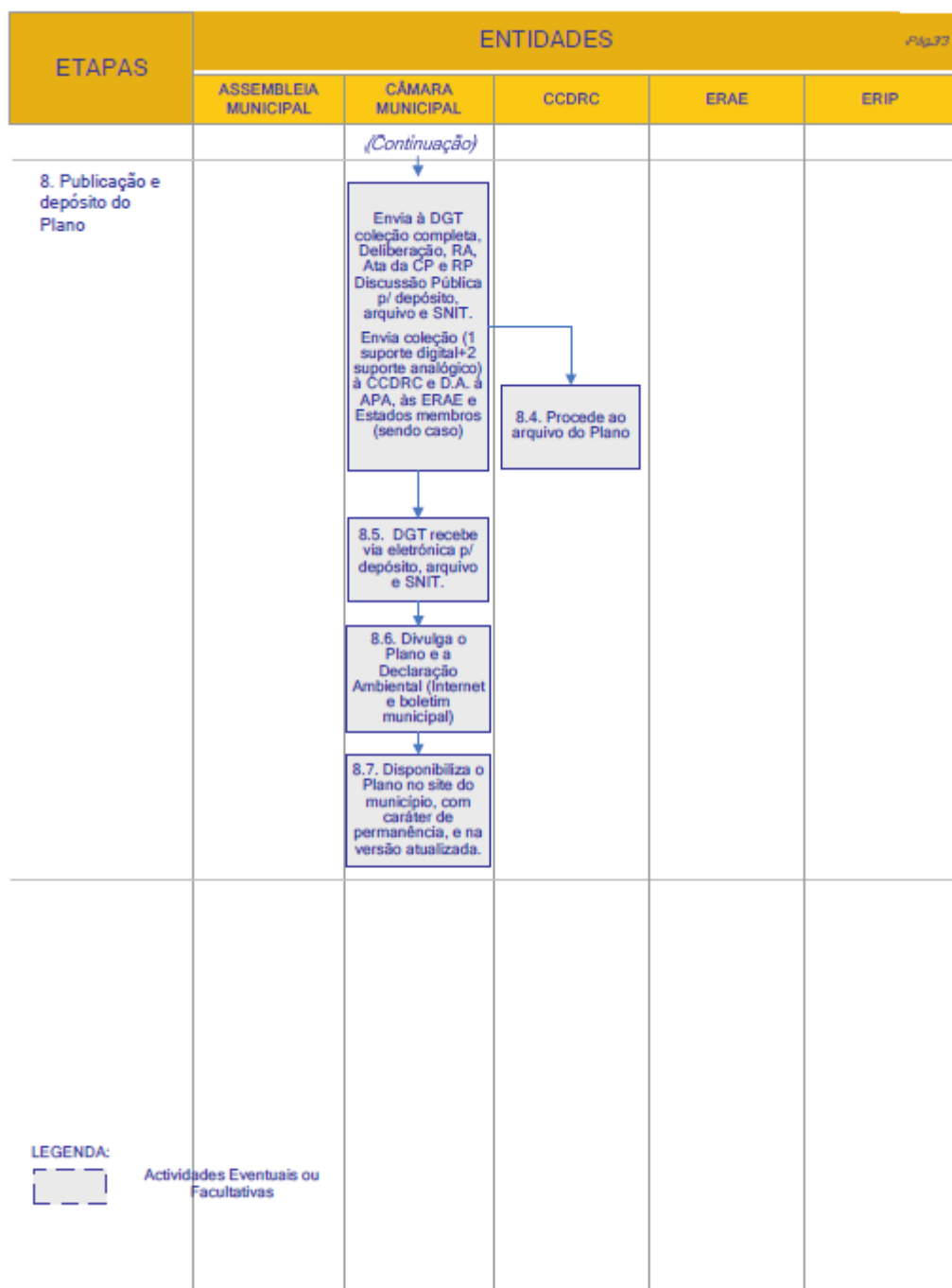
## Anexo II – Ilustração da tramitação dos processos de Elaboração e Aprovação de Planos de Urbanização











Fonte: CCDRC, 2015

## ANEXO III – Legenda das Plantas do PDM de Ovar

### Legenda das Plantas do PDM de Ovar



Fonte: PDM de Ovar